

Europeização ou Presidencialização Política? Dinâmicas e Metamorfoses na figura do Primeiro-Ministro em contexto da União Europeia

Miguel Nuno Nobre Bastos de Lacerda

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Março, 2011



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais na vertente de Estudos Políticos de Área realizada sob a orientação científica do Professor Doutor José Esteves Pereira e da Mestre Ana Santos Pinto.

Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa,.... de de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

O (A) orientador(a),

Lisboa,.... de de

Em memória de Maria Teresa da Silva Semião de Lacerda

“A Europa esquece-se de si própria quando se esquece que nasceu da ideia da razão e do espírito da Filosofia.” Ao Professor Doutor José Esteves Pereira recordo Georges Steiner, e estarei para sempre grato pela disponibilidade em aceitar a orientação deste projecto, que permitiu encerrar este segundo segundo ciclo com o mesmo espírito com que comecei o primeiro, um eterno estudante de História das Ideias Políticas.

*"«Noi veggiam, come quei c'ha mala luce, le cose», disse «che ne son lontano;
cotanto ancor ne splende il sommo duce. Quando s'appressano o son, tutto è vano.
nostro intelletto, e s'altri non ci apporta, nulla sapem di vostro stato umano."*

Para a Professora Ana Santos Pinto evoco esta passagem da Divina Comédia de Dante Alighieri para reforçar um agradecimento sentido por ter visto o que não quiseram ver, a verdadeira essência deste trabalho e por ser uma luz nos momentos mais difíceis deste projecto tendo disponibilizado todos os meios para o que ontem era um sonho, hoje se tornar uma realidade.

Para a equipa do MEID – IAPMEI na pessoa do Professor Doutor Carlos Carapeto, agradeço a flexibilidade e abertura que permitiam conciliar o árduo trabalho de investigação com as exigências do estágio desempenhado onde o rigor, profissionalismo e inovação característicos deste grupo se tornaram marcas de referência neste trabalho.

Aos colegas Eduardo de Arruda Passos Filho e Rui Faro Saraiva que foram muitas vezes um importante pilar crítico agradeço e relembro alguns versos Jacques Brel “*On n’était pas du même bord, On n’était pas du même chemin, Mais on cherchait le même port*”.

À nossa casa *Alfredo de Sousa* e ao ‘*Quarto Piano sull’Arno*’ relembro o ambiente de interdisciplinaridade e a abertura cultural essenciais para iniciar as primeiras linhas deste Estudo e para calibrar as suas lentes de observação.

Por último, ao G.D.R.C. que me acompanhou nas últimas páginas desta dissertação e onde o espírito de grupo me fez “*ganhar ganhar ganhar!*” e me ensinou que nenhuma batalha se vence num dia e que com trabalho e dedicação conseguimos alcançar os nossos objectivos, sem nunca ter de trocar o nosso valor pelo valor dos outros.

RESUMO

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Europeização ou Presidencialização política? Dinâmicas e Metamorfoses na figura do Primeiro-ministro em contexto da união europeia.

Miguel Nuno Nobre Bastos de Lacerda

PALAVRAS-CHAVE: Primeiro-ministro, Conselho Europeu, Presidencialização, Europeização.

O objectivo do estudo passa por compreender o papel da figura do primeiro-ministro nas principais mudanças políticas na União Europeia decorridas entre o final da década de 70 até a ratificação do tratado de Lisboa a 1 de Dezembro de 2009. Para alcançar a tarefa proposta é estabelecida uma área política a (União Europeia) observada pelas lentes de mudança da Europeização. Uma figura política (Primeiros-ministros) caracterizada pelas metamorfoses do argumento de presidencialização política e uma instituição comunitária (Conselho Europeu) como ponto em comum entre o espaço e os actores em Estudo.

A nível da Europeização é destacado o carácter na natureza da União que se estande como um 'Império' sobre o mosaico de Estados e culturas Europeus, ao mesmo tempo que concentra novos poderes executivos e formais junto das suas instituições na criação de Bruxelas como um novo centro político. A nível da presidencialização política a análise teórica está complementada com dois casos norte e a sul da Europa com o objectivo de obter o maior contraste possível sobre as características do modelo apresentado. É ainda problematiza a existência de uma face diplomática? Que marca a transição para a análise do Conselho Europeu onde é observado o seu processo de formação e institucionalização a sua nova sede fixa em Bruxelas e o seu novo presidente permanente.

Estas três dimensões apresentadas complementam-se e procuram uma resposta à pergunta central do estudo: Existe uma presidencialização do sistema político Europeu?

ABSTRACT

Dissertation in Political Science and International Relations

Europeanization or the Presidentialization of Politics? Dynamics and Metamorphosis of the Prime-Minister Figure in the European Union Context.

Miguel Nuno Nobre Bastos de Lacerda

KEYWORDS: Prime-Minister, European Council, Presidentialization, Europeanization.

The purpose of this study is to analyze the role of Prime-ministerial figure in the context of European Union from the late 70's to the ratification of Lisbon Treaty on December first 2009. To achieve this goal it was defined the political area (Countries of the E.U) observed by the lent's of Europeanization. It was also established the political figure (Prime-ministers), characterized by the metamorphosis of political presidentialization theory, and a Communitarian Institution (European Council) as a bridging point between the space and the actors of this dissertation.

On Europeanization the real nature of the European Union is highlighted. It's movements towards a geopolitical expansion like an 'Empire' crossing over the vast mosaic of states and European cultures, creating new formal and executive powers of its institutions at Brussels as an advent of a new political center. About the argument of political presidentialization the theoretical analysis is complemented with two cases in North and in South of Europe with the intention of obtaining the biggest contrast on the patterns of the model. It also questions the existence of a diplomatic face? Which marks the transition to the analysis of the European Council where is observed the birth and the progressive process of institutionalization of the EC as well its new permanent seat in Brussels with innovative figure of a permanent president.

These three dimensions work together to solve the central question of this research: Is there a presidentialization of the political system of the European Union?

Índice

Introdução	1
I-Rumo ao Continente Político	6
1.1.As Dinâmicas de Europeização	7
1.2. A Europa como Império	22
1.3. Bruxelas – A Nova Roma	34
II.A Metamorfose de uma Figura Singular	45
2.1.A Ideia de Presidencialização Política	47
2.2.O Gabinete Nórdico e o Palácio do Mediterrâneo	57
2.3.Uma Nova Face?	77
III. O Caso do Conselho Europeu	89
3.1. De cimeira Diplomática a Instituição Europeia	90
3.2.O Fim do Circo Ambulante -	98
3.3.More than a Chairman – A Presidencialização do Sistema Político Europeu?	103
Conclusão	113
Bibliografia	120
Caderno de Anexos	138

A minha atitude é sempre de infinita atenção. Tento não adormecer sobre uma história que galopa, não adormecer em cima do cavalo – estar atento. A atenção é a única regra.

Francisco Lucas Pires

Introdução

O presente trabalho procura avaliar o impacto e evolução do Conselho Europeu desde o seu carácter de cimeira diplomática esporádica (século XX – década de 70) à regularização e posterior institucionalização decorrente do Tratado de Lisboa, em 2009.

Desta forma, a orientação geral do estudo pretende alcançar um olhar sobre a Europa na perspectiva da especialização em Estudos Políticos de Área, onde se pretende observar a União Europeia enquanto organização regional com a capacidade de criar, desenvolver e aprofundar um conjunto de sistemas e instituições próprios.

A investigação procura ainda cumprir com os objectivos traçados pelo plano de Estudos da especialização no qual deverão ser adquiridos, articulados e aprofundados conhecimentos teóricos a par de competências metodológicas que sirvam de apoio a uma investigação organizada, que permita compreender as interdependências político-económicas à escala de macro regiões geopolíticas situadas em contexto de globalização. Deverão ser ainda problematizados os planos internos e externos da(s) região(ões) observada(s) de forma a obter uma compreensão global dos desafios internacionais, numa perspectiva interdisciplinar, capacitadora para a participação em processos de apoio à análise estratégica e à tomada de decisão.

A amplitude dos objectivos e a extensão da tarefa proposta irá promover uma confluência de temas onde o recurso à literatura de Estudos Europeus, Ciência Política e Relações Internacionais se torna essencial. Apesar do recurso às fontes bibliográficas descritas, a essência do trabalho pretende enquadrar-se no âmbito de Estudos Políticos de Área não tendo como objectivos o estudo da Ideia de Europa ou uma focalização específica sobre determinado actor ou comportamento político (factores complementares ao argumento central). A filosofia da investigação proposta reside em comparações políticas entre regiões e os Estados nacionais entre os Estados nacionais e as Instituições Comunitárias, entre a União Europeia e as demais Organizações Regionais. É neste balanço de poderes entre os panoramas internos e externos relativos aos Estados, às suas regiões e à própria União Europeia, que se procurará compreender a natureza do Sistema Político Europeu, o seu impacto na figura do primeiro-ministro ou até mesmo a influência das dinâmicas de Europeização e das metamorfoses relativas à presidencialização política.

Para operacionalizar um vasto conjunto de objectivos, a fase exploratória determinou o título e a pergunta de partida que pretendem ser suficientemente claros, exequíveis e, se possível, pertinentes.

Como título da dissertação será estabelecido *Europeização ou presidencialização política? Dinâmicas e metamorfoses na figura do primeiro-ministro em contexto da União Europeia*. Em relação ao título escolhido torna-se necessário salientar três aspectos: a expressão em contexto da União Europeia que permite delimitar a U.E enquanto organização regional e como área de Estudo, em segundo lugar as Dinâmicas de Europeização e Metamorfoses de Presidencialização e os argumentos teóricos e, por último, a figura do primeiro-ministro que surge como o actor político sobre o contexto e concepções teóricas apresentadas.

A par do título irá ser estabelecida como pergunta de partida a seguinte questão: “Existe uma presidencialização do sistema político europeu?” Espera-se que esta interrogação cumpra com os pré-requisitos apresentados e que seja ampla o suficiente para suportar a estrutura do trabalho, representada na seguinte imagem:

Diagrama 1 – Formulação da Pergunta de Partida



Para responder a esta questão serão propostas três novas questões, como sugere a figura anterior e que permitem abrir três novas dimensões:

O grupo (I) irá abordar as dinâmicas de europeização; procura-se perceber como decorrem os processos de mudança no espaço europeu e de que modo estes interagem num ambiente de um sistema político próprio, onde estados nacionais, instituições europeias, cidadãos, partidos políticos e grupos de pressão competem com o objectivo de promover e assegurar os seus interesses.

Procura-se ainda compreender qual a abrangência das dinâmicas de europeização e se existe uma tendência para deslocar ou transferir os centros de *decision-making* dos governos nacionais para Bruxelas.

A segunda parte do trabalho (II) irá focar a teoria de presidencialização política, as concepções de Poguntke e Webb (2005) vão ser revisitadas com o intuito de observar de que modo regimes semi-presidencialistas ou parlamentares adoptam traços de sistemas presidencialistas, contribuindo para um aumento de visibilidade e de poderes formais na figura do primeiro-ministro, procurando-se entender a extensão das faces de presidencialização política apresentadas. A escolha do argumento de presidencialização em detrimento de outros argumentos, como a federalização ou consitucionalização, reside na flexibilidade do conceito e na sua capacidade para complementar o argumento de europeização e estabelecer o veículo entre o plano interno (estados-nacionais) e a dimensão comunitária no exemplo do Conselho Europeu.

Para além de visitar e actualizar a teoria de presidencialização política, outro objectivo será questionar a existência de uma quarta face - uma face diplomática ou face externa do processo de presidencialização - na qual os primeiros-ministros acedem a uma plataforma de negociação europeia e presidem ao Conselho Europeu. Ao assumir que esta face possui validade, pode a nova figura de Presidente do Conselho Europeu complexificar ou “europeizar” a competência descrita?

Por último (III) o conjunto de informações recolhidas através dos métodos de investigação, baseados na consulta de bibliografia especializada, documentação europeia e informação de centros de investigação, irá contribuir para a revisão literária, fundamental para avançar com o caso do Conselho Europeu, perfil e alterações previstas à luz do Tratado de Lisboa. Com a introdução do exemplo institucional estabelece-se um ponto de confluência entre a área e a figura política em estudo, um ponto comum entre a dimensão comunitária e a figura do primeiro ministro onde os planos internos e externos em relação aos Estados e à União Europeia são colocados sobre a mesa de negociações.

Quer as dinâmicas de Europeização quer as faces de presidencialização política serão argumentos chave para conhecer como se processam os fenómenos de mudança e de centralização de poder sobre um palco comum que age como grande motor da política europeia e como principal plataforma de negociação e debate, sendo a grande assembleia onde chefes de governo (primeiros-ministros e presidentes) avançam com os seus argumentos mais fortes, estabelecendo um balanço ténue entre a defesa dos interesses nacionais e a necessidade de aprofundamento da experiência política europeia.

Para avaliar este novo movimento de institucionalização será necessário recorrer a ferramentas de análise quantitativa que permitam compreender como um regime de cimeiras deu lugar a um novo órgão de decisão política e a um novo sistema de presidências rotativas, que terão ainda de conviver com a nova figura de um presidente permanente do Conselho Europeu:

- Numa primeira fase, será contabilizado, o número de cimeiras e o carácter de reunião (formal, informal e extraordinário); o número de presidências; quais os países com mais presidências da União Europeia; que líderes europeus presidiram à U.E;

Que locais foram escolhidos para acolher as cimeiras do Conselho Europeu, procurando-se encontrar traços de centralização e indícios de regularidade.

- Numa segunda fase, as cimeiras formais entre 1974 e 2004 irão ser observadas com o recurso à criação de uma base de dados (e posterior tratamento em Microsoft Access), cuja fonte serão as conclusões da presidência. Cada cimeira irá assentar sobre um modelo composto por diferentes categorias de informação:

- Questões institucionais; assuntos internacionais; política comunitária; orçamento comunitário; segurança comum e relações externas; justiça e assuntos internos; outros assuntos.

O plano de análise quantitativa será complementado com bibliografia sobre o Conselho Europeu com o intuito de observar se a nova figura de “Presidente da União Europeia” poderá materializar as noções de centralização de poder. Pretende-se ainda apurar se as competências dos Estados nacionais vão estando progressivamente mais integradas num centro ou sistema de decisão europeu mais fechado, como o resultado de uma possível deslocação dos centros de decisão política das capitais europeias para Bruxelas e da convergência em termos institucionais dos poderes quer ao nível de representação (plataformas de negociação e debate), quer ao nível da iniciativa política (através da coordenação da agenda ou do motor político) para a presidência do Conselho Europeu.

Esta possibilidade de criar um novo cargo, poderá ainda inaugurar um novo movimento no seio das elites políticas europeias, no qual antigos ou actuais primeiros-ministros poderão alcançar um novo palco activo da vida política europeia através da renovação do cargo de Presidente do Conselho Europeu, num período de dois anos e meio.

Para terminar o estudo serão apresentados os resultados sob um ponto de revisão crítica e se necessário, serão calibrados alguns indicadores. Se os resultados esperados forem concretizados e se surgirem novas linhas de investigação, estas serão apresentadas a par das consequências práticas que se poderão retirar do trabalho. A conclusão pretenderá ainda aferir a solidez do modelo

desenvolvido e reconhecer eventuais lacunas que possam ter surgido devido às limitações temporais e formais que cercam o período de investigação, perspectivas que possam ser importantes mas que poderão ter “voador abaixo do radar da investigação” não sendo observadas com o rigor necessário.

Esta fase do Mestrado pretende cumprir com o rigor metodológico próprio à investigação científica em Ciências Sociais passando pelas sete etapas fundamentais, formulação da pergunta de partida, exploração do tema; estabelecimento da problemática; construção do modelo de análise, observação dos resultados obtidos e análise de conclusões

Quanto à estrutura definida no índice, optou-se por abordar em primeiro lugar a Europeização definindo a área de estudo, mas ao mesmo tempo será problematizado o funcionamento da U.E num plano interno referente à sua relação com os Estados-membros e num plano externo relativamente organizações regionais ou no estabelecimento dos pilares para uma política externa comum. O segundo capítulo tem a mesma estrutura sendo o ponto (2.2) a análise da figura do Primeiro-ministro em contexto dos Estados nacionais seleccionados e o ponto (2.3) a sua actuação num plano externo, neste caso na dimensão comunitária.

Os grupos I, II e III irão apresentar e resumir as linhas gerais dos respectivos pontos introduzindo o leitor nos três pilares do estudo. Por sua vez, os pontos (1.1, 2.1 e 3.1) aspiram à reflexão sobre os diferentes debates teóricos, onde serão destacadas as principais características teóricas e conceptuais dos modelos apresentados, que serão simplificadas e abordadas. Os pontos (1.2) e (2.3) farão abordagens ao plano externo (arena comunitária e internacional) em contraste com os pontos (1.3) e (2.2) balanços internos quer da U.E (plano internacional) quer dos Estados membros (plano nacional). Na recta final da investigação e após consolidar área e actor político, a análise institucional será apresentada no ponto (3.2) que relacionará Conselho Europeu e dinâmicas de Europeização e no ponto (3.3) que avaliará o impacto dos fenómenos de presidencialização política na estrutura da instituição em análise.

O tema revela pertinência mas, sobretudo, extrema actualidade num momento em que o Tratado de Lisboa alterou a lógica fundamental do funcionamento das instituições europeias, apontando a imagem de que a U.E prepara um novo barco e um novo rumo na construção de uma ordem internacional que aspira a uma voz e a uma resposta europeia aos desafios actuais.

I - Rumo ao Continente Político

O primeiro capítulo aborda a extensa literatura sobre Europeização, evidenciando a sua dispersão e avançando com três mecanismos de análise inspirados pela revisão literária:

- O Mosaico de Europeização¹, com o objectivo de procurar os diversos significados do termo. Esta tabela coloca num plano de análise três teorias que compilam parte dos usos e associações comuns com o objectivo de comparar e conhecer quais os argumentos mais sólidos (o que se entende por Europeização?).

Destacam-se ainda dinâmicas externas e internas do processo de Europeização, que irão ser desenvolvidas, respectivamente, nos pontos 1.2 e 1.3.

- A Pirâmide de Europeização (consultar página 14) revela uma abordagem *top-down*, identificando domínios de Europeização (o que é europeizado?), *key intervening variables* (quem influencia o processo?) e ainda destaca a relação entre o topo e a base da pirâmide, onde a ligação entre a União Europeia e os Estados-membros pode seguir quatro processos de mudança distintos: transformação, absorção redução e inércia (qual a direcção dos efeitos de mudança?).

- O último mecanismo de análise baseia-se no sistema aberto tripartido (consultar página 20), que evidencia um processo composto por três matrizes de mudança: *Top-Down (Downloading)*, *Bottom up (Uploading)* e *Horizontal Transfer (Crossloading)*. O sistema avança com uma segmentação da União Europeia enquanto plataforma de negociação e diálogo e motor político.

Serão ainda observadas as estratégias utilizadas pelos Estados-membros nos processos de negociação no espaço europeu (existem mecanismos internos de resposta?), os exemplos de *Pace-Setting*, *Foot-Dragging* e *Fence-Sitting*, contrapondo ainda a noção de *burocratic drift* apresentada por Simon Hix (2005).

O ponto 1.1 termina levantando algumas questões em torno da noção de *concept stretching* e identificando os limites de Europeização (Quais os limites do fenómeno de Europeização?). Os restantes pontos - 1.2 e 1.3 - irão fragmentar o Mosaico de Europeização em duas partes e analisar, com as ferramentas adquiridas no ponto 1.1, as dinâmicas externas e internas de europeização.

¹ Consultar Caderno de Anexos (p.162) Tabela 1 – Mosaico de Europeização

1.1. Dinâmicas de Europeização

O debate em torno do futuro da Europa e da continuidade do projecto político europeu reflecte a procura por uma nova organização das instituições básicas de governo e tem como pano de fundo um tema transversal: a Europeização.

Na temática de Europeização figuram as diferentes perspectivas a favor e contra o projecto europeu, sendo equacionados os diferentes desafios e teorias, onde sobressai o antagonismo entre integração funcional e expansão territorial; o debate na literatura entre a teoria neofuncionalista e a ideia de multi-level governance; e ainda as problemáticas do federalismo europeu, do défice democrático, dos regionalismos e dos nacionalismos.

Torna-se necessário, para uma correcta apreciação das diferentes perspectivas em análise, recorrer a uma observação dos processos de mudança que envolvem dinâmicas de Europeização e metamorfoses decorrentes da presidencialização política.

A complementaridade descrita na nota introdutória foca as semelhanças e diferenças estruturais entre os processos descritos:

- O primeiro aspecto relaciona-se com a localização dos efeitos: estes coexistem e envolvem o espaço europeu, não sendo este espaço um factor de limitação, pois quer os efeitos de europeização quer de presidencialização política podem ser verificados para além das fronteiras da União Europeia;
- O segundo factor indica que os processos de mudança em estudo se direccionam para tendências de centralização de poderes, funções ou decisão, quer na figura do primeiro-ministro quer nas instituições europeias.

A considerar está também a ausência de uma teoria geral ou de um modelo conceptual, que permita comprovar ou testar empiricamente a validade das dinâmicas apresentadas, devido à dispersão de fenómenos que traduzem uma maior centralização e de estes não reunirem condições para que as variáveis possam ser empiricamente testadas.

A ausência de consenso indica, desta forma, que ambos os processos, de Europeização e de presidencialização política, possuem limites e extremos: ou seja, por um lado o abandono do seu estudo e por outro, a aspiração a uma teoria geral. São estes extremos que reflectem a diversidade de actores e de processos de mudança e, por conseguinte, a dificuldade de uma teoria geral ou de

uma matriz consensual. Parte da complexidade relaciona-se com a constante mutação da ideia de Europa, que cresce e se molda a par do desenvolvimento da União Europeia.²

Não obstante a complementaridade descrita, ambos os fenómenos seguem linhas de investigação diferenciadas. A europeização surge associada a um conjunto de fenómenos consideravelmente mais amplo, inseridos na literatura de integração europeia e de ciência política. Por sua vez, a presidencialização política encontra-se dispersa na literatura de ciência política em estudos relativos aos poderes dos primeiros-ministros (*cabinet studies*).

Tal como acontece com a ideia de ‘presidencialização política’, torna-se difícil definir, conceptualizar e delimitar o termo ‘Europeização’.

A informação, bem como os fenómenos circunstanciais relevantes, encontra-se dispersa em artigos científicos ou em capítulos na literatura de Estudos Europeus, como parte integrante de uma outra ideia já concebida.

Contudo, apesar de ser uma temática contestada devido à ausência de uma definição partilhada pela comunidade científica e sustentada em evidências empíricas, as dinâmicas da Europeização provocam um impacto profundo na alteração dos sistemas de governo e estruturas institucionais.

O impacto descrito está associado a processos de mudança transversais que afectam desde as estruturas de governo às estruturas sociais. Desta forma, o desenvolvimento da acção comum (a nível governativo e organizacional) é acompanhado pela redefinição de ideais políticos e pelo estabelecimento de valores colectivos.

O primeiro desafio é: como denominar a palavra ‘Europeização’?

A literatura indica-nos que podem ser utilizadas as expressões: termo, conceito ou mosaico. No entanto, foi assente denominar Europeização de “fenómeno”³ e o seu vasto conjunto de processos de mudança integrados como “dinâmicas”⁴.

² “As the EU has become increasingly complex, integrated and important, the volume of research on EU government, politics and policy-making has grown exponentially.” HIX, Simon (2005). In: *The Political System of the European Union*, Palgrave Macmillan, p.7.

³ Utilização da palavra devido ao carácter de mudança que encerra e possibilidade de abordagens que oferece., “Tudo o que modifica os corpos e impressiona os sentidos.”, COSTA J. Almeida e MELO A. Sampaio (1977). In: *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, p.641.

⁴ Termo usado por Paul Magonet Relação entre forças e movimentos. MAGNETTE, PAUL (2005). *Le regime Politique de l’Union européenne*, Sciences Po, Paris, 2005.

Como foi anteriormente referido, a literatura encontra-se dispersa, no que aparenta ser um espaço desordenado onde por Europeização se subentende um amplo conjunto de processos de mudança.

A partir de 2002 alguns esforços foram lançados com o intuito de tentar encontrar o significado e possíveis usos para a palavra “Europeização”. Incluído nestes, num campo onde a diversidade se assume como a variável mais constante, o estudo de Johan P. Olsen⁵ procura identificar as diferentes faces da Europeização. O esforço em agregar as diferentes formas como o fenómeno pode ser associado e descrito pretende identificar quais as dinâmicas que a palavra Europeização abrange, criando uma plataforma de investigação que ao agregar as diferentes visões⁶ sobre o tema, permite compreender que tipo de fenómenos têm sido com ele relacionados.

O estudo anteriormente referido enumera e problematiza cinco possibilidades para utilizar o termo:

Penetração central nos sistemas de governo nacionais e sub-nacionais;

Processo de alteração das fronteiras externas;

Desenvolvimento das instituições de governo a nível europeu;

Veículo de exportação de formas de organização política que são típicas à Europa mas distintas para lá do território europeu;

Projecto político com o objectivo de promover uma Europa unida e forte politicamente.

A perspectiva de Olsen torna-se útil para distinguir as diferentes faces da Europeização. Porém, a sua forte dispersão impossibilita que ‘Europeização’ passe, legitimamente, de termo a conceito formal.

No entanto, a ausência de uma teoria geral não impediu alguns teóricos da integração europeia de tentar colocar um pouco de ordem num campo de investigação desordenado. A procura

⁵, “Therefore, rather than rejecting the term outright, I make an attempt to create a little more order in a disorderly field of research” OLSEN, Joahn (2002). In: *The Many Faces of Europeanization*, Centre for European Studies University of Oslo, Oslo, p.3.

⁶ Idem “The argument is that the different conceptions of Europeanization complement, rather than exclude each other. They refer to different, but related phenomena. (...) Europeanization can be understood in terms of a limited set of ordinary processes of change. The processes are complementary, not exclusive.”.

dos diferentes usos ou significados reflecte-se também (a par de Olsen) no trabalho de Buller and Gamble⁷ e Bache and Jordan⁸.

As conclusões dos três estudos referenciados foram comparadas com o intuito de aprofundar a solidez e consenso dos diferentes argumentos, tendo sido para o efeito concebida uma tabela que sistematiza as diferentes possibilidades e apresenta um mosaico de Europeização⁹.

De uma primeira apreciação geral depreende-se que existem argumentos comuns a todos os autores, pelo menos um argumento original por estudo e que nem todas as formas de Europeização são fenómenos restrictos exclusivamente ao espaço geográfico da União Europeia. Através da sistematização da tabela 1 verifica-se que dois dos estudos remontam a 2002 e um terceiro a 2004, constatando-se que este último, mais recente, possui três argumentos originais que não constavam dos estudos anteriores.

Ao comparar as três teorias observam-se dois pontos consensuais, nos quais há concordância entre os cinco autores, que definem uma das formas de Europeização como a criação/estabelecimento de novos poderes, instituições ou formas de governo a nível comunitário, e outra como a existência de um processo de mudança interna, através de uma penetração nas estruturas nacionais e subnacionais num claro processo de mudança *top-down*.

Comuns a ambos os estudos lançados em 2002 estão outras duas formas de europeização: tanto Olsen como Bache and Jordan concordam que europeização comporta formas de exportação de governação política para além das fronteiras da União Europeia e constitui um factor de unificação política, ou seja, enquanto projecto tem o propósito de fortificar politicamente a Europa.

Os Estudos de 2002 estariam em sintonia se não existissem argumentos originais, quer da parte de Olsen, que indica que uma das formas de Europeização poderá estar contida no processo de alteração das fronteiras externas (alargamento), quer de Buller and Gamble¹⁰, que defendem que sob o signo da Europeização podem ser ocultadas manobras domésticas, isto é, quando os governos

⁷ BULLER, JIM, e GAMBLE, Andrew (2002). *Conceptualising Europeanization*, SAGE Public Policy and Administration, London.

⁸ BACHE, Ian e JORDAN, Andrew (2004). *Britain in Europe and Europe in Britain: The Europeanisation of British Politics?* The University of Sheffield, Sheffield.

⁹ Consultar Caderno de Anexos (p.162) Tabela 1 – Mosaico de Europeização.

¹⁰ BULLER, JIM, e GAMBLE, Andrew (2002). *Conceptualizing Europeanization - Public Policy and Administration*, Special Issue Understanding the Europeanization of Public Policy Vol 17 No 2, 2002, pp 4-24.

nacionais remetem a Bruxelas a responsabilidade por determinada medida impopular, induzindo a ideia de mudança involuntária numa perspectiva clara de um movimento *top-down*.

Em 2004 foram aduzidos três argumentos originais no estudo de Bache and Jordan¹¹, seguindo a linha da segunda geração de estudos. Os autores consideram que nem todas as formas de Europeização constituem de forma exclusiva dinâmicas *bottom-up* e que a transferência horizontal, ou *crossloading* são também formatos de que se reveste o fenómeno em estudo. Desta forma, assiste-se ao segundo argumento original, no qual a interacção dos Estados e da União não só aumenta como também possui um duplo sentido.

Efectivamente, o último argumento permite sintetizar parte do debate de 2002 relativamente à unificação política, afirmando que a União Europeia vai assumindo progressivamente um papel de marco de referência para as políticas domésticas.

O mosaico indica ainda a existência de duas facetas (interna e externa) do processo de Europeização, onde a grande maioria dos fenómenos são exclusivos ao espaço interno das fronteiras europeias. Porém, o processo de alteração de fronteiras externas e a exportação de formas de governação política confirma uma das premissas iniciais onde a influência da europeização não se limita ao espaço da União Europeia.

As três perspectivas apresentadas reflectem as grandes linhas gerais sobre as quais se constroem as principais aproximações ao fenómeno descrito e permitem resumir grande parte do debate contido nas teorizações de Robert Ladrech¹², Thomas Risse¹³, Klaus H. Goetz¹⁴, Kerry

¹¹ BACHE, Ian e JORDAN, Andrew (2004). *The Europeanisation of British Politics?* Basingstoke: Palgrave; London.

¹² LADRECH, Robert (2010). *Europeanization and National Politics*, Palgrave Macmillan, London.

¹³ RISSE Thomas (2001). *Transforming Europe: Europeanization and Domestic Change*, Cornell University Press, New York.

¹⁴ GOETZ, Klaus H. (2006). *Territory, Temporality and Clustered Europeanization*, Institute for Advanced Studies, Viena.

Howell¹⁵, Kevin Featherstone¹⁶, George Kazamias¹⁷ e numa perspectiva menos política o contributo de Kenneth Dyson¹⁸.

A busca por um significado para o fenómeno Europeização, expressa na literatura de integração europeia, aponta duas gerações de estudos diferenciadas. A primeira geração surge na década de 70; com um foco de investigação direccionado para a dimensão política através de abordagens *top-down*, os estudos procuram explicar de que forma as estruturas domésticas (políticas e de representação) se alteram face às pressões da União Europeia.

Deste modo, existe uma maior ênfase na natureza reactiva ou involuntária desta adaptação, assumindo-se inclusivamente a existência de um desajustamento formal e institucional entre a dimensão doméstica e a dimensão supranacional. Parte da investigação esperava um aumento de uma convergência *cross-national* definindo ainda, em termos gerais, o termo Europeização como um dos efeitos fundamentais para o desajustamento do conceito de Estado.

Apesar dos aspectos divergentes que permitem caracterizar ou delinear duas gerações de estudos, muitas das características da primeira geração podem ser encontradas na segunda. A principal característica que permite diferenciar uma segunda geração relaciona-se com uma maior abrangência de percepções, permitindo que por Europeização não se entenda apenas um fenómeno de alteração exclusiva das estruturas políticas e administrativas mas também de comportamentos, valores, ideias, discursos e identidades.

Na década de 90 toma forma uma segunda geração marcada pelo modo particular de teorizar as consequências dos fenómenos e dinâmicas. O seu carácter advém da inserção de uma linha sociológica na literatura de integração europeia e destaca-se por uma tendência para que as motivações e valores dos actores políticos se moldem consoante os contextos institucionais, da mesma forma que os ideais sustentados pelos mesmos definem a percepção, pelos decisores públicos, dos seus interesses.

¹⁵ HOWELL, Kerry E. (2004). *Developing Conceptualisations of Europeanization: Synthesising Methodological Approaches*, Queen's Papers on Europeanization, No.3, Queen's University Press, Belfast.

¹⁶ FEATHERSTONE, Kevin (2003). *The Politics of Europeanization*, Oxford University Press, Oxford.

¹⁷ KAZAMIAS, George (2001). *Europeanization and Southern Periphery*, Frank Cass Publishers, London.

¹⁸ DYSON, Kenneth (2008). *The Euro at Tem, Europeanization, Power and Convergence*, Oxford University Press, Oxford.

Esta segunda geração confere um maior enfoque à dimensão política do ajustamento de interesses, trazendo para o debate em torno da Europeização elementos cognitivos, como crenças ou valores, ideias e identidades, que permitem avaliar conscientemente, num plano particular, comportamentos eleitorais e partidários, e num plano geral (sistema político), o impacto das estruturas/instituições europeias.

Evidencia-se ainda uma maior complexidade destas mesmas interacções políticas, onde a anterior e comum abordagem *top-down* será partilhada com outras perspectivas *bottom-up* e transferência horizontal ou *crossloading*. Desta forma, é problematizado o carácter progressivo e voluntário da adaptação dos Estados Membros à União Europeia através da transferência de políticas e medidas (*downloading*, *uploading* e *crossloading*) do plano europeu para os contextos internos.

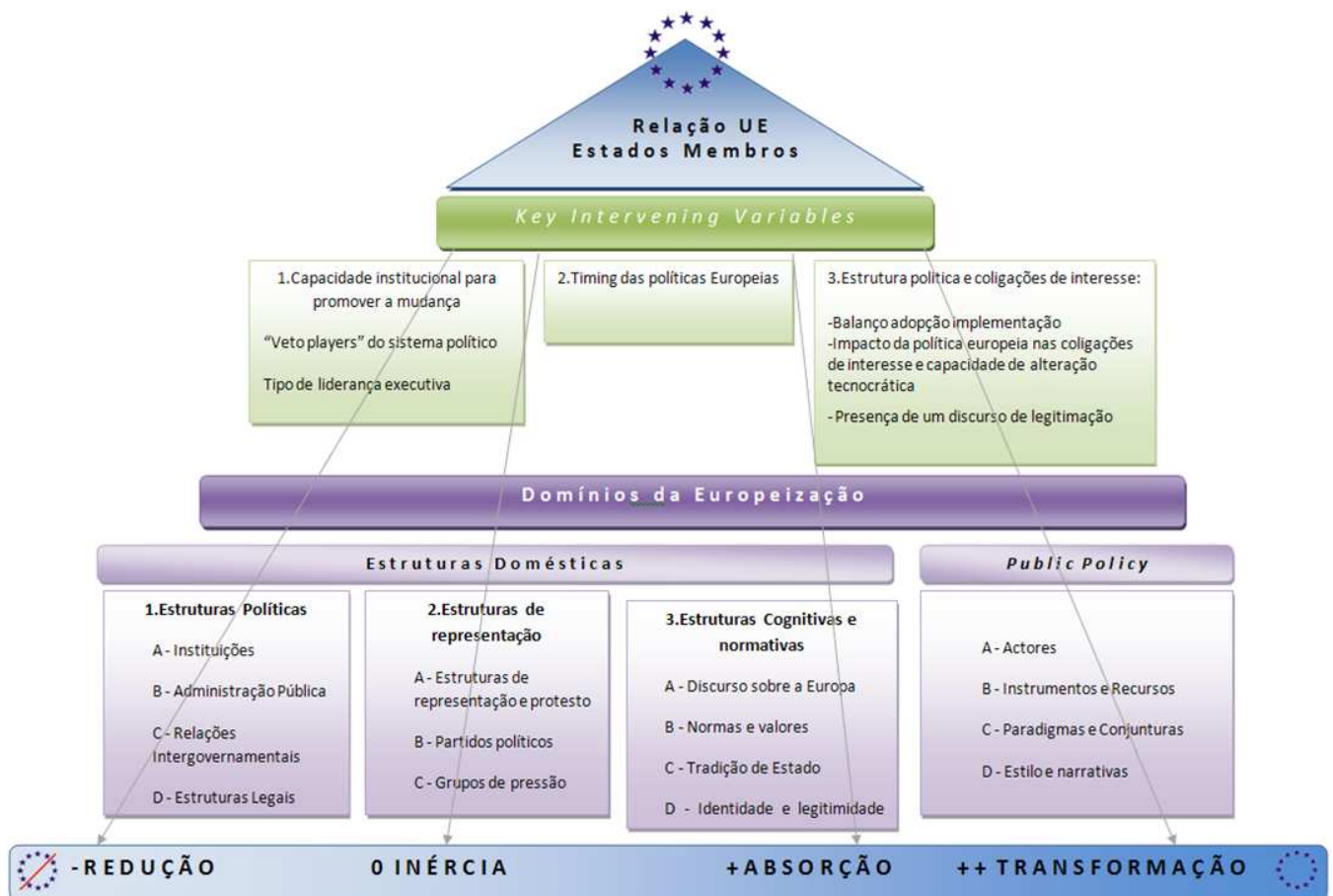
Posto isto, levantam-se ainda, no panorama teórico, duas questões importantes: em primeiro lugar, quais são os domínios onde se materializam os efeitos de europeização (o que é europeizado?) e, em segundo, qual a extensão dos seus efeitos.

A fim de responder às premissas anteriores, Radaelli¹⁹ estabelece uma comparação entre os domínios de Europeização e a extensão ou direcção dos seus efeitos. O autor cita ainda Morlino para redesenhar um modelo de análise que separa os domínios de europeização: o domínio referente a estruturas domésticas e o referente a *public policy*.

Para uma compreensão transversal do modelo de análise descrito, o corpo teórico foi redesenhado numa estrutura em pirâmide²⁰ facilitando a compreensão dos múltiplos processos de mudança.

¹⁹ RADAELLI, Claudio M. (2000). *Whither Europeanization? Concept Stretching and Substantive Change*, European Integration Online Papers, Vol.4

Diagrama 2 – Pirâmide de Europeização



Fonte: Diagrama feito pelo autor e baseado em RADAELLI (2000).

As estruturas domésticas subdividem-se em três grupos amplos: estruturas políticas, estruturas de representação e de protestos e estruturas cognitivas ou normativas. Por sua vez, o segundo domínio de Europeização, concernente a *public policy*, não possui subcategorias e engloba uma estrutura mais diferenciada onde actores, recursos, estilos, instrumentos, narrativas e legitimidade do discurso político surgem individualmente como domínios onde se verificam processos de mudança. Para além de destacar o que é ‘europeizado’, Radaelli defende igualmente que a magnitude da mudança e a direcção dos seus efeitos constituem elementos importantes para complementar o corpo teórico em análise. São então estabelecidas quatro vias possíveis nas quais, e numa perspectiva *top-down*, ocorrem os processos: a transformação, a absorção, a redução e a inércia.

Começando pelo processo de transformação, as mudanças ocorrem sempre que se verifica uma viragem paradigmática nas lógicas fundamentais do comportamento político. Por transformação entende-se uma mudança paradigmática. Alguns exemplos deste tipo de processo podem ser observados através das alterações, quer no formato e mecanismos dos sistemas partidários, quer na

adoção ou coordenação de aspectos comuns em política monetária. Contudo um dos exemplos de transformação (largamente debatido na literatura de integração europeia)²¹ refere-se ao processo de Bolonha, sobre o qual fora promovida a normalização dos sistemas de ensino superior e que alterará profundamente quer as estruturas institucionais quer as estruturas cognitivas.

O processo de transformação alicerça-se numa forma de mudança transversal (que muitas vezes não se restringe ao espaço da União Europeia) modificando estruturas e concepções partindo do geral para o particular do político até ao indivíduo.

Descendo um patamar na estrutura em análise, o autor cita Fabbrini²² para descrever o segundo processo, a absorção. Este processo baseia-se numa mudança menos forte ou permanente que o processo de transformação e indica que determinado país pode promover uma mudança flexível para cumprir as metas de Bruxelas e indica posteriormente à sua posição anterior.

As posições são ajustadas em conformidade com os requisitos pré-estabelecidos sem que exista uma alteração real das estruturas essenciais ou das lógicas de funcionamento dos seus sistemas, político ou económico/monetário. Um dos exemplos de transformação, tal como indicado por Fabbrini, passa por um parcial e temporário regime de equilíbrio orçamental que cumpra com determinados objectivos ou metas europeias, como o regime de convergência que antecedeu a implementação da moeda única.

Após cumprir a meta indicada como “*bambu sobre o vento*”²³, a posição anterior assume-se como a postura “natural”²⁴ de determinado Estado ou instituição que não procura transformar a sua lógica fundamental de funcionamento mas, apenas, absorver (cumprir temporariamente) o acordo comum.

Porém, a pirâmide indica que nem todos os processos de mudança apontam para uma convergência com as linhas europeias.

²¹ CORBET, Anne (2004). *Europeanisation and the Bologna Process; A Preliminary to a British Study*, University of Pittsburg, Pittsburg.

²² “Sergio Fabbrini (1998) argues that the Italian Institutions have flexed like bamboo in the wind to accommodate the pressure to qualify for the single currency, but since this goal has been secured, they have returned to the original position.” RADAELLI, Claudio, M. (2000). In: *Whither Europeanization? Concept stretching and substantive change, European Integration*. Online Papers, Vol.4, p.11.

²³ Idem.

²⁴ Idem.

O terceiro processo de mudança, a redução, aponta para um efeito paradoxal, que faz com que as posições nacionais possam passar a assumir orientações com uma maior divergência face às políticas antecessoras. Ou seja, nem sempre a relação União Europeia/Estados-Membros produz um acordo negocial pró-europeu, existindo casos em que a discrepância entre as instituições europeias e nacionais levam a uma redução ou estabelecimento de uma posição que se afasta da convergência comunitária por ser próxima ou conveniente à realidade dos estados nacionais.

O fenómeno induz a noção de processo de mudança complexo, no qual os actores nacionais, em oposição a determinada norma europeia, podem ser geradores de forças de bloqueio, redireccionando o processo de mudança.

A inércia, último processo de mudança apresentado, está em estreita relação com o argumento anterior.

É caracterizado pela ausência de mudança, tendo lugar quando determinado país assume que a arquitectura política da União Europeia - escolhas, modelos ou políticas - é demasiado divergente das práticas internas. Fenómenos de inércia podem ser captados através dos atrasos e bloqueios na transposição de directivas que, por seu turno, indicam um impulso de resistência ao processo de mudança induzido pela União.

Se a longo prazo se verificar a persistência de entraves, a inércia poderá trazer consigo insustentabilidade económica e política; longos períodos de inércia podem, por sua vez, originar crises, bem como provocar mudanças abruptas. Um dos exemplos de inércia que a literatura de europeização retrata é a incapacidade e inoperância vividas durante e após a tentativa de ratificar o Tratado Constitucional de 2005: o *não* francês e holandês impossibilitaram a mudança que, consequentemente, revelou efeitos do processo de inércia.

A Pirâmide de Europeização indica uma abordagem *top-down* ao processo de mudança onde, por um lado, existem factores que influenciam a direcção dos fenómenos de mudança e, por outro, os domínios que se alteram para uma das quatro posições anteriormente descritas.

Apesar de se tratar de uma abordagem *top-down*, a literatura indica-nos múltiplas possibilidades onde a natureza involuntária da mudança nos leva às respostas dos Estados ao processo descrito.

Tanja Börzel (2001) elabora três respostas dos Estados-membros às dinâmicas de europeização, evidenciando que, para além das perspectivas *top-down*, fenómenos *bottom-up*

complementam as teorias que abordam europeização como um *two way process*²⁵. Estabelecem-se três estratégias de resposta dos Estados-membros às dinâmicas de europeização:

A. - Através do *pace setting* ²⁶os Estados-membros tentam assumir um maior controlo do processo de europeização a nível comunitário, através de uma estratégia activa que procura promover determinada preferência política de um estado-membro, com o intuito de minimizar os custos de implementação da política comunitária.

Desta forma, determinado Estado exporta para a dimensão comunitária determinada preferência que, posteriormente, será adoptada pelos Estados-membros.

Associado aos promotores deste tipo de estratégia denota-se uma postura de iniciativa política²⁷, ou seja, de liderança do processo negocial definindo o ritmo e o cariz das negociações.

A estratégia descrita materializa o fenómeno de *uploading*: por sua vez, o Estado que a preconiza irá apresentar menores dificuldades para implementar (*downloading*) a decisão comunitária, porque esta já detém semelhanças à sua realidade interna ou cumpriu determinados objectivos para que fosse normalizada ao plano doméstico.

B. – Se a estratégia anterior se baseia numa posição de promoção da mudança, o *foot dragging* procura atrasar ou bloquear determinada legislação comunitária com o intuito de conseguir, ao longo dos processos de negociação, obter compensações monetárias que preencham o custo de implementação.

Por vezes, os argumentos apresentados baseiam-se no desajustamento entre as instituições domésticas e as instituições comunitárias, razão pela qual são os atrasos, não os bloqueios, que reflectem a dificuldade de convergência entre o plano interno e o plano externo.

²⁵ “Europeanization is a two-way process. It entails a “bottom-up” and a “top-down” dimension. The former emphasizes the evolution of European institutions as a set of new norms, rules, and practices, whereas the latter refers to the impact of these new institutions on political structures and processes of the member states.” BÖRZEL, Tanja (2001). In: Pace-Setting, Foot-Dragging, and Fence-Sitting. Member State Responses to Europeanization, Queen’s Papers on Europeanisation, nº4, p1.

²⁶ Optou-se por evitar uma tradução directa das seguintes expressões *pace setting*, *foot dragging* e *fence sitting*, com o objectivo de não adulterar a mensagem da autora. No entanto *por pace setting* entende-se uma estratégia de liderança em que o seu promotor define o ritmo das negociações, em oposição ao *foot dragging* que simboliza a formação entraves ao processo de negociação, por último o *fence sitting* apresenta-se como um ponto médio no qual o promotor desta estratégia negocia com os ‘*forerunners*’ e com ‘*draggers*’ não tendo uma posição particular escolhe o lado mais conveniente.

²⁷ Idem, “the pace-setters are called leaders, pioneers, forerunners, or firstcomers “p.5.

C. – A última estratégia - *fence-sitting* - apresenta a posição mais ambígua²⁸, não tomando iniciativa ou bloqueando o processo de negociação escolhendo um dos lados opostos, através de coligações estratégicas com *pace-setters* ou *foot-draggers*. É uma posição de suporte político a determinado grupo.

As estratégias enunciadas são moldadas pelas situações internas dos Estados, que dependem de múltiplos factores, tais como o nível de desenvolvimento económico, o grau de influência das regulações domésticas mas, sobretudo, moldam-se pela capacidade manifestada por determinado Estado-membro em influenciar uma área particular da política de regulação.

As estratégias associadas à resposta ao fenómeno de Europeização, na perspectiva de Borzell²⁹, apresentam dinâmicas *bottom-up*. No entanto, duas perspectivas devem ser acrescentadas para complementar o impacto e extensão do fenómeno: a noção de “*bureaucratic drift by the European Commission*”³⁰ e uma terceira concepção de interacção entre Estados-membros e U.E, o *Crossloading*³¹.

Figura 1 – Bureaucratic Drift by the European Commission

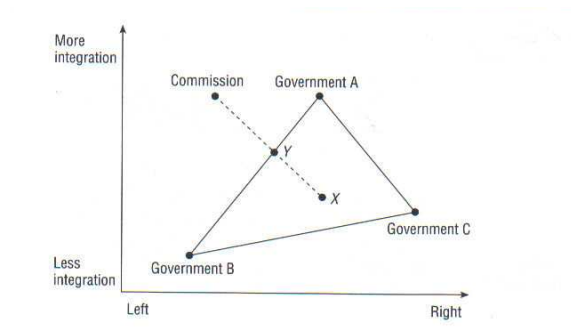
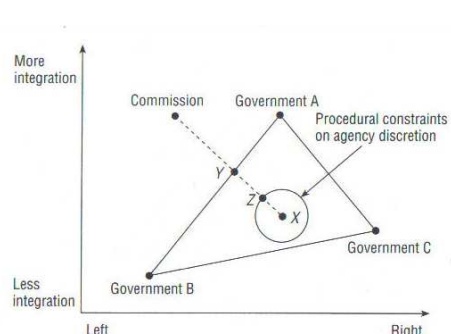


Figura 2- Controlling bureaucratic drift by restricting discretion



Fonte: HIX, Simon (2005). *The political system of the European Union*, Palgrave MacMillan, New York.,pp..29-30.

O *bureaucratic drift* (ou *agency loss*), apresentado por Simon Hix³², consiste na capacidade de determinado agente político mover o resultado final das negociações, deslocando o resultado final de determinada medida para um ponto mais próximo da sua posição ideal.

²⁸ Idem, “*Fence-sitters neither set the pace nor put the brake on EU policies. Rather, they tend to take an indifferent and neutral position*”.p.15.

²⁹ Ibid.

³⁰ HIX, Simon (2005). *The political system of the European Union*, Palgrave MacMillan, New York.,p.29

³¹ HOWELL, Kerry E. (2004). *Developing Conceptualisations of Europeanization: Synthesising Methodological Approaches*, Queen’s Papers on Europeanization, No.3, Queen’s University Press, Belfast.

³² HIX, Simon, *The political system of the European Union*, Palgrave MacMillan, New York, 2005.p.30.

As figuras apresentadas permitem visualizar padrões de negociação política numa perspectiva *bottom-up*, de um governo A, um governo B e um governo C separados pela ideologia (esquerda e direita) e pela posição quanto a uma maior e menor integração. Porém, a dinâmica *top-down* deve ser integrada e desta forma o autor problematiza uma quarta posição, a favor de uma maior integração e que corresponde à Comissão Europeia. O perfil da Comissão coloca a sua posição política ideal fora do centro de negociação dos Estados e o seu poder de iniciativa e implementação legislativa faz com que o resultado final seja também moldado por um interesse externo ao padrão de negociação dos Estados nacionais: um padrão europeu ou pró integração europeia. São estabelecidos dois pontos ideais:

- Um ponto Y, ponto médio entre as posições ideais de A, B e da Comissão, embora afastado da posição de C;
- Um ponto (X), que por sua vez representa o acordo entre os três governos: é este o ponto que o governo C tentará assegurar e que a Comissão tentará mover para (Y), em direcção à sua posição inicial, num movimento descrito como o *bureaucratic drift by the Commission*. Este movimento desencadeia um outro, como é destacado na segunda figura apresentada, onde o ‘*drift*’ é alvo de estratégias por parte dos governos nacionais para evitar a sua deslocação excessiva.

Desta forma denunciam-se duas estratégias:

1. A primeira passa pela monitorização do comportamento dos agentes envolvidos no processo de negociação, podendo esta ser efectuada através de dois tipos de monitorização política. o *police patrol* e o *fire alarm*. O *police patrol* é feito através por pedidos de desclassificação de informação e audiências públicas que permitam limitar a autonomia dos agentes políticos e controlar o processo de negociação. Os custos deste tipo de informação podem levar a que os órgãos nacionais optem pela segunda abordagem, na qual se assiste a uma abertura da pasta a grupos de interesse ou pressão públicos e privados, onde os seus especialistas analisarão o processo, capturando eventuais entraves. Desta forma é efectuado o *fire alarm*; os Estados nacionais apenas têm que aguardar as críticas.
2. A segunda estratégia consiste em criar normas e procedimentos internos que limitem o grau de autonomia dos agentes destacados no processo de negociação, definindo

O diagrama criado baseia-se no sistema apresentado por Howell,³⁴ destacando as três perspectivas, mas, avançando com uma observação diferente ao subdividir o plano da União Europeia em dois domínios:

- A plataforma de negociação e debate engloba o conjunto de cimeiras, reuniões e contactos entre Bruxelas e os Estados nacionais ou entre os múltiplos agentes políticos envolvidos nos processos de mudança.

- A noção de motor político é um segundo processo que acumula os de *top-down* e *bottom-up*, demonstrando que através da negociação ou pressão os processos de mudança são influenciados antes de entrarem em contacto com o panorama interno (nacional).

O *crossloading* vem desafiar a concepção de Europeização como ‘*two-way process*’ através de uma terceira via onde os processos de mudança passam à margem dos movimentos *top-down* ou *bottom-up*, não deixando no entanto de estar relacionados com a União Europeia - embora o seu movimento não advenha directamente do motor político, provém do contacto regular entre Estados membros na plataforma de negociação e debate.

Destaca-se neste terceiro movimento o que é descrito como *learning process*, no decorrer do qual se assiste a uma interacção entre Estados que não tem como principal motivação o debate comunitário. Este aspecto define como determinado Estado poderá ser influente para um outro no processo de organização interna, numa relação que detém potencial para originar mudanças significativas.

Na procura de uma resposta para a resolução de um problema comum, um Estado (X) pode preferir o modelo de um Estado (Y), por considerar que tal modelo é mais próximo da sua realidade, em contraposição ao modelo comum decidido pelo conjunto dos Estados-Membros.

Apesar de ter sido considerado um sistema aberto, a extensão do fenómeno de Europeização levanta as habituais críticas de *concept stretching*, um extremo ou fenómeno absoluto onde o termo Europeização começa a comportar fenómenos que não lhe são próprios, submetendo ou agrupando em si fenómenos de modernização ou evolução que nem sempre correspondem a uma influência directa de uma relação com a União Europeia, mas sim a um percurso natural de maturação dos sistemas e estruturas nacionais.

³⁴ Idem.

Esta última questão ilumina um dos elementos fundamentais do debate que permitirá fechar o primeiro ponto referente ao enquadramento teórico: Quais os limites de Europeização?

A noção precedente coloca uma barreira ao que é descrito ou denominado como ‘Europeização’, limitando conseqüentemente a sua extensão e intensidade associados. O vulto da generalização persegue um fenómeno tão amplo quanto as diferentes vertentes da integração europeia. Se por um lado se torna difícil delimitar Europeização enquanto conceito, Paul Magnette³⁵ avança com os limites das suas dinâmicas. Ao definir os limites de Europeização, Magnette apresenta a ideia de que a intensidade da acção europeia está sujeita ao grau de convergência dos Estados membros quanto ao estabelecimento de competências a nível comunitário³⁶.

Este processo de cedência gradual apresenta as fronteiras dos efeitos de mudança descritos. Assim sendo os limites de Europeização estão em grande parte associados aos limites que os Estados não estão dispostos a ultrapassar a nível intergovernamental. Como exemplo, a rejeição do Tratado Constitucional em 2005 e a impossibilidade no estabelecimento de políticas de harmonização cultural.

Em seguida será observado o plano prático das concepções teóricas apresentadas sob um plano interno e externo.

1.2. Europa Como Império

“The EU is easily the most popular and successful empire in history, for it does not dominate, it disciplines.”³⁷

Os dois pontos³⁸ seguintes fragmentam o mosaico de Europeização com o intuito de clarificar o fenómeno apresentado e os seus processos integrados de mudança bem como contexto

³⁵ MAGNETTE, Paul (2009). *Le Régime Politique De L'Union Européenne*, Presses Fondation Sciences Politiques, Paris..

³⁶ “Ensuite, l’intensité de l’action européenne dépend du degré de convergence que les États membres ont atteint quand ils lui ont conféré de nouvelles compétences”, MAGNETTE, Paul (2009), In: *Le régime politique de l’Union européenne*. Presses Fondation Sciences Politiques, Paris, p.32

³⁷ KHANNA, Parag (2009). *The Second World*, Random House, New York.,p.6.

³⁸ A escolha em fragmentar o Mosaico de Europeização e abrir os pontos 1.2 Europa Como Império e 1.3 Bruxelas a Nova Roma, passou por inserir no discurso uma análise concisa ao processo de Europeização que respeitasse a vertente de Estudos Políticos de Área e ao mesmo tempo permitesse uma aproximação a um discurso mais próximo dos temas de Ciência política do segundo capítulo. Desta forma, o ponto 1.2 problematiza europeização numa faceta externa onde a União Europeia se comporta como um actor nas relações internacionais tendo impacto em influência e em modelo de referência para as Organizações Regionais emergentes. Por sua vez o ponto aproxima-se da problemática

Europeu em que se insere a figura do primeiro-ministro em estudo. A noção de Europa como império revela três factores pertinentes, o seu carácter evolutivo, marcado por um progressivo aumento de influência, o facto dos fenómenos de europeização não se restringirem ao espaço da União Europeia e por último a complexidade dos processos de mudança que agem em sintonia e de forma integrada.

Em primeiro lugar, ao problematizar Europeização quanto à alteração das fronteiras externas da UE, verifica-se que os processos de mudança são complexos e que as subdivisões anteriores, presentes no Mosaico de Europeização, não iluminam ou não pretendem iluminar uma segmentação rígida entre os diferentes tipos de mudança.

O processo de alargamento constitui o primeiro factor externo de Europeização e provoca alterações estruturais a nível interno (Estados-membros) e a nível comunitário reequacionando, consequentemente, a ordem internacional³⁹. Ou seja, determinado fenómeno de Europeização, ao desencadear um efeito específico, pode preceder, ter sido precedido ou até mesmo integrar parte de processos de mudança distintos.

Segundo Johan Olsen⁴⁰ é possível definir e delimitar “Europa” enquanto conceito geográfico, sendo comumente empregue a mesma palavra “Europa” quando é referido o conjunto de Estados-membros.

Porém, a fronteira que separa quem é europeu de quem não é, tem vindo a alterar-se progressivamente; a inicial comunidade de seis membros cresceu para nove, dez, doze, quinze, vinte e cinco e vinte e sete Estados. Cada um destes alargamentos teve motivações políticas, económicas, de segurança e geoestratégicas, permitindo a emersão gradual de uma nova imagem de Europa.

A política e as práticas de alargamento foram edificadas à medida que surgiam os desafios e necessidades, como patente em 1973, quando questões económicas e de contrabalanço de poder político levaram a que a Grã-Bretanha, a Dinamarca e a Irlanda se tornassem membros, estabelecendo-se como critério de acesso a adopção do *acquis communautaire* na sua totalidade.

da existência de um sistema político próprio no qual sobre o signo da Europeização se estabelece e se se aprofunda um novo centro político e burucrático da União Europeia, a Nova Roma.

³⁹ “The enlargement of European Union is a key political process both for the organization itself and the international relations of Europe in general.” BACHE, Ian e George, Stephan (2006). In: *Politics in the European Union*, Oxford University Press, Oxford, p.536.

⁴⁰ OLSEN, Joan P. *The many faces of Europeanization*, Arena Working Papers, WP01/2, Oslo, 2003, p.6.

Por sua vez, o segundo e o terceiro alargamentos denotam a necessidade de assegurar estabilidade política, abrindo-se o precedente para países em que as circunstâncias económicas e políticas não são favoráveis. A entrada da Grécia, Espanha e Portugal, embora em fases distintas, é assinalada como um alargamento ao Mediterrâneo, pondo em evidência, a partir desse momento, um carácter de expansão geopolítica e estratégica, que se iria estender progressivamente aos países da E.F.T.A e, posteriormente, aos países do Leste Europeu.

Em 1995 Áustria, Finlândia e Suécia aderem à Comunidade Europeia. A Comunidade, agora com quinze Estados-Membros, enfrentava dois problemas estruturais relacionados com a arquitectura institucional: a representação proporcional e formação de uma comissão equilibrada apresentavam-se como os principais desafios. Era necessária uma reforma interna que adaptasse a estrutura institucional da União às necessidades dos novos e futuros membros.

Deste modo, o processo de alargamento a partir de 1995 trouxe consigo a necessidade de uma reforma das instituições, inferindo que, à medida que o processo de alargamento se expande é desajustada a moldura política e institucional da União. Parâmetros como a viabilidade das políticas “federais” Política Agrícola Comum e os Fundos de Coesão Regional, tornam-se desajustados com os sucessivos alargamentos, a par da necessidade de promover uma representação equilibrada que garanta os interesses dos Estados-membros.

O maior desafio vislumbrava-se em Dezembro de 1997, após a Cimeira do Conselho Europeu do Luxemburgo, onde uma possibilidade de um alargamento a Leste se tornou uma prioridade na agenda. Esse alargamento viria a ser concretizado em 2005, sendo o maior em número de países, área e população e constituindo um bom exemplo de análise das dinâmicas de Europeização no âmbito da alteração das fronteiras externas.

A partir de 2005 perfilam-se várias fundamentações passíveis de justificar a expansão a Leste. Zielonka⁴¹ apresenta o fim da URSS como elemento central, onde o vazio de poder deixado pelo domínio soviético teve a dupla função de tornar a Europa de Leste apelativa para a União Europeia (como um exercício de expansão próprio) e de a própria União se tornar apelativa para os países que saíram do Bloco de Leste, pela garantia da manutenção do sistema democrático e regalias económicas associadas.

⁴¹“When communism fell, the EU was obviously one of the most powerfull actors in this region, and it’s clear that it couldn’t but try to fill the power vacuum emerging on its borders” ZIELONKA, Jan (2002). In: *Europe as Empire the Nature of the enlarged European Union*, Oxford University Press.

Kahna reforça o argumento⁴² estabelecendo uma comparação cronológica entre a queda da URSS e o aumento do ritmo de alargamento. Do lado dos países do Leste Europeu havia o desejo de pertencer ao “clube” com os privilégios que advinham desta posição, entre eles o acesso ao maior mercado do mundo, esperando que a estabilização financeira e o progresso social se assumissem como peças fundamentais para a garantia de estabilidade política.

O procedimento do processo de alargamento é iniciado - e concluído - ao nível do Conselho Europeu. Se os Chefes de Estado acordarem que a pretensão de determinado “candidato” é aceitável, aguardam por um relatório da Comissão sobre o seu panorama político e económico. Após o relatório, duas posições podem ser tomadas: ou se procede imediatamente à abertura das negociações (caso se revele uma situação favorável ou urgente) ou se estabelece uma estratégia para atrasar o processo de acesso à União, possibilitando ao país candidato mais alguns meses para fortalecer a sua candidatura.

Em caso de acordo, inicia-se uma primeira fase onde se desenham os primeiros traços de mudança, através do estabelecimento de mecanismos de consulta que envolvem uma troca de correspondência regular e encontros formais esporádicos entre grupos de peritos, quer da União Europeia quer dos Estados candidatos.

Uma análise coerente do processo negocial é descrita por Zielonka, que explicita as três etapas que o guiam, essenciais para compreendermos a dinâmica de Europeização. São elas: a pré-adesão, o ajustamento e o acompanhamento ou monitorização, todas essenciais para compreendermos a dinâmica de europeização.

A pré-adesão é acompanhada de assistência financeira, com o intuito de promover o ajustamento económico, sendo porém criada, a par dos primeiros fluxos de capital, uma plataforma de diálogo entre a UE e os Estados que visa formalizar um mecanismo de consultas regulares entre os diferentes líderes.

Numa segunda fase promove-se o ajustamento, um período de reforma interna, durante o qual o Estado em regime de acesso enfrenta um dos seus maiores desafios, a adopção do *acquis*

⁴² “For all the post communist soul-searching afflicting the region in the 1990's, the EU has already won the easiest fights. Since the Soviet collapse, on average one country per year has been absorbed into the EU, its citizens now traveling far more easily westward within Europe than eastward to their former master Russia. On a single day - May 1, 2004 - over a hundred million citizens in ten countries officially became European” KHANNA, Parag (2009). In: *The Second World: Empires and Influence in the New Global Order*, Random House, New York, p.4.

*communautaire*⁴³. É na conversão entre o económico e o legal que os primeiros efeitos de europeização têm lugar.

Por último, os ajustamentos económicos e as reformas internas são monitorizados e acompanhados por representantes europeus, que garantem a concretização dos critérios pré-estabelecidos ao colocar a União numa posição privilegiada no processo, onde poderá reconverter e condicionar os objectivos do candidato a Estado-membro.

Após a formulação de consenso pelos diversos sectores e grupos de trabalho, os ministros dos negócios estrangeiros aceitam o resultado final das negociações e remetem para a aprovação formal do Conselho Europeu, que terá ainda de agendar a ratificação do tratado com o futuro Estado-membro.

O processo intergovernamental envolve princípios de negociação internacional, onde o Estado em regime de acesso promove reformas internas monitorizadas pelas instituições e peritos da União Europeia. Sem embargo, o processo necessita do escrutínio do Parlamento Europeu e dos procedimentos constitucionais do Estado em regime de acesso.

O fenómeno de Europeização tem deste modo permitido que as fronteiras europeias tenham um carácter temporário (Ver Caderno de Anexos (p.151) Figura 1, baseado numa progressiva harmonização negocial entre a União e os países na sua esfera de influência próxima.

Após a adesão da Bulgária e da Roménia em 2007, com o actual grupo dos 27 Estados-membros a União dava mais um passo para a materialização do que Parag Khanna considera ser uma gradual expansão em “L”⁴⁴. Ao avançar com a integração, os autores evidenciam uma União Europeia que procura diminuir a dependência de exportações para os EUA e alargar o seu raio de

⁴³ Extenso corpo normativo que consagra o conjunto de direitos e obrigações que os Estados-membros Europeus partilham. É composto por mais de 20,000 leis, decisões e regulações compiladas em mais de 80,000 páginas e possui uma tendência para se expandir, à medida que a União se torna cada vez mais integrada Fonte: EU- Glossary: disponível em http://europa.eu/scadplus/glossary/community_acquis_fr.htm, última consulta a 20/09/10.

⁴⁴ "The mental journey of Europe's imperial expansion begins on a map, as one traces a finger along the L-shaped path from the chilly Baltics downward through the Central European Visegrad group of countries (Poland, the Czech and Slovak republics, and Hungary), Ukraine, Romania, the former Yuroslavia and the southern Balkans, then eastward along the Black Sea through Bulgaria, Turkey and the Caucasus to the oily shores of the Caspian Sea." KHANNA, Parag, In: *The Second World: Empires and Influence in the New Global Order*, Random House, New York, 2009, p.12.

acção política, enquanto, no outro lado, nos Estados a Leste, é estabelecida uma barreira ténue entre o desejo e a necessidade.

Ténue é também a linha que separa a construção de uma Europa real ou ideal. A natureza do alargamento avulta sobre o binómio descrito onde, a necessidade que a Europa tem em expandir a sua força laboral ou em rejuvenescer a sua população, contrasta com o desejo de uma materialização do ideal de “*Pax Europea*”⁴⁵.

Retomando a ideia anterior, não existe uma correlação positiva entre a extensão das fronteiras europeias e uma maior estabilidade política: os sucessivos alargamentos constituíram antes um desafio à capacidade de ajustamento das políticas comuns e aos princípios de representação proporcional e democrática das instituições da União, reatando os debates internos acerca da necessidade e da continuidade das políticas de alargamento.

Um exemplo actual do potencial de expansão ou dos efeitos iniciais, anteriormente descritos do primeiro fenómeno de Europeização, pode ser observado nos países em acesso à União Europeia, onde, quer a Croácia quer a Turquia enfrentam profundos desafios para adaptar as suas estruturas internas aos critérios de Copenhaga.

A União Europeia consegue assim expandir-se em grande parte do território Europeu e ao colocar em regime de acesso Turcos e Croatas não encerra de vez o capítulo do alargamento, esperando que as reformas promovidas por Ankara e Zagreb aumentem as possibilidades dos restantes países, cujas perspectivas de integrar a União são mais reduzidas, como a Arménia, Azerbaijão, Geórgia, Moldávia e Ucrânia, avançando em “L” sobre os antigos países da União Soviética.

O movimento horizontal e vertical sobre a Europa de Leste possui algumas críticas e limitações, posicionando o argumento geopolítico de Khanna num patamar ideal.

Stephen White⁴⁶ explora as raízes do relacionamento da Rússia com antigos países do bloco soviético tais como a Bielorrússia, Moldávia e Ucrânia, tendo como objectivo apurar o impacto da União Europeia. Antes de mais, uma noção de identidade europeia parece não estar consolidada,

⁴⁵ LOUKAS, Tsoukalis (2003). *What Kind of Europe ?* Oxford University Press, Oxford, pp.167-192.

⁴⁶ WHITE, Stephan (2000). , Belarus-Ukraine and the dual enlargement: The view from below, Conflict Studies Research Center, Glasgow.

muito embora o estudo⁴⁷ indique que a percepção das iniciativas da UE é positiva, sendo uma possível entrada na União uma realidade bem recebida, onde o principal benefício seria a já referida estabilidade política e económica. Um cenário pró Europeu é, no âmbito partidário, advogado pelas correntes liberais⁴⁸. Porém, os dados recolhidos indicam que a relação entre os três países em análise e a Rússia é vista pela maioria dos inquiridos como “muito importante”, e o fim da URSS como “um acontecimento infeliz”.

Apesar de uma positiva recepção ao eventual cenário de acesso à UE, os três países apresentados oferecem alguma resistência, entraves esses que reflectem um sentimento de identidade e de pertença à cultura Russa. A progressiva integração económica entre a Rússia e Bielorrússia, entre 1996 e 1999, é explorada por Clelia Rontoyanni⁴⁹, sendo que nestes dois anos a relação entre os dois países se altera de Comunidade para União. A criação de novas instituições comuns, o aprofundamento económico e a cooperação militar suscitaram acusações de neo-imperialismo, sobre as quais, e através da cooperação bilateral, a Rússia enviaria uma resposta às pretensões da N.A.T.O. e da União Europeia.

Porém, o principal argumento de Moscovo residia no elo entre ambas as identidades, associado às vantagens da integração de mercados, factor apoiado pelos cidadãos de ambos os países⁵⁰. A pretensão russa em fortalecer o laço bilateral descrito e em aprofundar as estruturas regionais (CIS⁵¹) e de defesa/segurança (CSTO⁵²) poderá indicar uma restrição dos fenómenos de europeização no leste europeu e consequentemente, uma resposta alternativa à queda da hegemonia

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ CLELIA, Rontoyanni (2000) *A Russo-Belarusian “Union-State: defensive response to Western enlargement?* University of Glasgow, Glasgow.

⁵⁰ “Thus, most of the two countries citizens wish to see a military alliance and economic unification – including monetary union – in a supranational union or confederation combining functions performed by NATO and the EU in Western Europe.” CLELIA, Rontoyanni (2000). In: *A Russo-Belarusian “Union-State: defensive response to Western enlargement?* University of Glasgow, Glasgow, p.12.

⁵¹ ZBIGNIEW, Brezinski (1997). *Russia and the Commonwealth of Independent States: Documents, Data and Analysis*, Center for Strategic and International Studies, New York.

⁵² “The CSTO has claimed three regions of collective security under it's protection: Eastern (Belarus-Russia), Caucasian (Armenia-Russia) and Central Asian. (...) Since 2005 the CSTO has fully replaced the CIS as the mechanism for military-political integration and peace support among the new independent states. One of it's major goals is to establish a full-scale, collective CSTO force that integrates elements from each of seven cstos countries into a coordinated military and security machine.” LOUCAS, Mark A. e NIKITIN, Alexander I. (2008). In: *Peace Operations, Trends, Progress and Prospects*, Georgetown University Press, Washington, p.147.

soviética, onde a substituição de uma influência política dominante pode desta forma não deter uma resposta exclusivamente europeia.

Apesar do carácter expansionista, as políticas de alargamento não aspiram a um universalismo. O recente interesse de alguns países do Norte de África, como a Tunísia e Marrocos, em fazer parte da União foi rejeitado, apontando para um método alternativo à integração, a exportação de formas de organização política.

Fora da sua esfera de influência próxima a UE é aos olhos do mundo, o mais complexo modelo de integração regional pela natureza dos seus compromissos políticos e pelo aprofundamento do seu espaço económico.

Ao referir que existe uma forma de exportar o seu modelo convém perceber o que e como se exporta. A UE envia para o plano externo as suas experiências internas, através da partilha da sua história (as etapas da construção europeia) e do aprofundamento democrático baseado em diferentes experiências. Este conjunto de “princípios” democráticos e “experiências” comunitárias, definem a face externa da União e através de diversos veículos de difusão procuram produzir efeitos de mudança no mundo. A difusão desta “mensagem europeia” pode ser captada através dos veículos de acção externa da União, tais como cimeiras e declarações onde são definidos acordos e parcerias.

Desta forma, a União Europeia não só fala a uma voz como tem conseguido empregar meios para ter um papel activo semelhante ao de um actor nas relações internacionais.⁵³

Os exemplos passam pela capacidade de estabelecer acordos internacionais, de criar parcerias e estratégias a nível individual (Estados nacionais) e colectivo (organizações internacionais e regionais) mas, sobretudo, pela aptidão para criar canais ou plataformas de negociação e de debate próprios, através de cimeiras como a EU- LAC⁵⁴, a EU-Africa⁵⁵ e a EU-ASEAN (Asia-Europe Meeting⁵⁶).

⁵³ CANNIZZARO, Enzo (2002). *The European Union as an Actor in International Relations*, Kluwer Law International, The Hague.

⁵⁴ O acrónimo EU- LAC é usado para descrever as cimeiras bianuais entre os chefes de estado e de governo da União Europeia, América Latina e Caribe. A primeira cimeira foi realizada no Rio de Janeiro em 1999 tendo alternando desde então entre o continente Sul Americano e Europeu, tendo acolhido este encontro as cidades de Madrid em 2002, Guadalajara em 2004, Viena em 2006, Bruxelas em 2008 estando ainda agendada para Madrid a cimeira de 2010. Os principais temas que compõem estas agendas variam entre assuntos de cooperação económica e financeira temas ligados ao desenvolvimento e solidariedade internacional. Fonte: http://ec.europa.eu/external_relations/lac/index_en.htm Última consulta a 20/08/2010.

⁵⁵ A par das cimeiras EU-LAC acima descritas fora também promovido um mecanismo de contacto entre a União Europeia e a União Africana o ritmo dos contactos tem sido menos regular e mais espaçado tendo sido realizadas

Este último argumento, evidencia ainda que o canal de contacto é estabelecido com outras organizações supranacionais. Torna-se pertinente destacar o modelo europeu, face aos emergentes arquétipos de organizações regionais que proliferam na arena internacional - o exemplo da União Africana, da União de Nações Sul Americanas e da Associação de Nações do Sudeste Asiático - para problematizar a possibilidade e os limites das dinâmicas de Europeização em análise.

No caso africano, Barbarinde⁵⁷ compara o grau de convergência institucional entre a União Europeia e a União Africana. Esse autor afirma que a UE se assume como o modelo da arquitectura institucional da UA, estabelecendo oito competências institucionais semelhantes.

Ao nível de planeamento político, tal como o Conselho Europeu, a União Africana avança com a Assembleia de Chefes de Estado e de Governo, divergindo apenas quanto às questões da figura da presidência e da duração do mandato, sendo que a U.A opta por ser presidida por um Chefe de Estado em funções, num sistema rotativo, com a duração de um ano. A coordenação e formulação das grandes linhas políticas definidas no plano anterior são tuteladas a nível da UA pelo Conselho Executivo dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, comparável ao Conselho da União Europeia.

Para além da operacionalização política, a convergência institucional estende-se a nível da legislatura através dos parlamentos e da revisão judicial atribuída a tribunais supranacionais. O aparelho burocrático, bem como as funções de secretariado, são tutelados pela Comissão da União Africana, em moldes semelhantes à Comissão Europeia.

O modelo demonstra um grau de afinidade e aprofundamento político que ultrapassa a criação parcial de um Conselho, Parlamento, Comissão ou Tribunal comuns. Tal aprofundamento traduz-se no estabelecimento de uma comissão permanente de embaixadores e de comités de especialistas em modelos idênticos ao Coreper⁵⁸ I e II. A par do grau de convergência entre as

duas cimeiras a primeira 2000 no Cairo e a segunda em 2007 em Lisboa estando uma terceira conferência agendada para Novembro de 2010 em Tripoli. Fonte: <http://europafrica.net/africa-eu-dialogue/> Última consulta a 20/08/2010.

⁵⁶ A par das cimeiras EU-LAC o diálogo entre o Oriente e Ocidente europeus tem mantido uma frequência bi anual desde 1996 em Bancoque tendo vindo a alternar a localização das cimeiras entre Londres, Seul, Copenhaga, Hanoi, Helsíquia Pequim estando agenda para Bruxelas a oitava cimeira que se realizará em Outubro de 2010.

⁵⁷ BARBARINDE, Olufemi (2007). *The European Union as a Model for the African Union: the limits of imitation*, School of Global Management, Glendale Arizona.

⁵⁸ “O Comité dos Representantes Permanentes ou Coreper (artigo 207.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia) está encarregado de preparar os trabalhos do Conselho da União Europeia. É composto pelos embaixadores dos Estados-Membros na União Europeia («Representantes Permanentes») e presidido pelo Estado-Membro que assegura a Presidência do Conselho. O Coreper ocupa um lugar central no sistema de tomada de decisão

instituições políticas, a UA revela ainda objectivos e planos para um projecto de integração económica como a criação de um banco central, de um banco de investimento e de um fundo monetário.

O nível de poder das instituições descritas, em termos de eficiência ou amplitude/abrangência das suas decisões e regulações não é idêntico; no entanto, o argumento proposto não ambiciona medir o grau de eficácia institucional mas sim evidenciar que no caso da integração regional africana o modelo de referência foi o europeu. Trata-se de importante modelo para a sua estrutura e organização com o objectivo de alcançar princípios: a unidade e a consolidação da paz, a democracia, o respeito dos direitos humanos e o almejado desenvolvimento.

Ao avançar com este argumento, apresentam-se alguns obstáculos à sua solidez. Existem críticas quanto aos mecanismos de contacto entre a UE e a UA, onde ainda predominam lógicas negativas como a ideia dador-receptor, relacionada com a eficácia da ajuda ao desenvolvimento que atrai na grande maioria das vezes a pressão de grupos de interesse, mas sobretudo, o vulto e a herança de um passado colonial. Ambos os cenários constituem limites sobre, até onde poderá incidir a voz da União Europeia. Um limite claro de Europeização dá-se pela existência de fenómenos próprios e característicos à União Africana, onde se destaca a existência de entidades sub-regionais.

De um modo geral assiste-se também à emergência de organizações regionais no continente Americano e Asiático, com dois graus de focalização: mais localizado, como a ASEAN e a UZAN; mais abrangente e transcontinental, no caso da SARC ou da OAS. No caso da ASEAN, a União Europeia é vista não como um modelo, mas como uma inspiração. Nesta esboçam-se alguns mecanismos de comunicação regular, através de cimeiras semelhantes ao Conselho Europeu e que manifestam uma tendência para o diálogo regional, praticado através do Fórum Regional. Esforços para uma maior integração económica reflectem-se na construção de uma comunidade económica através do estabelecimento de uma zona de comércio livre e de investimento, ou através dos protocolos comerciais estabelecidos com outros países fora da ASEAN.

comunitário, no âmbito do qual constitui, simultaneamente, uma instância de diálogo (entre os representantes permanentes e entre cada um deles e a respectiva capital) e de controlo político (orientação e supervisão dos trabalhos dos grupos de peritos). O Coreper I, composto pelos representantes permanentes adjuntos, que trata dos processos de carácter técnico. O Coreper II, composto pelos embaixadores, que trata dos assuntos com carácter político, comercial, económico ou institucional.” Fonte: http://europa.eu/scadplus/glossary/coreper_pt.htm Consultado a 22/08/2010.

É ainda promovida a liberalização do sector terciário, que em coordenação com as políticas de harmonização do espaço aéreo constituem elementos logísticos essenciais para sedimentar a comunidade económica. Apesar das semelhanças com a UE, quanto ao progressivo aprofundamento económico, a principal característica deste relacionamento passa pelo estabelecimento de um canal de comunicação e diálogo exclusivo. Desde 1996 é promovido o Asia-Europe Meeting⁵⁹ que, a par do estatuto de observador no SARC, garante à União Europeia a extensão da sua visibilidade política no continente asiático. São apontados alguns entraves e limites nesta relação através de um *gap* entre os objectivos e a implementação de medidas concretas e ainda através de um difícil entendimento quanto a políticas democráticas ou sobre a temática de direitos humanos. A ASEAN nasce ainda com o intuito de preservar o direito à soberania e à não ingerência, sendo difícil conceber um diálogo em torno de “assuntos comunitários”.

A par das organizações regionais descritas, a UZAN é, na América Latina, impulsionada por uma declaração comum – a Declaração de Cusco. A par das congéneres é estabelecido um sistema de presidências rotativas *pro tempore*, desenhadas perspectivas para uma futura integração económica, como a perspectiva de um Mercado Comum até 2019 e planos para o estabelecimento de uma política monetária sustentados na criação do Banco do Sul.

No domínio da política externa e segurança comuns é delineado o Conselho de Defesa Sul-Americano, e no concernente às fronteiras, estas tornam-se ainda mais permeáveis com novas concepções quanto aos vistos turísticos e questões de trabalho/imigração, demonstrando que a integração não avança apenas sobre perspectivas económicas, existindo igualmente uma clara tendência para a visualização de um “espaço comum” que permita a concretização de uma premissa fundamental proveniente da União Europeia - a livre circulação de pessoas, bens e mercadorias.

Apesar do mecanismo de contacto regular através das cimeiras EU-LAC, paira a dúvida sobre a extensão dos efeitos e influência da UE, devido à proximidade de blocos económicos dominantes como o MERCOSUR ou a NAFTA, de outros blocos regionais como o CARICOM ou da esfera de influência norte-americana através da presença da Organisation of American States e do projecto FTAA.

⁵⁹ Fonte: http://www.eeas.europa.eu/asem/index_en.htm Última consulta a 22/08/2010.

O fenómeno da integração regional apresenta-se como uma tendência actual⁶⁰, onde a U.E surge como pioneira e segundo a literatura se apresenta como modelo de referência. Desta forma, ao aceder às plataformas macro-regionais, os Estados procuram um canal preferencial de acesso à negociação global.

Quanto aos efeitos de Europeização observados, estes tiveram um duplo movimento através do alargamento e da exportação de modelos de governação política, onde as cimeiras e parcerias indicam que a União Europeia induz a imagem de actor nas relações internacionais.

Ao problematizar se a União Europeia poderá ou não ser um actor nas relações internacionais, Ben Rosamond⁶¹, indica que o crescimento da literatura de Estudos Europeus teve o efeito adverso de comparar o caso Europeu aos restantes fenómenos regionais factor que lhe retira o seu carácter único ou de excepção. Porém, analisar a Europa como actor nas relações internacionais passa por abrir uma excepção dentro da “excepção”. Para além das motivações próprias e individuais os actores nas relações internacionais possuem como elemento central um Estado. Este pré-requisito desvirtua num plano teórico a U.E enquanto actor, no que Rosamond considera ser um descrédito pelas concepções Westphalianas. No entanto, a capacidade dos Estados-membros para promoverem num plano externo a defesa de interesses comuns, evidencia a complexidade em torno do debate.

As acções externas da União têm vindo a manifestar-se nas posições do Conselho, da Comissão e do Alto Representante para a Política Externa e de Segurança, sendo distintas da organização externa de um Estado que acede à negociação internacional, por via dos seus mecanismos diplomáticos. Parte desta crítica relaciona-se ainda com a dificuldade em definir a essência do modelo europeu devido à pluralidade interna, tornando-se difícil perceber que modelo prevalece ou se existe um modelo próprio⁶². Não tendo um interesse externo definido torna-se

⁶⁰ “Se o último século foi o do apogeu da auto-determinação e da emancipação dos povos e nações, o próximo poderá ser o dos reagrupamentos em grandes espaços (EU, Mercosur, Nafta Pacto Andino, Asean SADEC, etc).” (...) “As comunidades Europeias foram as primeiras a avançar mas o exemplo tem-se generalizado e prosperado noutros continentes”. PIRES, Francisco Lucas (1998). In: *Introdução à Ciência Política*, UCP, Porto, pp.77-97.

⁶¹ “Both academic and policy imaginations can conceive of the EU’s substantive actions and normative purposes in a variety of ways. But they also conceptualise the EU as a case of regional integration, whether as a policy or an analytical exemplar. Here again the role of representations and constructions becomes important, although perhaps in slightly different ways. Within policy discussions it is clear that the EU status as a regional governance regime worthy of emulation is seriously contestable.” ROSAMOND, Ben, (2005). In: *Conceptualizing the EU model of governance in World Politics*, University of Warwick, p.16.

⁶² “There are the varieties of so-called European experiences and models – the Scandinavian model, the UK model, the central European model... the role EU can play depends on which particular nuance in EU model is

difícil observar, comparar ou conceber o seu comportamento enquanto actor nas relações internacionais.⁶³

O debate reflecte a dificuldade em torno da integração política. Um debate complexo onde os fenómenos observados possuem demasiada relevância para serem ignorados mas ao mesmo tempo a inconsistência dos seus actos não se enquadra nos conceitos actuais.

Permanecem as dúvidas sobre a “exportação” de um modelo, e que factores determinam e motivam um interesse Europeu no entanto, as dinâmicas observadas mudaram as percepções de fronteira, identidade europeia e até mesmo de “Europa”, indicando uma progressiva tendência para uma maior integração enquanto espaço regional.

1.3. Bruxelas – A Nova Roma

Se o ponto anterior traduz a noção de que a União Europeia possui uma faceta externa do seu processo de Europeização e que tais dinâmicas lhe induzem uma imagem de actor nas relações internacionais, poderá a União, no plano comunitário, comportar-se como um Estado, consagrar um sistema político próprio ou terá a essência do seu aprofundamento político a pretensão genética de um sistema federal?

A expressão *Bruxelas – A Nova Roma*, é referida por Parag Khanna⁶⁴, para descrever o progressivo desenvolvimento económico e aprofundamento político de uma União Europeia que se expande em espaço e influência. Perante as três questões anteriores, considera-se uma expressão apropriada para reforçar a ideia de centralização no âmbito das dinâmicas de Europeização, referentes ao espaço político da União Europeia.

O ponto de partida passa por retirar do Mosaico de Europeização, os fenómenos exclusivos ao espaço da U.E e que induzem uma ideia de que a União actua como se fosse um Estado e detém uma teia institucional complexa que se assemelha a um sistema político. Destacam-se desta forma:

applicable for the time being for each individual country.” SUDARSONO, Juwono (2009). In: Global consultations on the EU’s role in democracy building, International IDEA, Stockholm, p.38.

⁶³ “When I look at the EU, I see a world power that does not know how powerful it is. I look at a world power that has a problem of identity. There is a problem in the communication of what the EU is.” LAGOS, Marta (2009). In: *Global consultations on the EU’s role in democracy building*, International IDEA, Stockholm, p.33.

⁶⁴ KHANNA, Parag (2009). *The Second World: How Emerging Powers are Redefining Global Competition in the Twenty-First Century*, Random House, New York, p.31.

- O estabelecimento de novos poderes europeus, através do desenvolvimento e aprofundamento de competências das instituições comunitárias.

- A natureza de um projecto político com, o intuito de fortalecer politicamente a Europa.

- A presença de um modelo de governação política onde a União se assume como um marco de referência para as políticas nacionais.

O estabelecimento de novos poderes europeus, assume-se como um processo decorrente do aprofundamento económico e político da União, trazendo consigo a necessidade de criar ou aprofundar competências de instituições e agências europeias de forma a garantir a formação de políticas comuns.

Tal aprofundamento decorreu de um progressivo deslocamento de competências nacionais para o plano da União Europeia. Simon Hix⁶⁵ fornece uma análise comparativa entre a União Europeia (1950-2004) e os Estados Unidos (1790-2004), na qual são analisadas as transferências de políticas do plano interno para o plano supranacional⁶⁶. Inicialmente existe um grau reduzido de centralização, porém, progressivamente, assiste-se a uma concertação de competências com o intuito de estabelecer o Mercado Comum. Em termos de políticas de regulação, a União Europeia completa o processo de transferência dos Estados nacionais para o plano comunitário em 1993 com a implementação do Tratado de Maastricht, a par dos Estados Unidos que só o fazem a partir da década de 40, impulsionados pelo Trust Indenture Act de 1939 e pelo Investment Company Act de 1940.

Estes dois exemplos traduzem um ritmo de mudança mais acelerado na U.E que nos E.U.A onde desde 1990 grande parte das políticas de regulação económicas e financeiras já se encontravam centralizadas no plano europeu; o inverso acontecia nos E.U.A onde uma centralização dos mecanismos de política externa se antecipou à união económica. Em matéria de regulação económica e harmonização de políticas de produção, distribuição e troca de bens, o aprofundamento é mais extenso ao nível da União Europeia do que dos Estados Unidos.

Verifica-se ainda que à medida que a união económica foi sendo estabelecida, outras competências ligadas a políticas públicas e domínios de política externa foram pressionadas para entrar numa lógica europeia; se não se evidenciar uma transferência completa assiste-se em parte a

⁶⁵ HIX, Simon (2005). *The Political System of the European Union*, Palgrave Macmillan, New York.

⁶⁶Ibid, p.20.

uma “partilha” de competências onde nem todas as decisões mas parte destas, se deslocam para um novo centro de decisão política.

Os efeitos de Europeização avançaram sobre um plano onde a disciplina e a harmonização influenciaram múltiplos domínios, inicialmente o económico, tendo acompanhado esta tendência a construção de um vocabulário jurídico próprio com a afirmação do direito comunitário e o aprofundamento do *acquis communautaire*. Os sucessos da União Económica e Monetária e a dificuldade em afastar os seus efeitos do plano de regulação e políticas comuns fizeram com que alguns movimentos em torno de uma maior integração política fossem promovidos.

Partindo de um plano económico, os efeitos de Europeização sentiram-se ao longo do espaço europeu através das políticas reguladoras e monetárias que progressivamente foram alterando a distribuição de recursos e poderes entre os diversos indivíduos, grupos e nações. Num plano económico e financeiro, o orçamento Europeu pode parecer insignificante se comparado a alguns orçamentos nacionais de países da União, no entanto, para alguns Estados membros, 5% do seu orçamento assenta no orçamento comunitário.

A centralização atingiu um grau elevado, sendo apontada por autores como Giandomenico Majone⁶⁷ como um processo em crescimento onde a europeização do espaço económico avançou cerca de 80%, em áreas como regulação, produção, distribuição, trocas de bens e serviços e de capitais. A U.E parece desta forma agrupar gradualmente parte do poder e das competências exclusivas dos Estados nacionais, onde um processo que inicialmente avançou para assegurar a concretização da união económica apresenta traços da construção progressiva de uma união política. Um dos primeiros indícios desta deslocação entre económico e político, passa pela harmonização do espaço jurídico europeu. A construção de um vocabulário jurídico próprio, onde todos os anos uma média de cem legislações passa através das instituições europeias e sobre o qual o direito europeu se afirma com um carácter supranacional sobre a lei nacional, abrangendo diversas áreas como a saúde, o ambiente, os transportes, a educação e a cultura, a cidadania e os direitos humanos.

No entanto, existem matérias mais sensíveis no que diz respeito à harmonização da política externa onde a flexibilidade e soberania dos Estados permitiu apenas o reequacionamento de políticas de imigração e defesa comuns. Contudo, o grau de abrangência das políticas comunitárias

⁶⁷ MAJONE, Giandominico (1996). *Regulating Europe*, Routledge, London.

é transversal e profundo, alterando de forma significativa legislações e práticas no interior dos Estados-membros.

Nos últimos 50 anos assistiu-se a uma significativa transferência de competências políticas para o seio da União Europeia, para as suas agências e para as suas instituições. Este movimento, que evidencia a deslocação de parte dos centros de debate, negociação e decisão, não constituiu um acto unilateral ou isolado. A tendência foi acompanhada pelos grupos de interesse e associações laborais que também procederam ao seu processo de Europeização.

Esta confluência, de novos actores a um novo centro, justifica um aumento de interações entre organismos públicos e privados, numa teia de relações complexas. Perante este novo cenário, é lançada a primeira de três questões: poderá a deslocação descrita, associada aos novos poderes europeus, indicar a existência de um sistema político próprio?

Em primeiro lugar, paira sobre a literatura de estudos políticos a ideia de que a União Europeia não necessita de se tornar um “Estado” para que possa dispor de um sistema político próprio. Para fundamentar esta ideia Simon Hix⁶⁸ alude às concepções formais para análise de sistemas políticos desenvolvidas por Gabriel Almond⁶⁹ e David Easton⁷⁰, em 1956 e 1957, destacando quatro elementos fundamentais para caracterizar a natureza dos sistemas políticos democráticos:

1. Instituições de governo claramente definidas.
2. Cidadãos e grupos sociais que procuram alcançar objectivos políticos.
3. Decisões colectivas com impacto na distribuição de recursos económicos e nos valores políticos e sociais.
4. Interação e *feedback* contínuos entre os outputs do sistema político.

Ao aplicar o patamar teórico como base para uma comparação com a prática europeia, Simon Hix⁷¹ defende que as quatro características anteriores flutuam sobre o espaço político da U.E legitimando a existência de um sistema:

⁶⁸ Ibid., p.2.

⁶⁹ ALMOND, Gabriel (1956). *Comparative Political Systems*, The Journal of Politics, Princeton University Press, Princeton.

⁷⁰ EASTON, David (1957). *An Approach to the Study of Political Systems*, World Politics, Princeton University Press, Princeton.

⁷¹ HIX, Simon (2005). *The Political System of the European Union*, Palgrave Macmillan, New York.

1. A União Europeia assenta numa moldura institucional, que goza de um elevado grau de estabilidade e complexidade. O *quarteto institucional*⁷² tem vindo nos últimos cinquenta anos a aprofundar as suas competências e a alargar o seu espectro de influência. Os sucessivos tratados e reformas providenciaram um aumento do poder executivo, legislativo e judicial desenvolvendo um sistema complexo de regras e procedimentos governamentais⁷³ que definem o posicionamento político das instituições europeias.
2. Em sintonia com o primeiro argumento assiste-se a um progressivo aumento e centralização de poder nas estruturas europeias, tornando-se natural que os grupos de pressão e interesse acompanhem esta tendência. Desta forma, sindicatos, associações empresariais, grupos ambientais ou de defesa dos consumidores e partidos políticos procuram pressionar a estrutura a nível europeu contribuindo para o aumento das interações em torno de um novo centro de decisão política.
3. Um terceiro factor que permite legitimar a existência de um sistema político europeu está relacionado com o impacto (interno e transversal) das decisões comunitárias, ou seja de que forma é alterada a distribuição/organização dos recursos económicos e ainda como se assiste a uma alteração dos valores políticos e sociais.
4. As respostas (*feedback*) ao sistema Europeu emergem desta forma de uma competição entre posições públicas e privadas que rivalizam numa dinâmica de aumento de influência com o intuito de promover ou proteger as suas posições e desejos das possíveis alterações decorrentes de uma maior interação entre os Estados nacionais e Bruxelas ou seja da mudança que o plano comunitário possa promover.

Este último argumento sugere que os processos de interação do sistema político europeu não são actos isolados e agem em sintonia com os diferentes ritmos da vida política europeia. Se os argumentos anteriores sugerem uma percepção de U.E como motor político, este aponta numa primeira abordagem para a existência de uma plataforma de negociação e debate, confirmando as percepções anteriores, que no âmbito de um plano teórico sugeriram a imagem de um sistema aberto tripartido e da convivência dos fenómenos *uploading downloading e crossloading*.

⁷² Composto pelo Conselho, Comissão, Parlamento e Tribunal europeus.

⁷³ “In fact the EU probably has the most formalized and complex set of decision-making rules of any political system in the world” HIX, Simon (2005). In: *The Political System of the European Union*, Palgrave Macmillan, New York.p.3

Associado à plataforma descrita surge o carácter de regularidade que nos elucida sobre o mecanismo de funcionamento do denominado “motor político” e da “plataforma de negociação e debate”⁷⁴. Um foco excessivo num modelo de operação política em modo “cimeira”⁷⁵ induz a imagem de que a U.E opera em canais semelhantes aos de uma instituição internacional.

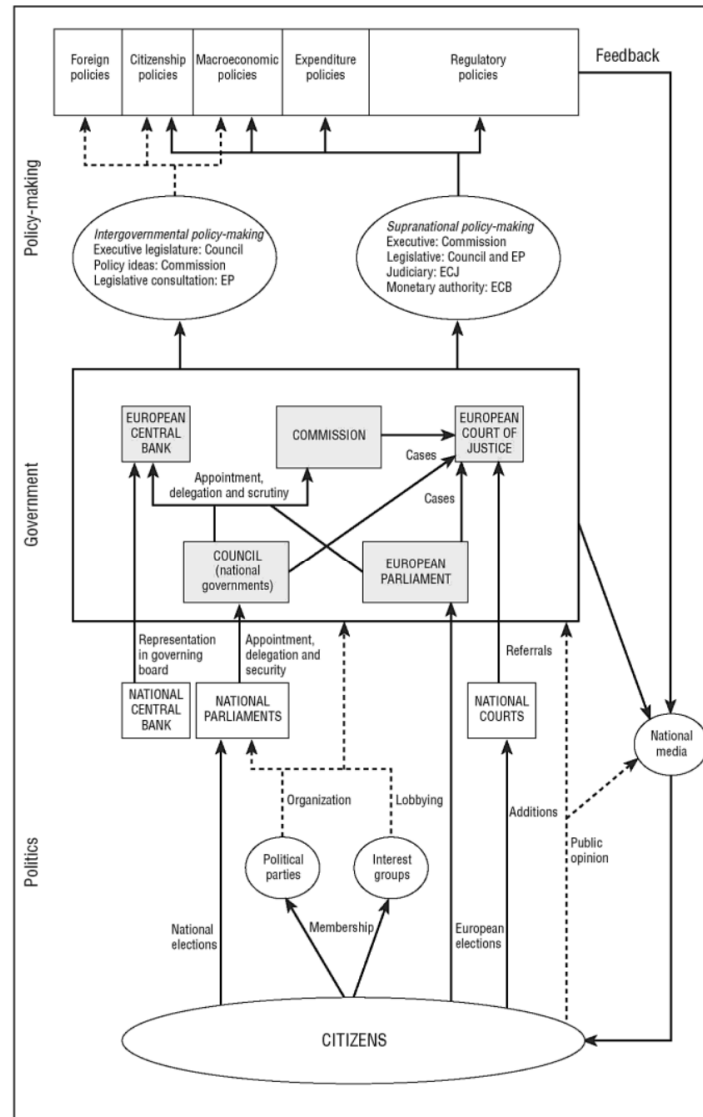
Porém Hix⁷⁶ leva o argumento mais longe, destacando que as cimeiras são o corolário de um conjunto de interações intensas e diárias⁷⁷, que divergem das práticas habituais (ocasionais) das organizações internacionais e que permitem alicerçar as bases de uma fundamentação centrada na validade da existência de um sistema político europeu.

⁷⁴ No topo do processo de decisão intergovernamental estão as cimeiras do Conselho Europeu que como se irá observar no ponto 3.2, aumentaram progressivamente o ritmo e a regularidade para 4 cimeiras por ano.

⁷⁵ Entende-se por cimeira uma reunião de alto nível de cariz internacional composta por Chefes de Estado e de Governo com o intuito de debater, negociar ou estabelecer compromissos de curto a longo prazo.

⁷⁶ HIX, Simon (2005). *The Political System of the European Union*, Palgrave Macmillan, London, p.6.

⁷⁷ “*However, the real essence of EU Politics lies in the constant interactions within and between the EU institutions in Brussels, between the national governments, between national governments and Brussels, within the various departments in national governments, in bilateral meetings between governments, and between private interests and governmental officials in Brussels and at national level.*”, HIX, Simon, (2005). In: *The Political System of the European Union*, Palgrave Macmillan, London, p.4.



Fonte: Simon Hix, The Political System of the European Union, Palgrave Macmillan, London, 2005, p.6.

Este conjunto de interações aliado às quatro referências anteriormente mencionadas sugere a existência de um sistema político tal como Simon Hix o concebe. O sistema apresentado assenta numa perspectiva *bottom-up* tendo como base os cidadãos dos 27 Estados membros. Uma primeira observação concebe uma subdivisão em três planos, político, governativo e *policy-making*. No plano político os cidadãos acedem à participação política através dos partidos políticos ou grupos de interesse, elegendo os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu. Num plano governativo encontramos uma estrutura fechada onde Conselho, Comissão, Parlamento, Banco Central e Tribunal Europeu, constituem um elo de interações próprias de onde sairão as decisões

intergovernamentais e supranacionais. Hix traça ainda um elo entre as decisões finais, os meios de comunicação social nacionais e a opinião pública, definindo o *feedback* do sistema.

Os argumentos anteriores problematizaram, sobre o signo da europeização referente aos novos poderes europeus, a possibilidade da existência de um sistema político e de traços que caracterizam a centralização e iniciativas descritas, como características aproximadas de um estado federal. No entanto, ao analisar um segundo movimento de Europeização enquanto projecto político unificador, ressaltam os traços de uma pretensão genética para um modelo federalista.

A ausência, numa perspectiva Weberiana do monopólio legítimo da força por parte da União Europeia, induz a prova essencial para não a caracterizar como um Estado e eleva uma questão essencial de que um sistema político pressupõe a pré-existência de um Estado.

Para enquadrar um modelo idêntico à experiência da União Europeia, Francisco Lucas Pires⁷⁹ indica que existem quatro hipóteses de comparação:

- Confederação (com características específicas);
- Estado Federal (incompleto);
- Organização internacional (de tipo supranacional);
- Via original.

O comportamento da União Europeia e a natureza dos seus novos poderes ou do seu projecto político reúnem um conjunto de condições dispersas nos três tipos apresentados, problematizando-se ainda se existe espaço para uma nova via original a que Lucas Pires associa a hipóteses como o estado económico, misto, regulador ou pós-moderno, bem como novas concepções como condomínio, comunidade ou federação de estados.

Os múltiplos conceitos evidenciam que a União não possui a estrutura tradicionalista de um Estado e agrupa progressivamente características dispersas de outros modelos supranacionais e nacionais de governação política. Lucas Pires evidencia ainda que o funcionamento da União Europeia dificilmente pode ser descrito como um sistema federal. As raízes da sua fundamentação remontam à extrema diversidade cultural e heterogeneidade institucional que caracteriza, evitando a criação de uma federação nacional.

⁷⁹ PIRES, Francisco Lucas (1998), *Introdução à Ciência Política*, UCP, Porto, pp 77-97.

Porém, algumas nuances de políticas ‘federalistas’ podem ser observadas através da Política Agrícola Comum e políticas de coesão regional. Desta forma, à medida que a política se desvincula dos territórios nacionais e se harmoniza a um ‘espaço europeu’, aumentam os efeitos de europeização em análise. No entanto, apesar das ‘tendências’ que permitem baralhar os conceitos e da procura de uma natureza para o projecto político, este dilema é parcialmente resolvido por Parsons⁸⁰, que considera a existência de um consenso entre académicos e políticos no qual a Europa não se assemelha a um Estado. O autor evidencia ainda que o funcionamento da União Europeia dificilmente pode ser descrito como um sistema federal. As raízes desta fundamentação remontam à extrema diversidade cultural e heterogeneidade institucional que caracteriza o percurso político dos Estados-membros, condicionando as premissas da proposta federal.

Porém, a problemática da pertença federalista do projecto Europeu tem apresentado pertinentes analogias e múltiplos estudos políticos de área ou estudos comparados na área de Ciência Política, sobre os quais se esboçam possíveis patamares de relação entre o projecto político europeu e a experiência federal norte-americana. Ao aprofundar este debate espera-se compreender as dinâmicas de europeização referidas no mosaico e que apresentam os argumentos de união política europeia e de projecto com o intuito de fortificar politicamente a Europa.

A diversidade anterior, aliada à proibição de políticas de harmonização do espaço cultural europeu impedem a subjugação da ideia de Europa a uma identidade comum europeia. De facto, a U.E pretende integrar Estados-nação já consolidados, com raízes históricas, culturais e políticas fortemente diversificadas, enquanto no caso Americano, em menor escala, o conjunto de interesses que favoreciam um “ideal comum” suplantou as divergências internas e favoreceu a unidade política federal.

A integração política europeia, tal como a política de alargamento anteriormente descrita, é colocada num patamar ideal, onde os limites da extensão e âmbito da cooperação política se relacionam com os limites de europeização descritos no plano teórico deste capítulo.

Porém a ausência de uma carta constitucional comum, com o fracasso do Tratado Constitucional em 2005, do monopólio legítimo da força tutelado exclusivamente pelos Estados-

⁸⁰ PARSONS, Craig (1996). *European integration and American federalism: a comparative perspective*, Portuguese Studies Program - International and Area Studies, University of California, Berkeley.

Membros e a inexistência de uma capacidade de extracção fiscal,⁸¹ que limita o orçamento europeu a aproximadamente 1,3% do Produto Interno Bruto combinado dos seus estados-membros, evidenciam a ausência de características fundamentais de Estados e de sistemas federais na emergência da unificação política europeia.

Torna-se difícil encaixar o conceito ‘União Europeia’ nos modelos tradicionais de ‘Estado’ (westphaliano, extractivo ou social-democrata). Apesar do notório poder de iniciativa política da Comissão (por vez considerado como o 28º Estado) está longe de ser considerada um “Leviatã”.⁸²

Se não se verifica o estabelecimento de um poder central, individual e autónomo, a imagem de ‘união política’ é, por alguns autores, substituída por uma imagem mais amena, a noção de marco de referência para a política interna.

Na base desta progressiva aproximação/coesão política, encontra-se uma progressiva delegação de poderes nas instituições europeias. Transferência cuidadosa e com condições específicas onde a soberania dos Estados é respeitada.

No estabelecimento de novos poderes e na formação de novas políticas comuns sobressai, desta forma uma lógica de negociação superior a uma lógica de anexação ou centralização, como nos indica Paul Magnette “*“L’ Union n’est pas tant un “pouvoir extérieur” qu’un cadre au sein duquel les gouvernements forment ensemble les politiques communes; elle répond plus à une logique de négociation entre États que de délégation du pouvoir à un tiers.”*”⁸³

Magnette traz para o debate uma importante distinção entre negociação e delegação. Apesar de agrupar progressivamente mais competências, aumentar e aprofundar os poderes das suas instituições, os efeitos de europeização e os seus impactos funcionam, como observado em sistema aberto, ou seja, atravessam patamares de negociação que reúnem os 27 estados membros. Torna-se mais relevante problematizar como se processam as negociações no seio da U.E do que procurar padrões que justifiquem a existência de um poder autónomo para onde converge o poder de decisão dos estados nacionais, sobrepondo-se uma dinâmica de disciplina acima das noções de domínio.

Com uma estrutura que tende a ser associada a um Estado supranacional e regulador, o desafio passa por procurar linhas de legitimidade e autoridade na construção da estrutura de poder

⁸²“*Despite occasional pré-dawn raids by the Commission, the EU is hardly a well-heeled Leviatã*” CAPORASO, James (1996). In: European integration and American federalism: a comparative perspective, Portuguese Studies Program - International and Area Studies, University of California, Berkeley, p.38.

⁸³ MAGNETTE, Paul (2003). *Le régime politique de l’Union Européenne*, Sciences Po, Paris, p.32.

européia. Parte das linhas descritas são ténues. O sistema de Hix não foca as fraquezas dos partidos europeus e apesar de evidenciar um conjunto de instituições claramente definidas, não problematiza o papel das agências europeias (descentralizadas de Bruxelas) ou a ausência de uma capacidade de iniciativa legislativa por parte do Parlamento, não aprofundando também a força dos grupos de interesse. Existe ainda secretismo em torno do Conselho Europeu ou sobre as medidas impopulares da Comissão e Tribunal Europeus. O centro institucional que circunda Bruxelas convive com o défice democrático e recebe sucessivamente críticas quanto à sua legitimidade.

A dificuldade não passa por decifrar a natureza política da U.E, mas sim por encontrar um método para compreender de que forma os efeitos internos desta europeização política envolvem os Estados e as instituições europeias, Caporaso resume o cerne desta questão: Como poderão os Estados nacionais delegar uma “autoridade limitada” num conjunto de órgãos internacionais com perfil de regulação e ao mesmo tempo preservar os seus interesses?

A resposta a esta questão implica a abertura da caixa de Pandora em torno da literatura de estudos europeus, que se mantém fechada pelo equilíbrio ténue entre os argumentos intergovernamentalistas e neofuncionalistas, entre uma lógica de funcionamento entre Estados-Membros e a pretensão do estabelecimento de uma entidade supranacional.

Quando as metáforas se esgotam e a natureza política da “União” ainda se encontra por definir, a literatura tende a procurar novas expressões a fim de caracterizar as dinâmicas em estudo⁸⁴.

Riesse-Kappen⁸⁵ afirma que quando se aborda a U.E, as barreiras entre o plano nacional e internacional, entre o Estado e a sociedade devem ser ultrapassadas. Do corte com os conceitos pré-existentes surgem novas concepções como *pooling of sovereignty*, *multi-level governance*, *policy networks*, *transgovernmental relations* e *interlocking politics* decorrentes da necessidade de compreender e adaptar o plano teórico à realidade das interacções descritas. Estas novas concepções trouxeram alguma flexibilidade para adoptar conceitos de Estado, sistema político e federalismo, definidos pelo passado e que não correspondiam (desajustamento) à complexidade de interacções descritas neste último ponto.

⁸⁴ *Sholars in international relations and in comparative politics have become increasingly aware that the traditional notions of intergovernmental bargaining or supranationalism fail to capture the essence of EU decision-making.* KAPPEN, Thomas, Risse (1996). *In: European integration and American federalism: a comparative perspective, Portuguese Studies Program - International and Area Studies, University of California, Berkeley*, p.43.

⁸⁵ *Ibid*, p.42.

Em tom de conclusão, as dinâmicas de Europeização observadas confirmam em Bruxelas a formação de uma plataforma de negociação e debate e uma progressiva afirmação de um motor político espelhada na iniciativa da Comissão e no forte poder de coordenação política do Conselho Europeu. A consolidação do poder das instituições Europeias e o aumento do ritmo de interações entre Bruxelas e as capitais nacionais, sugerem a criação de um sistema político próprio. As “políticas federais” oscilam a cada alargamento reflectindo a extrema diversidade da União Europeia.

A origem da centralização descrita vagueia entre a noção de poder autónomo e de marco de referência para a política interna, procurando-se no próximo capítulo testar a figura do primeiro-ministro na U.E, com o intuito de compreender se a europeização favoreceu ou enfraqueceu a posição de chefe de governo. A presidencialização política é o segundo argumento na subida ao topo da decisão europeia; o Conselho Europeu.

II. A Metamorfose de uma Figura Singular

A primeira parte do presente trabalho reflectiu sobre as dinâmicas de Europeização procurando compreender como ocorrem processos de mudança a nível da U.E e de que forma se estabelece a relação entre Estados-nacionais e instituições europeias. Ao tentar encontrar traços de uma possível deslocação dos centros de decision-making para Bruxelas, levantaram-se pertinentes questões sobre a natureza política da União - a progressiva imagem de actor nas relações internacionais, a existência de um sistema político assente numa ideia federalista Europeia.

O presente capítulo inicia a segunda parte da investigação, centrando o foco da pesquisa para o âmbito dos Estados-nacionais, mais concretamente, na sua relação com a figura do Primeiro-Ministro. Passa por trazer para o centro de debate o conceito de presidencialização política, no qual sistemas políticos, semi-presidencialistas e parlamentaristas adoptam características de sistemas presidencialistas, sem que exista uma alteração formal ou constitucional do seu sistema político, sendo um processo de metamorfose, onde a essência do sistema se mantém a mesma, mas a sua forma assume características de um outro modelo.

Como elemento central à teoria apresentada estão as três faces de presidencialização política: a face executiva, a face eleitoral e a face partidária⁸⁶. Serão observadas as três ao nível dos países apresentados, revisitando e actualizando a teoria e críticas associadas.

O último ponto levanta uma nova questão e um novo argumento, problematizando se existe, no caso da União Europeia, a possibilidade de uma quarta face - a existência de uma face diplomática. Este argumento relaciona-se directamente com o ponto seguinte referente ao caso do Conselho Europeu ou seja, de que forma a presença e a necessidade em presidir esta instituição incutiu ou não novas dinâmicas na figura dos primeiro-ministros europeus, através do aumento de funções como a coordenação da agenda europeia e organização das cimeiras, a par do aumento de visibilidade política e mediática obtida pela representação externa da União Europeia e pela sua presidência.

Os factores parecem ser suficientemente relevantes para não serem encerrados na face executiva ou distribuídos pelas restantes. Procura-se ainda testar os alicerces da segunda palavra-chave latente na pergunta de partida, a ‘presidencialização’, complementando a primeira parte do estudo onde se debateu o processo de “mudança” e se problematizou a existência de um sistema político europeu.

Face ao exercício de europeização onde fora necessário condensar informação, a literatura de presidencialização política é mais escassa e encontra-se bastante dispersa, a análise ao argumento de presidencialização política será maioritariamente suportada pelas concepções teóricas de Thomas Poguntke e Paul Webb⁸⁷, bem como pelo recurso à restante literatura de Ciência Política, na qual a figura do primeiro-ministro se dispersa como caso de estudo ou exemplo de uma outra fundamentação em áreas que envolvem o estudo de elites, os estudos eleitorais e os partidos políticos, concentrando estes fragmentos de informação nos modelos conceptuais que os autores do argumento de presidencialização fornecem.

⁸⁶ POGUNTKE, Thomas, e WEBB, Paul (2007). *The Presidentialization of Politics: A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford.

⁸⁷ Idem.

2.1. A Ideia de Presidencialização Política

O ponto de partida deste capítulo passa por um olhar necessário para o ‘mapa político europeu’⁸⁸ onde, por um lado a sua forte dispersão sustenta a anterior ideia de figura singular e por outro a sua grande abrangência sedimenta a caracterização da área política em estudo.

Começamos pela forma de governo; o espaço da União Europeia apresenta a coexistência de formas de governo monárquicas e republicanas, sendo comuns a ambas os modelos e as bases constitucionais e parlamentares, denotando diferentes percursos na passagem dos poderes tradicionais europeus para o estabelecimento das democracias contemporâneas.

O segundo detalhe passa pelas questões de fragmentação de poder interno, com a existência de Estados unitários e Estados federais, que afectam consideravelmente a forma como são organizadas as estruturas de poder e o papel e peso político de um primeiro-ministro. Embora o estado unitário seja uma característica típica da construção democrática na Europa o peso demográfico, político e económico de alguns traçou alternativas à centralização e unidade nacionais e lançou as sementes do poder regional e do federalismo.

A presença do poder simbólico monárquico e as dinâmicas federalistas assumem um peso importante na coesão e liderança internas surgindo diferenças ao nível da figura que representa o Estado. O papel de chefe de Estado é desta forma tutelado por diversas figuras políticas, de índole monárquica como o Rei ou o Grão-Duque no caso do Luxemburgo, ou democrática como o Presidente da República ou o Presidente Federal.

Perante algumas diferenças estruturais as democracias europeias convergem num ponto: existência de um parlamento, factor comum aos 27 Estados-membros. Porém este factor apresenta também as suas dissemelhanças pela presença de estruturas unicameralistas e bicameralistas. Os parlamentos podem exercer funções autónomas sob a cúpula de uma assembleia comum e nacional ou conviver e até mesmo dividir competências com outros órgãos governativos como os senados e as câmaras ou assembleias regionais.

De todos os argumentos apresentados dois aspectos assumem preponderância para o estudo da presidencialização política, em primeiro lugar a possibilidade de determinado governo exercer funções com maioria absoluta, e em segundo se o governo é ou não formado em coligação.

⁸⁸ Consultar Caderno de Anexos (pp.163-164) Tabelas 2 e 3

Perante o forte grau de diferenciação e dispersão que caracteriza o quadro político dos Estados que formam a U.E, surge um padrão - o governo é na maioria dos casos chefiado por um Primeiro-ministro. A abrangência e o poder que advém das suas funções varia de capital para capital, não existindo gabinetes idênticos nem casos semelhantes. A experiência de um primeiro-ministro luxemburguês não é igual ao primeiro entre os iguais - o seu congénere Britânico, da mesma forma que a visibilidade política de um presidente do conselho de ministros italiano, face ao presidente da república, é maior que no caso francês.

Apesar de contextos e realidades diferentes torna-se pertinente questionar que perfil político preenche este lugar individual? ou quem lidera os governos Europeus? A resposta a esta questão já fora desvendada pela academia Portuguesa. Ao investigar o perfil de liderança governativa em 15 dos 27 Estado-membros, Nuno Guedes⁸⁹ conclui que a grande maioria dos primeiros-ministros europeus assumem o seguinte conjunto de características” *um indivíduo do sexo masculino — são raros os casos que fogem à regra —, que estudou Direito e exerceu a profissão de advogado. Em termos etários, tem, em média, 54 anos quando chega ao cargo, depois de uma curta carreira profissional e de uma longa carreira política, que começa pelo partido (várias vezes, nas juventudes partidárias) e passa, eventualmente, por uma eleição local. Depois, chega ao parlamento, o qual constitui uma etapa para chegar ao governo. A liderança do partido pode ser um passo final para a ascensão ao topo do executivo.*”

O autor não se limita apenas a enumerar características comuns aos líderes políticos europeus que exerceram funções entre 1946 e 2006, outros factores de relevo são identificados. Segundo a informação estatística apresentada, 50% dos líderes políticos em análise já lideravam o partido aquando da tomada de posse; 80% passaram pela legislatura antes de chegar ao cargo (elite parlamentar) destacando-se as eleições legislativas como teste fundamental e o papel dos parlamentos como canal preferencial de acesso ao cargo em questão, visto que 75% dos primeiros-ministros têm experiência como deputados. Os parlamentos nacionais assumem-se como a principal instituição quer para o recrutamento ministerial quer para a formação de elites políticas dos governos Europeus. Os partidos assumem um papel importante e primordial neste percurso e em sintonia com os argumentos de presidencialização política que serão apresentados, um perfil de

⁸⁹ GUEDES, Nuno (2009). *Quem lidera os governos europeus? A carreira dos primeiros-ministros (1946-2006)*, *Análise Social*, N°199, Lisboa.

liderança sólida e a chefia do partido são vistos como pré requisitos essenciais para o exercício de funções como chefe de governo.

Os argumentos anteriores traduzem uma imagem elementar que ilumina as principais diferenças estruturais no percurso dos diferentes Estados-membros, na particularidade dos seus modelos e instituições nacionais e na figura do primeiro-ministro no contexto da União Europeia.

Para um olhar mais profundo é necessário recalibrar a lente de observação com o recurso ao argumento de presidencialização política. Se as linhas anteriores pretenderam demonstrar porque se considera a figura do primeiro-ministro singular, a ideia de presidencialização política denota um processo *sui generis*, uma metamorfose⁹⁰.

Antes de avançar para a análise do conceito de presidencialização, é imperativo referir que as mudanças que irão ser descritas não têm por base uma alteração formal dos sistemas políticos ou das competências de quem lidera o governo. Esta ideia geral assenta na seguinte descrição proposta pelos autores: *“In our view, presidentialization denominates a process by wich regimes are becoming more presidential in their actual pratice without, in most cases, changing their formal structure, that is, their regime-type.”*⁹¹

A definição anterior constitui a base do conceito de presidencialização política, no qual, mais que procurar efeitos de mudança permanentes nas estruturas e instituições políticas procura-se atribuir um maior ênfase na natureza das práticas políticas, em alterações nos comportamentos e atributos executivos das elites políticas que, no caso dos primeiros-ministros, apresentam pontos comuns ou comparáveis a costumes próprios de sistemas presidencialistas.

⁹⁰ A escolha da palavra metamorfose para designar o conjunto de processos que reveste a ideia de presidencialização política, surge da observação do processo descrito, no qual não se pretende evidenciar uma alteração formal do regime político, mas sim apontar as principais alterações que indicam ou traduzem uma ideia de que determinados actores do sistema político, neste caso primeiros-ministros, assumem funções típicas e idênticas de um sistema presidencialista. A palavra metamorfose sugere que essência fundamental do sistema político permanece, contudo a sua forma evolui para traços mais complexos cuja teoria de presidencialização política observa e procura sistematizar.

⁹¹ POGUNTKE, Thomas, e WEBB, Paul (2007). *The Presidentialization of Politics: A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford, p.1.

Quer a constitucionalização quer a federalização preenchem e cruzam amplos debates na literatura de Ciência Política e Estudos Europeus. Os seus trabalhos permitiram ainda fomentar parte da discussão em torno dos conceitos de europeização. Neste caso, o conceito de presidencialização teve um duplo impacto, não trazendo nada de novo mas transportando consigo um novo modelo para analisar a concentração de poderes em torno dos primeiros-ministros e dos seus gabinetes.

Por sua vez, Thomas Poguntke e Paul Webb⁹², cordenadores do conceito de presidencialização, não aludem à originalidade do argumento e indicam que o tema já fora debatido pela escola britânica⁹³ para caracterizar a governação de Tony Blair, e pela academia italiana para os casos de Bettino Craxi e Sílvio Berlusconi⁹⁴. Ainda no que toca a figuras políticas, o caso de Gerhard Schroeder é apontado ao nível das eleições e do conceito de “candidate centredness”, referindo autores como Bowler and Farrell⁹⁵, Mughan⁹⁶ e Dalton and Wattenberg⁹⁷.

A ideia de presidencialização política demonstra mudanças no *modus operandi* das sociedades democráticas que assistem a um progressivo movimento dos seus modelos de actuação próprios (raiz parlamentar) em direcção a tendências típicas de modelos que não lhe são próximos (raiz presidencialista). Tais mudanças, como referido, não têm por base uma modificação formal dos sistemas políticos ou da natureza das instituições de governo, mas sim uma mudança subtil, como que uma metamorfose dos sistemas políticos em análise.

⁹² Idem.

⁹³ FOOLEY, Michel (2000). *The British Presidency: Tony Blair and the Politics of Public Leadership*, Manchester University Press, Manchester.

Ibid..

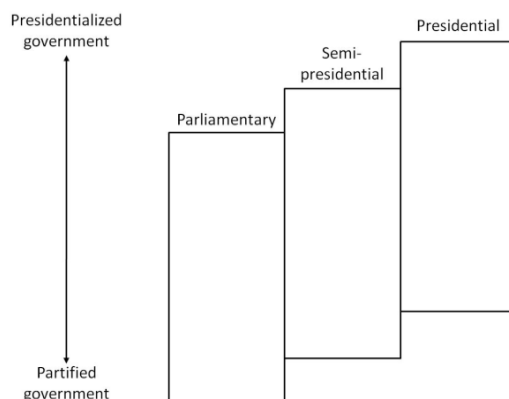
⁹⁴ CALISSE, Mauro (2000). *Il partito personale*, Laterza & Figli, Roma.

⁹⁵ BOWLER, Shaun e FARREL, David (1992). *Electoral Strategies and Political Marketing*, Palgrave MacMillan, Basingstoke.

⁹⁶ MUGHAN, Anthony (2000). *Democracy and the Media – A comparative perspective*, Cambridge University Press, Cambridge.

⁹⁷ DALTON, Russel J. e WATTERBERG Martin P. (2002). *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford University Press, Oxford.

Figura 4 – Presidencialization and regime type



Fonte: Thomas Poguntke and Paul Webb, *The presidentialization of Politics – A comparative study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford, 2004. P.6

A compreensão de um conceito que aparece aglutinar-se em factores contingentes e informais passa por entender as suas quatro causas, três faces, duas dimensões e duas dinâmicas próprias.

Na anterior figura (4) os autores identificam duas dimensões, uma horizontal e outra vertical. Sobre a dimensão horizontal são distinguidas as três categorias principais de regimes políticos; estas três perspectivas são representadas sobre a forma de rectângulos independentes e impermeáveis, no entanto, nem todos os países que detêm regimes presidencialistas são idênticos, embora preencham um conjunto de disposições legais e constitucionais que os classificam e definem. O seu regime pode apresentar variações de país para país, visíveis ao nível de práticas internas próprias e de experiências democráticas particulares que, em suma, definem o posicionamento de determinado Estado democrático, ou seja, se está próximo ou distante das mesmas condições e condicionantes que definem um regime semipresidencialista ou parlamentarista.

A segunda dimensão é vertical, e é apresentada sobre a forma de uma seta contínua de duplo sentido que separa as duas formas de governo: partified (a sul) e presidentialized⁹⁸ (a norte), tendo como objectivo demonstrar que esta dimensão não está impelida a factores legais ou constitucionais como a anterior. Neste caso determinado o governo pode oscilar em direcção a norte ou sul sendo

⁹⁸“while partified government means governing through parties (Katz 1986:42-6), presidentialized government implies governing past parties”. POGUNTKE, Thomas, e WEBB, Paul (2007). In: *The Presidentialization of Politics: A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford, p.7.

movido por características políticas estruturais⁹⁹ e contingentes tais como o grau de visibilidade pessoal, a autonomia, poderes e recursos que os líderes políticos possuem. À medida que estas características aumentam determinado governo migra em direcção a um mandato presidencializado e vice-versa.

O último argumento explicita uma importante característica dos líderes políticos cujos Estados que representam se encaminham ou já se encontram sobre os efeitos de presidencialização política. Esta característica é apresentada pelos autores como uma esfera de influência¹⁰⁰, uma área protegida face a intervenções e pressões externas.

A criação e alargamento de zonas de controlo autónomo e a capacidade de ultrapassar eventuais resistências deduzem que existe um menor constrangimento, mas ao mesmo tempo um aumento dos poderes formais e uma maior capacidade para que o chefe do executivo possa decidir de forma mais unilateral.

Esta esfera de influência é normalizada no que os autores definem como as três faces da presidencialização política:

- Em primeiro lugar a face executiva indica um alargamento das já referidas zonas autónomas e de uma maior independência do chefe de governo, traduzida num aumento dos seus recursos. Tais recursos pretendem, por um lado assegurar a inviolabilidade da esfera de autonomia, e por outro expandi-la e podem ser encontrados no aumento em número (staff do seu gabinete) e competências, área de intervenção, maior capacidade para agregar e gerir fundos próprios, e no poder de coordenar e acrescentar pontos de interesse à agenda política ou em definir alternativas ao rumo em curso. Em suma, numa concentração de novos poderes executivos que permitam uma governação à margem dos seus partidos e com relativa autonomia à ingerência parlamentar.

- A segunda face da presidencialização política é a face partidária, e embora esteja em sintonia com a face anterior tem um grau de focalização mais preciso. Esta abordagem troca a literatura típica dos cabinet studies e apoia-se nas novas concepções sobre os partidos políticos, defendendo que os fenómenos de presidencialização política nesta perspectiva se podem observar na capacidade que os líderes partidários têm para ultrapassar líderes secundários dentro do partido,

⁹⁹ “By structural we mean enduring changes below the level of legal-constitutional changes such as changes in party rules or in the fabric of society, whereas contingent changes depend on characteristics of particular political actors or specific political contexts” Idem.

¹⁰⁰ “In other words, leaders who can enjoy greater autonomy” Idem.

e para impor um domínio mais pessoal. Um segundo factor está relacionado com o aparelho partidário que ao aceitar uma liderança mais individual e centralizada, deposita no líder a capacidade de assegurar ao partido uma vitória eleitoral, caso contrário a sua permanência estaria comprometida¹⁰¹, demonstrando a relação de interesses que justifica uma maior autonomia e flexibilidade estruturais. É ainda observada a importância que a liderança do partido assume na figura de um chefe de governo, para alcançar e manter durante o seu período governativo, sendo cada vez mais comum o exemplo do primeiro-ministro que lidera o partido até ser eleito e que se mantém na liderança partidária durante o período de governação.

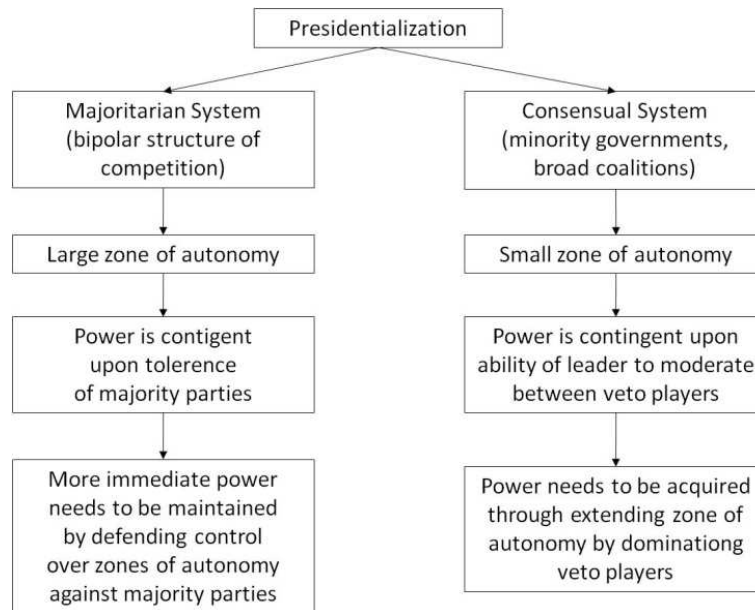
- Em democracia a legitimidade para governar provém dos eleitores, desta forma a terceira face é a face eleitoral. Os autores procuram indícios de bipolarização quer na escolha, quer no processo eleitoral em que se centram as candidaturas. Procura-se testar o foco mediático, que nas campanhas eleitorais tende a incidir e a iluminar os dois principais candidatos, testando este impacto no comportamento de voto, ou seja, de que forma o líder e não o partido, a figura e não o ideal, condicionam o comportamento de voto e contribuem para uma bipolarização do processo eleitoral em moldes comuns a um processo eleitoral típico de um sistema presidencialista. Este argumento lida com factores como personalidade e liderança e o seu impacto na percepção e escolha dos eleitores, no que se pretende comparar a uma americanização das campanhas eleitorais.

São estas as três faces que permitem definir como se manifesta a presidencialização¹⁰² política e que permitem agrupar um acervo bibliográfico, que embora esteja disperso e não abarque a maior parte dos casos, tem vindo a mapear estas “metamorfoses” na figura dos primeiros-ministros.

¹⁰¹“*In other words, we would expect party leaders to be less likely to survive electoral defeat than has been the case in the past*” POGUNTKE, Thomas, e WEBB, Paul (2007). In: *The Presidentialization of Politics: A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford, p.10.

¹⁰² “*presidentialization of democratic regimes entails a shift away from partified democracy in terms of one, two or all three dimensions that we have identified*”. Ibid. p.11. (apesar da palavra dimensão ter sido utilizada por Poguntke e Webb (2007) para exemplificar o plano vertical e horizontal, os autores utilizam para este caso a mesma palavra para referir as três faces da presidencialização política.)

Figura 5 – The Dynamics of Presidentialization



Fonte: Thomas Poguntke and Paul Webb, *The presidentialization of Politics – A comparative study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford, 2004. p.12

No entanto, como a figura (5) indica, existem dinâmicas de presidencialização, formas sobre as quais operam as principais mudanças. Estes processos apresentam uma cadeia de dependência que tem por base a existência de dois sistemas distintos; sistemas de maioria ou de consenso. Se existe maioria existe uma esfera de autonomia mais alargada, onde o poder reside sob a tolerância das maiorias partidárias, nas quais a zona de autonomia pretende preservar e defender o seu controlo. Por outro lado, em sistemas consensuais a zona de autonomia é mais reduzida por ausência da maioria que os protegia; o poder é contingente e depende da capacidade do líder, por um lado em moderar os seus interesses perante os *veto players*, e por outro em estender a sua zona de autonomia através do domínio destes actores políticos.

Após terem sido analisadas as dimensões, dinâmicas e faces de presidencialização política, resta ainda questionar que causas estarão a motivar este tipo de movimentos específicos e particulares. Poguntke e Webb agrupam este conjunto de argumentos em quatro categorias distintas:

- A internacionalização política é a primeira causa apresentada e a que assume maior relação e relevância com a natureza da pergunta de partida. Esta possível origem para os processos de presidencialização está profundamente relacionada com o desafio da globalização tornando-se cada mais frequente o recurso e o acesso às plataformas de negociação internacionais, na procura de uma resposta para os actuais desafios contemporâneos; dos conflitos étnicos e terrorismo à problemática ambiental e económica, onde se destaca, para este casos, o controlo e estabilidade dos mercados

internacionais e a normalização dos padrões de investimento transnacional, questões mais abrangentes que contrastam por sua vez com questões mais localizadas no exemplo das políticas de imigração.

A pertinência de temas e a maior regularidade dos encontros fez com que os chefes de governo contemporâneos fossem catapultados para este processo de decisão intergovernamental, onde a capacidade de decidir e negociar gravita em torno dos líderes, dos seus conselheiros próximos ou dos membros do governo e afasta parte do debate e das escolhas dos parlamentos, dos partidos e de alguns gabinetes nacionais, sendo o processo de integração europeia um exemplo para a primeira causa apresentada¹⁰³.

-O crescimento do Estado é apontado como a segunda causa. À medida que a sua estrutura organizacional se torna mais especializada e a sua teia burocrática mais complexa assistem-se a fenómenos de diferenciação e pluralização institucional sobre os quais a centralização de poder executivo surge como um fenómeno de concentração destes fragmentos institucionais propícios a criar problemas de ingovernabilidade.

- A terceira causa relaciona-se com a contínua alteração da estrutura de comunicação em massa. O advento das campanhas políticas mediatizadas cresceu de forma astronómica criando uma ponte entre a ciência política e as ciências da comunicação. A emergência de proeminentes estudos em áreas como a comunicação estratégica, tem vindo a debater o papel da mediatização na política moderna e a concertação de simbolismo em torno dos líderes e candidatos políticos, ampliando as doutrinas de marketing político e actualizando disciplinas como a gestão de imagem e as estratégias argumentativas ou de comunicação política, ferramentas que ajudam o líder político a expandir o seu potencial mediático.

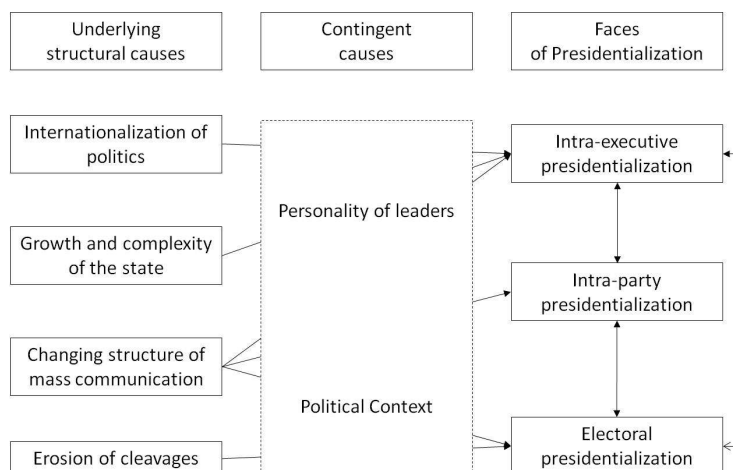
- Por último revela-se a corrosão da âncora política que unia os partidos de classe às suas bases sociais de apoio. A erosão das clivagens sociais tradicionais¹⁰⁴ alterou profundamente o rumo

¹⁰³ “In particular, it would seem likely that the process of European integration means that a substantial part of domestic politics is now decided like international politics, which is a traditional domain of leaders and senior members of governments (as opposed to cabinets, parliaments, and parties). POGUNTKE, Thomas, e WEBB, Paul (2007). In: *The Presidentialization of Politics: A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford, p.14.

¹⁰⁴ Embora poucos contestem a importância das clivagens sociais tradicionais como factores explicativos do comportamento eleitoral, tem sido muitas vezes notado que o voto determinado por clivagens – e, em particular,

político europeu. Este argumento torna-se claro após uma leitura atenta quer dos debates em torno do “fim da ideologia” (início década de 60) notabilizados por autores como Daniel Bell¹⁰⁵, Otto Kirchheimer¹⁰⁶ e Seymour Lipset, quer pelo impacto que a “revolução silenciosa” de Robert Inglehart teve no debate político e social.

Figura 6 - The major causal flows involved in explaining presidentialization of politics



Fonte: Thomas Poguntke and Paul Webb, *The presidentialization of Politics – A comparative study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford, 2004, p.16

A figura 6 permite observar de forma transversal o impacto e relação de cada uma das quatro causas apresentadas nas três faces de presidencialização descritas, evidenciando ainda que esta relação causa/efeito é afectada ou modelada por causas contingentes como a personalidade dos líderes e o contexto político em causa. Todavia, cada uma das causas de presidencialização tem um impacto específico ou seja enquanto a erosão das clivagens sociais afecta única e exclusivamente a face eleitoral, a contínua alteração dos meios de comunicação social já tem um impacto abrangente nas três faces. A internacionalização política é apresentada como a causa directa dos fenómenos de presidencialização, no entanto no ponto 2.3 esta causa será problematizada sobre uma nova face, ao mesmo tempo que a possível relação com a face eleitoral será explorada.

determinado pela classe social – sofreu um declínio significativo por toda a Europa Ocidental nas últimas décadas”, STOCK, Maria José. (2005). In: Velhos e Novos Actores Políticos. Partidos e Movimentos Sociais, Universidade Aberta, Lisboa, p.215.

¹⁰⁵ BELL, Daniel. (2000). *The end of ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*, Harvard University Press, Harvard.

¹⁰⁶ KIRCHHEIMER, Otto. (1996). *The Transformation of Western European Party Systems, Political Parties and Political Developments*. Princeton University Press. Princeton.

A arquitectura conceptual planificada sobre as figuras 4, 5 e 6 é fundamentada sobre treze casos retirados das experiencias democráticas de países como Inglaterra, Alemanha, Itália, Espanha Holanda, Dinamarca, Suécia, Finlândia, França e Portugal. O estudo não se restringe em espaço ou na natureza do regime desta forma o presidencialismo norte-americano e o percurso democrático Israelita e Canadano é trazido para o debate. A investigação e análise de dados situa-se entre 1960 e 2004, servindo o anterior alinhamento teórico como manual de investigação para os especialistas de cada caso.

O próximo capítulo pretende demonstrar uma visão prática das concepções apresentadas, ou seja, problematizar a figura do primeiro-ministro no seu contexto interno, o gabinete, o partido, o governo a relação com as demais instituições democráticas, os meios de comunicação social e o eleitorado. A próxima abordagem passa por retirar quatro exemplos e observar num plano prático as concepções teóricas que foram neste ponto descritas.

2.2.O Gabinete Nórdico e o Palácio do Mediterrâneo

Antes de enveredar pela análise dos casos de Estudo, uma questão deve ser levantada o porquê de uma divisão norte-sul? Após analisar todos os casos foram selecionados os exemplos da Dinamarca, Suécia, Espanha e Itália, por serem os estudos de caso que permitem um maior contraste entre os argumentos teóricos anteriormente observados. Esta escolha está ainda relacionada com questões metodológicas e temporais que não permitiriam nesta fase uma análise detalhada dos treze casos de estudo debatidos no argumento de presidencialização. Outras limitações condicionaram também uma análise política de um novo caso de Estudo (exemplo da Grécia ou Irlanda). Tornou-se necessário retirar dos casos apresentados um conjunto de exemplos cuja pertinência e relevância revisitassem as diferentes concepções propostas e que ao mesmo tempo testasse os limites máximos e mínimos da teoria em estudo, cumprindo com o enquadramento na estrutura metodológica apresentada. Ao mesmo tempo a natureza da subdivisão teria que encaixar e fluir em harmonia com o texto em desenvolvimento. As primeiras incursões pretendiam uma subdivisão por regime político no entanto, o mapa político Europeu (como observado no ponto anterior) possui inúmeras fragmentações não existindo duas democracias parlamentares ou semipresidencialistas iguais. Porém, o principal factor que fomentou uma nova subdivisão está intrinsecamente ligado com o argumento de presidencialização que afirma que efeitos difusos podem ser encontrados em dois casos que partilhem o mesmo regime político.

A subdivisão escolhida sugere dois tipos de Europa, uma a Norte ou Ocidental e uma a Sul ou mediterrânea. Esta subdivisão tem sido promovida no debate de ciência política¹⁰⁷ e em referências económicas e financeiras sobre o depreciativo termo PIGS¹⁰⁸. Procura-se encontrar desta forma dois tipos de Europa, dois ritmos diferentes no processo de presidencialização. Foram então escolhidos dois casos a norte, Dinamarca e Suécia, e dois casos a Sul, Espanha e Itália.

Começando pela Dinamarca, o panorama geral apresenta um caso de estabilidade, onde o sistema multipartidário se faz representar com cerca de dez partidos com assento parlamentar e que apresenta uma boa rotatividade democrática com cerca de 21 governos desde 1945. Os governos de coligação são comuns e o sistema político não parece estar fortemente polarizado; consenso e pragmatismo são valores altos na política dinamarquesa.

Pode no entanto observar-se um despertar do fenómeno de presidencialização na campanha eleitoral de 1998-2001, onde a construção mediática utilizou constantes analogias com a bipolarização do processo eleitoral americano. Na realidade a Dinamarca entre 1975 e 2001, e apesar do elevado número de governos e coligações, apenas conheceu três primeiros-ministros. As possibilidades de destituir o chefe de governo são amplas através dos votos de “*no-confidence*” suportados pela maioria parlamentar. Contudo estas tomadas de posição não são comuns “*unsuccesful attempts have been extremely rare*”¹⁰⁹., devido à natureza do sistema político que assenta sobre uma base consensual e anti conflitual, criando uma forte noção de unidade e disciplina na hierarquia governativa.

Esta noção de hierarquia e consenso criou um mecanismo de accountability particular no qual os ministros não formam um gabinete no sentido britânico, assumindo individualmente a sua responsabilidade perante o parlamento, ao qual prestam contas, instituição sobre a qual o primeiro-ministro assume o poder de a dissolver e de controlar a agenda e decisões, detendo ainda o poder de convocar eleições gerais.

¹⁰⁷ ALMEIDA, Pedro Tavares de, PINTO, António Costa e BERMEJO, Nancy. (2006). *Quem Governa a Europa do Sul?* Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.

¹⁰⁸ CHORAFAS, Dimitris N. (2010). *The Business of Europe is Politics – Business Opportunity, Economic Nationalism and the Decaying Atlantic Alliance*, MPG Group Books, London, p.213.

¹⁰⁹ POGUNTKE, Thomas, e WEBB, Paul (2007). *The Presidentialization of Politics: A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford, p. 160.

Desta forma os diferentes poderes de cada órgão encontram o seu equilíbrio sobre um modelo que prima pela flexibilidade tal como Pedersen e Knudsen afirmam “*The leadership in the Danish context requires flexibility and compromise rather than confrontation*”¹¹⁰

Ainda sobre o modelo dinamarquês é fundamental observar a dinâmica partidária. Das dez forças parlamentares apenas os denominados ‘quatro velhos partidos’ conseguiram produzir primeiros-ministros, existem *prime-ministrial parties* e *other parties*; embora o sistema seja multipartidário apenas algumas forças políticas são capazes de gerar líderes nacionais, ou seja primeiros-ministros. Para observar o aumento do poder do primeiro-ministro os autores traçam quatro linhas fundamentais:

- Em primeiro lugar é observada a capacidade de recrutar e destituir ministros, competência que, desde a década de 60, tem sido aprofundada a par do direito de dissolver o parlamento. Contudo existem *core ministers* como o Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, que surgem como elementos difíceis de destituir; desta forma o primeiro-ministro adopta outra estratégia. Protegido pelas regulares cimeiras Europeias que exigem a sua presença tem adquirido importância no plano internacional, colocando muitas vezes o Ministro dos Negócios Estrangeiros num plano secundário. A Dinamarca considera-se um país de pequenas pretensões no plano internacional, contudo as crescentes reformas Europeias que atribuem poder ao Conselho de Ministros têm aumentado a tarefa e exigido mais a presença do primeiro-ministro no campo internacional.
- No âmbito do controlo de ministérios, a Dinamarca aposta na autonomia, ou seja cada organismo detém margem de manobra condicionando o presidencialismo; as decisões são tomadas em reuniões formais, algumas presididas pelo primeiro-ministro.
- Quanto à composição do governo, este assume-se como puramente meritocrático, o staff em torno do corpo ministerial tem aumentado, a par do gabinete do primeiro-ministro.
- Por último, a relação com os media foi fortalecida verificando-se uma centralização; *media advisers* e *media strategies* são incorporados em torno do gabinete.

¹¹⁰ Idem.

Aliado aos argumentos apresentados, o primeiro-ministro dispõe de uma maior longevidade face aos restantes ministros, podendo reformular o governo sem pôr em causa a sua posição, tendo em conta que existem *core ministers*. Pedersen e Knudsen¹¹¹ apresentam ainda um outro argumento, afirmando que a marca presidencialista está bem vincada no processo de europeização e globalização que reformula o papel do primeiro-ministro, submetendo os restantes ministérios e ministros a uma disciplina individual.

Em suma, a face partidária destaca-se no caso dinamarquês pelo processo de escolha do líder nos congressos e segundo os autores, “ *Party leaders may also claim a more personal mandate, and thereby a higher degree of autonomy, when chosen in a plebescitary consultation of the membership*”¹¹², a assunção de um tom pessoal e centralizado torna-se notório apesar da referida autonomia, flexibilidade e consenso que caracterizam não só as estruturas partidárias mas também a natureza do sistema político.

Num plano eleitoral a Dinamarca apresenta também alguns traços de presidencialização e centralização. Os quatro principais jornais ligados aos quatro grandes partidos políticos e restantes meios de comunicação social tornaram-se “newsletters” dos líderes partidários, sendo prioritária a cobertura das campanhas políticas. As eleições de 1998 e 2001 foram amplamente descritas como presidencialistas. Segundo os autores “*presidentialized elections and focused on leaders, the parties needed to adjust to this fact in their campaigns. This, in turn, have influenced the voters*”¹¹³, destacando-se uma influência directa sobre o comportamento eleitoral.

As estratégias de campanha partidária são utilizadas com uma forte influência do presidencialismo norte-americano. Os partidos vão desta forma investir mais capital nas campanhas políticas, trabalhando a imagem e a personalidade do seu candidato. Quanto a este argumento Pedersen e Knudsen resguardam-se, afirmando que os dados resultantes da investigação que relaciona a evolução das campanhas e o presidencialismo se revelam insuficientes para afirmar se aquelas se encontram também presidencializadas.

Para concluir, a presidencialização avança na Dinamarca sobre as seguintes linhas:

- Forte presidencialização no campo governamental.

¹¹¹ POGUNTKE, Thomas, e WEBB, Paul (2007). *The Presidentialization of Politics: A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford, p. 160.

¹¹² Ibid, p.167.

¹¹³ Ibid, p.170.

-Aumento do poder dos líderes partidários e da sua capacidade para influenciar as nomeações.

-Proeminente papel do primeiro-ministro no campo das relações internacionais; aprofundamento desta função resguardada por inúmeros factores externos mas seguramente pela presente Agenda Comunitária.

-Construção mediática da figura presidencial na veste do primeiro-ministro e polarização das campanhas em torno do líder.

Apesar das marcas enunciadas o presidencialismo dinamarquês apresenta-se singelo e as suas tendências aparentemente limitadas revelam a proximidade às noções de *partified government*, a sul do pólo mais forte do argumento em estudo. O consenso e a disciplina parecem ser mais fortes, não permitindo que a política dinamarquesa esteja tão presidencializada.

Após analisar as principais características do sistema político dinamarquês e do Statsminister, o próximo gabinete em análise é o *Rosenbad* e o contexto em que se insere a Suécia.

Dinamarca e Suécia apresentam modelos próximos; um parlamento unicameral, uma figura monárquica como chefe de Estado e um primeiro-ministro como chefe de governo divergindo, porém, quanto ao grau de coesão interna, os dinamarqueses optaram pela concertação de um Estado federal, ao contrário dos suecos que preferiram o Estado unitário.

Lijphart¹¹⁴ define a Suécia como regime parlamentar puro, as raízes de um proto-parlamentarismo marcam a história do país desde as reformas constitucionais oitocentistas. Afirma-se como uma democracia parlamentar, detém um executivo colegial e acolhe tal como a Dinamarca e a Espanha a monarquia na harmonia do seu sistema político. O monarca ocupa o lugar de chefe de Estado, mas cabe ao primeiro-ministro ocupar o lugar central da estrutura de poder.

Aylott¹¹⁵ aborda o governo de Persson que considerava bastante forte. A comparação com os E.U.A é também recordada “ *The US has a presidential system with two dominant parties, whose candidates are chosen according to majoritarian principles (...) Our political system has long a collectivist character, in which party representation would rather talk in terms of «we» than*

¹¹⁴ LIJPHART, Arend, (1999). *Patterns of Democracy, Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*, Yale University Press, New Haven.

¹¹⁵ POGUNTKE, Thomas, e WEBB, Paul (2007). *The Presidentialization of Politics: A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford, p.p 160,-177.

«I». *In the US, individual politicians take centre stage, and the media's fixation with personality has over the years been very strong*”¹¹⁶. O sistema Sueco, assume-se como colectivista tal como o autor demonstra; contudo, uma abordagem mais precisa da natureza do poder pode esclarecer pertinentes aspectos acerca do conceito de presidencialização.

O chefe do executivo é pouco mais que um *‘first among the equals’*, a reforma constitucional de 1974 introduz, porém, a capacidade de escolher o governo. Ao nível das faces de presidencialização observa-se um aumento da liderança do gabinete e do seu partido, aliada à crescente internacionalização¹¹⁷ europeização e mudanças sociais que propiciam o processo de mudança e fortificam a posição do executivo.

Quando comparado com a Dinamarca, o cargo de primeiro-ministro também apresenta indícios de estabilidade governativa, veja-se o exemplo de Tage Erlander que assumiu funções como chefe de governo em 1946 seguindo-se trinta e três anos de liderança onde só um escândalo político o retirou do poder¹¹⁸. Desde o final do seu mandato a acumulação de funções no executivo é notória e a centralização evidente:

- O primeiro-ministro tem vindo a ganhar autonomia no campo orçamental, tendo desde 1977 aumentado o seu papel na elaboração do orçamento, poder que anteriormente era exclusivo do Ministério das Finanças.
- Em segundo lugar, o número de conselheiros políticos aumentou de 20 para 50 quando Persson tomou o Gabinete.
- A imagem pessoal, reflectida pelo primeiro-ministro na política Sueca, tem vindo também a expandir-se, protegida pelas novas necessidades de reforma do sistema social.
- A par dos restantes autores, Ayllot atribui importância ao argumento de que a União Europeia contribui para a presidencialização política na Suécia. As decisões tomadas a nível de Conselho Europeu e do Conselho de Ministros levantaram preocupações no seio dos parlamentares suecos que tomaram medidas para restringir esta deslocação do centro de

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ BACK, Hanna, DUMONT, Patrick, MEIR, Henk PERSSON, Erik e VERNBY, Thomas. (2009). *Does European Integration Lead to a “Presidentialization of Executive Politics?: Minister Selection in Swedish Postwar Cabinets, European Union Politics*, SAGE, New York.

¹¹⁸ RUIN, Olof (1990). *Tage Erlander: Serving the Welfare State, 1946-1969*, Pitt Series in Policy and Institutional Studies, University of Pittsburgh, Pittsburgh.

decisão para Bruxelas. O parlamento opta por criar um comité especial para assuntos comunitários com o intuito de fiscalizar as acções dos deputados europeus, ministros e diplomatas que representem o país nestas cimeiras.

Esta extensão do controlo parlamentar para o exterior do *Riksdag* constitui-se numa reivindicação. Uma resposta à *'mobile-phone diplomacy'*, na qual o contacto entre ministros europeus se torna mais directo, iniciando legislação com o apoio dos seus gabinetes e sem consultar o parlamento.

O caso sueco permite avistar um primeiro fenómeno, o parlamento tem peso e revela-se atento. Apesar de a Europa acentuar o papel do primeiro-ministro, a iniciativa legislativa repousa, segundo Ayllot *"real presidents often have to bargain tortuously with other branches of government in order to enact legislation"*¹¹⁹; da negociação surge a necessidade de autonomizar o gabinete.

O parlamento constrói as suas defesas. Pode, segundo a Constituição, derrubar o governo e investir o primeiro-ministro. Existem ainda *"partisan veto players"* com o poder estratégico de derrubar o governo, elemento que tem sido explorado pelo parlamento.

Quanto às tendências de voto, a Suécia assiste a cinco partidos histórico-tradicionais. Em caso de coligação verifica-se o fenómeno do *"negative parliamentarism"*, no qual o primeiro-ministro não necessita de maioria para assegurar a confiança parlamentar. Desta forma, a maioria é rejeitada e apoia-se a negociação, os partidos por sua vez necessita de um partido pivô que sustente a sua posição, quer este seja o seu partido ou uma coligação.

Na questão partidária a Suécia aproxima-se um pouco da Dinamarca no que diz respeito à questão da liderança e da disciplina; com a adopção do unicameralismo os partidos tentaram aumentar a disciplina interna para uniformizar o voto colectivo, para que de forma homogénea seja representada a intenção do grupo parlamentar.

O partido assume ainda um papel relevante para suportar o primeiro-ministro e o governo, a relação de simbiose parece despertar através do apoio financeiro estatal aos partidos; com a mesma profundidade estabelecem-se algumas relações com membros de organizações cívicas e sindicatos.

¹¹⁹ POGUNTKE, Thomas, e WEBB, Paul (2007). *The Presidentialization of Politics: A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford, p.181.

A política sueca constrói-se sobre os partidos que são os históricos e culturais actores; entrando no centro do combate democrático, cabe-lhes o monopólio dos candidatos no qual o líder partidário não tem voto excepcional. O critério de selecção tem-se revelado bastante flexível.

O controlo mediático é claro. A par da Dinamarca os jornais detêm filiações partidárias e a televisão torna-se um veículo importante para a propaganda partidária com os media, tentando pressionar a agenda política.

A expansão dos meios de comunicação propicia a concentração de poder em torno dos líderes, cobrindo a sua imagem em tempo de campanha eleitoral. Moldam a própria campanha tornando-a mais pública, aumentando os discursos e encontros. Existe neste caso, a par de todos os outros, uma “*media strategy*” na qual os partidos fortalecem a imagem do líder.

Ayllot¹²⁰ afirma que a relação entre Presidencialização de campanha e tendência de voto não é suficientemente visível e conclui que “*Parties, not candidates, are still the most important unit in elections*”¹²¹. Concluindo, Nicholas Aylott¹²² considera os seguintes traços de presidencialização:

- O primeiro-ministro revela-se mais forte face ao que a constituição parece indicar. Com o controlo do seu partido e da maioria parlamentar pode aprovar qualquer tipo de legislação.
- Enquanto o primeiro-ministro se mantiver ‘popular’ entre os eleitores será difícil alguém dentro da sua estrutura partidária depô-lo.
- O tribunal constitucional protege o governo.
- A negociação partidária assume um papel importante criando governos maioritários.
- Os recursos disponíveis do gabinete do primeiro-ministro têm vindo a aumentar.
- Um maior envolvimento externo da figura do primeiro ministro tem justificado a internacionalização política como causa de presidencialização.

Por sua vez, os partidos têm-se revelado dependentes do parlamento e a negociação com os diferentes grupos de pressão social fragmenta o governo. O regime de coligações obriga muitas vezes à construção de alianças ambíguas; para destituir um ministro de um partido contrário ao do

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Ibid, p.192.

¹²² Idem.

governo, o primeiro-ministro tem de negociar os termos e condições com o mesmo partido, não tendo um poder de destituição tão vasto, o mesmo acontece com o recrutamento ministerial em governos de coligação.

As referências partidárias são ainda muito fortes na Suécia. Apesar de todo o mediatismo em torno do líder, a identidade partidária é forte e reconhecida pelo eleitorado. O governo revela-se ainda muito frágil em períodos de crise governativa e situações internas. A instabilidade levanta o pano sobre a política sueca, notando fracos pilares presidencialistas.

O progressivo espaço criado pela figura do primeiro-ministro, embora não esteja sedimentado em longas raízes históricas e culturais, tem vindo a assumir um notório alargamento num sistema que começa a ceder e a criar espaço para uma política mais presidencial e executiva.

O exemplo dinamarquês revela um menor espaço para a observação do fenómeno de presidencialização, porém torna-se necessário deixar os gabinetes nórdicos e navegar para os palácios da Europa do sul.

Após a ditadura franquista o processo de transição para a democracia em Espanha assumiu um rumo reformista. O actual regime parlamentar tem sido alvo de pressões presidencialistas, tentativas de colocar o gabinete do primeiro-ministro no lugar cimeiro do poder executivo.

A transição democrática inicia-se após a morte de Franco, em 1975. Os preparativos para reformular o sistema culminaram na elaboração de um novo corpo constitucional, em 1978. A mudança encontra fundamento no legado histórico, tal como Biezen e Hopkin¹²³ comprovam ao longo do ensaio. O desaire da primeira Republica e a guerra civil criaram profundas clivagens sociais e proporcionaram uma nova visão democrática que, curiosamente, não será oposta ao executivo franquista, forte e autoritário. Salvaguardando as diferenças fundamentais, o processo reformista espanhol soube acolher as instituições franquistas (instituições militares e judiciais), não purificando desta forma a herança ditatorial, tendo deixado que permanecessem alguns elementos do autoritarismo. Duas tendências políticas revelam-se cruciais para definir o rumo político. De um lado o P.S.O.E e o P.C.E; a esquerda espanhola defendia com firmeza uma moldura constitucional que assentasse no parlamentarismo, contudo Suárez, suportado pela ala conservadora da Alianza Popular, defendia uma aproximação mais presidencialista. Das duas visões, o presidencialismo

¹²³ POGUNTKE, Thomas, e WEBB, Paul (2007). *The Presidentialization of Politics: A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford, p.181.

assume cada vez uma maior importância na questão espanhola, como a constituição de 1978 confirma, ao submeter o parlamento ao domínio do executivo, e o primeiro-ministro a tutelar o governo.

O primeiro-ministro é por sua vez investido pelo parlamento, escolhendo depois os membros do gabinete. Pode ainda ser deposto se a assembleia lhe retirar a confiança política através de moção de censura. As suas funções têm sido ampliadas, apoiando-se na reformulação eleitoral que coloca no governo a iniciativa legislativa; pode dissolver o parlamento e dispensar ministros, poderes que têm contribuído para uma maior autonomia.

A lei eleitoral, também revista, assenta sobre o princípio da representação proporcional, tendo sido desenhada para favorecer os grandes partidos e permitir a maioria de um só. A tendência para a fragmentação partidária é reduzida, os partidos minoritários enfrentam dificuldades em enfrentar grandes forças nacionais.

Procura-se edificar um governo de partido único que detenha maioria parlamentar. Contudo, é notório que as pertenças presidenciais chocam com o ideal parlamentarista, à medida que o primeiro-ministro procura uma extensão do seu poder.

Ao nível do sistema partidário, apesar da sua descentralização¹²⁴ os partidos vão convergir para uma liderança nacional tendo um centro único. São organizações hierárquicas com uma vincada tendência oligárquica dominada por uma pequena elite. A questão partidária torna-se essencial para demonstrar como a centralização e a personalização são visíveis também nesta estrutura, contudo revela-se um entrave ao presidencialismo pois cabe aos líderes ganhar a confiança do partido, o que nem sempre acontece.

Bizen e Hopkin¹²⁵ estabelecem desta forma duas variáveis distintas, de forma a justificar o argumento atrás evidenciado. De um lado é analisado o Partido Popular e de outro o P.S.O.E:

- O Partido Popular apresenta uma maior concentração de poderes e um elevado nível de centralização. O líder e a liderança são factores determinantes, pessoais são também os vínculos que circulam nas redes do partido. Os autores verificam uma tendência para o

¹²⁴ “*formal decentralization, in practice Spanish parties are highly centralized organizations*” POGUNTKE, Thomas, e WEBB, Paul (2007). *The Presidentialization of Politics: A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford , p. 111

¹²⁵ Idem.

aumento da autoridade do presidente, que consagra o controlo do partido supervisionando o seu funcionamento e organização.

- Quanto ao P.S.O.E a organização oligárquica coloca entraves a um presidencialismo. Com Felipe González o partido adquiriu uma figura carismática que exerceu o poder de forma pessoal, contudo, as agitações internas e a própria estrutura partidária constituem um entrave ao modelo abordado, não se revelando um pilar seguro para suportar um regime presidencial.

A disciplina partidária assume extrema relevância ao nível da estrutura e no âmbito dos grupos parlamentares. Os executivos espanhóis foram progressivamente criando mecanismos de controlo do grupo parlamentar; cláusulas como o “critério de dependência” e o *partified control* são introduzidas pelo PP na procura da disciplina partidária. Na grande maioria dos casos as decisões são tomadas nas sedes partidárias, restringindo a função parlamentar. Em suma, o partido no governo tem clara predominância sobre o grupo parlamentar revelando os primeiros traços de presidencialização política.

Uma das tendências que permite afirmar a presidencialização do sistema consiste no aumento da importância do Palacio De La Moncloa, a sede oficial do primeiro-ministro, que tem vindo a acumular mais poderes, como já evidenciado, aumentando também quantitativamente o número de recursos e de staff, permitindo autonomizar cada vez mais a tarefa governativa.

As raízes da autonomia apresentada remontam, como os autores referem, a González e Aznar dado que ambos procuraram aprofundar a sua autonomia enfrentando dificuldades e constrangimentos, mas colocando o seu cunho pessoal no gabinete. Múltiplas questões podem ainda justificar o argumento em estudo, Biezen e Hopkin¹²⁶ analisam três administrações desde 1977 a 2003, uma retrospectiva, um olhar transversal sobre a evolução do sistema político:

- Em 1977 Suárez assume a presidência espanhola. Rodeado de uma boa base de apoio popular, negocia os termos da Constituição de 1978, tornando o gabinete do primeiro-ministro mais presidencial. Contudo, a sua presidência revelou-se contingente quando o apoio parlamentar se tornou reduzido e as reformulações de gabinete se tornaram

¹²⁶ Thomas, e WEBB, Paul (2007). *The Presidentialization of Politics: A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford

constantes; a sua autoridade é contestada. Conclui-se que a coesão partidária é fundamental para cimentar o presidencialismo.

- Segue-se o advento do socialismo entre 1982-1996 com a carismática liderança de Felipe González¹²⁷ que dispunha inicialmente de uma confortável maioria parlamentar, estando ‘imune’ à assembleia pelas condições atrás referidas. São aprovadas medidas mais controversas e há uma preocupação em não cometer o erro anterior, garantindo a confiança partidária. Parte das dificuldades da sua legislatura foram compensadas pelo carisma e pela sua posição enquanto líder partidário e primeiro-ministro.
- Por último, a reflexão sobre a presidência Aznar; governo de maioria absoluta (confirmando as tendências acima apresentadas, aquando da abordagem da Constituição de 1978), assume posição dominante colocando o seu partido no governo, ultrapassando dificuldades iniciais e obtendo o reconhecimento dos seus adversários. A sua autoridade assentava na maioria parlamentar e no domínio institucional do partido, confirmando os dois critérios abordados.

A questão partidária, parlamentar e governativa tem na sua origem o processo eleitoral. As eleições podem encaminhar, mediatizar e personalizar a escolha sobre dois líderes partidários, desviando o foco mediático de uma lista parlamentar, de um manifesto político ou programa de governo; no plano eleitoral o caso espanhol apresenta indícios de personalização:

- Os partidos trabalham a imagem do líder, apoiados no ideal de que uma figura cativa mais eleitores que o próprio partido. A influência do modelo norte-americano de campanha política é clara. Os meios de comunicação social contribuem ainda para adornar esta mesma imagem, centrando-se nos líderes partidários, representantes essenciais das forças políticas. A campanha política limitada aos recursos humanos e materiais segue o ideal descrito, procurando a mobilização e o apoio social.

Em suma, Biezen e Hopkin¹²⁸ afirmam que “*there are clear tendencies towards presidentialization in the Spanish political system, but also countervailing factors which to some*

¹²⁷ TUSSEL, Javier, (2005). *Dictadura franquista y democracia, 1939-2004 – História de España*, XIV, Crítica, Barcelona, pp.329-407.

¹²⁸ Thomas, e WEBB, Paul (2007). *The Presidentialization of Politics: A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford, p.123.

extent redress the balance.”¹²⁹ . Esta noção de contrabalanço remonta-se a dois factores contingentes, um relacionado com a autonomia do líder e outro com o hibridismo do sistema político:

- a. Em primeiro lugar a competição partidária nem sempre propicia a autonomia do líder, a própria essência e comportamento partidários podem por vezes restringir o presidencialismo.
- b. Em segundo lugar o sistema político espanhol flutua num hibridismo onde parlamento e presidente disputam os corredores do poder; a assembleia, aliada a uma conjuntura institucional moldável, torna o rumo político imprevisível e instável.

Apesar da contingência dos factores apresentados existem tendências claras para que o grau de presidencialização política em Espanha seja maior que nos casos anteriores:

- Modificações institucionais que incrementaram a posição de líderes partidários e de chefes de executivo. Presidencialismo “embrionário” e que se manifesta na era pós franquista *“Spain is very personalized, but has been since the beginning of the transition”*.¹³⁰
- Força eleitoral baseada no apelo pessoal do líder partidário, no carisma e liderança que, aliados a um controlo incisivo das forças partidárias, se assume como chave para a permanência no topo do executivo.

O recurso da democracia em Espanha evidencia um grau mais acentuado dos factores de centralização, no entanto, a volatilidade do modelo requer uma abordagem de um caso mais centralizado e que reúna uma proximidade cultural e geográfica. O caso Italiano apresenta-se como um modelo para a teoria de presidencialização política.

Ao trocar o Palacio de La Moncloa pelo Palazzo Chigi, serão observadas mudanças significativas. Apesar da experiência política Italiana ter vivido episódios autoritários, a transição e a mudança política ocorreu num grau diferente do caso espanhol. Este processo de transição dura cerca de duas décadas com o poder executivo a ganhar autonomia, os governos arduamente a

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Idem.

alcançarem maior estabilidade e unidade¹³¹, e o processo eleitoral, a par das campanhas políticas, a tornar-se excessivamente personalizado¹³².

A presidencialização da política italiana pode dever-se a inúmeras causas, uma das quais se relaciona com a crescente complexidade política no plano doméstico e internacional, obrigando a uma reformulação do papel do Estado. O progressivo desgaste do sistema tradicional político e a sua mediatização propiciam a reformulação.

Este processo culmina numa profunda crise do sistema partidário no pós II Guerra Mundial, mas também a queda do Muro de Berlim teve fortes impactos nas ideologias italianas, como nos transmite Gianfranco Pasquino¹³³ “*La prima (...) ma non decisiva condizione della crisi della Prima repubblica è stata costituita dal crollo del Muro di Berlino (...) le conseguenze sui protagonisti politici italiano si rivelarono di straordinaria profondità e portata*”¹³⁴. O autor afirma que o impacto das alterações a Leste influenciou a mudança em Itália, contudo, outros factores como o declínio de alguns partidos maioritários, a renovação ideológica e a corrupção ao nível das elites políticas compuseram o cenário de crise democrática.

Mauro Calise¹³⁵ avança com a chave para o presidencialismo em Itália. Segundo o autor “*a severe crisis of established parties had created a political vacuum that enormously enhanced the opportunities for – and drives towards – the presidentialization of Italian Politics*”¹³⁶, o vacuum político ou seja a ausência de partidos e a descridibilização pública das elites, permitiu o surgimento destes fenómenos de centralização. A relação entre a política e os meios de comunicação social vai assumir especial importância uma vez que no caso italiano a mudança teve como veículo preferencial o papel dos meios de informação estatais e privados, preenchendo as

¹³¹ Nos últimos 30 anos a Itália mudou de governo 20 vezes e dos 14 primeiros-ministros que exerceram funções apenas 3 tiveram o privilégio de cumprir o seu mandato até ao fim, um deles foi Berlusconi (2001-2006) e os restantes Bettino Craxi e Lamberto Dini são hoje tema de estudo por eminentes academias de Ciência Política. Governar em Itália revela-se um desafio e cumprir um mandato assume-se como uma excepção.

¹³² CALISE, Mauro, (2000), *Il Partito Personale*, Editori Laterza, Bari.

¹³³ GAGLIARDI, Isabella, e PASQUINO Gianfranco, (2002). *Il Sistema Politico Italiano: Autorità, Istituzioni, Società*, Bononia University Press, Bologna

¹³⁴ GAGLIARDI, Isabella, e PASQUINO Gianfranco, (2002). *Il Sistema Politico Italiano: Autorità, Istituzioni, Società*, Bononia University Press, Bologna, p. 49.

¹³⁵ CALISE, Mauro, (2000), *Il Partito Personale*, Editori Laterza, Bari.

¹³⁶ Thomas, e WEBB, Paul (2007). *The Presidentialization of Politics: A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford, p.89.

lacunas sentidas no âmbito do debate político. Gianfranco Pasquino¹³⁷, a par de Calise¹³⁸, avança com outra causa para uma reformulação mais tangível e formal. O referendo e a nova lei eleitoral são marcos incontornáveis, que se assumem como fenómenos de centralização.

O declínio sentido a nível partidário forçou de facto a revisão da lei eleitoral. Através de um referendo, um novo corpo normativo no qual a maioria parlamentar perde a sua relevância em função de um governo e de um chefe de estado eleitos directamente, é aprovado. Como afirma Pasquino “*allora è decisivo guardare no soltanto ai cambiamenti nelle autorità, come quelli causati dalle trasformazioni dei partiti e dalle sostituzioni dei dirigenti, dei governi e dei governanti, ma soprattutto alle regole e alle procedure che, in misture mistura importante, hanno incanalato questi cambiamenti*”¹³⁹.

Desta forma, “*Through the Trojan horse of majoritarian democracy, gained momentum and legitimacy*”¹⁴⁰ a legitimidade do modelo pode ainda relacionar-se, para além do estandarte da democracia maioritária, com o impulso mediático que abordou e consagrou o processo. De facto, os órgãos de comunicação pretendiam desmantelar o obsoleto sistema vigente purgando a classe ministerial, ao mesmo tempo que regenerava a competição partidária, caracterizada pela luta entre dois grandes partidos e a possibilidade de eleição directa.

Apesar das tentativas de reformulação a fórmula que emerge da crise partidocrática trouxe consigo um executivo italiano incondicionalmente forte, remontando às suas raízes pré-fascistas. Calise aponta três reformulações que permitem caracterizar este novo sistema:

- Os “*emergency bills*”, matéria constitucional que pode ser posta em prática sem a aprovação do parlamento, em situações de urgência e excepção. A medida procura uma resolução rápida no campo das leis ordinárias mas mostra-se pouco relevante.

- A “*delegated legislation*” é expandida concedendo mais poder ao governo, permitindo alterar alguns estatutos e coordenar melhor a agenda.

¹³⁷ GAGLIARDI, Isabella, e PASQUINO Gianfranco, (2002). *Il Sistema Politico Italiano: Autorità, Istituzioni, Società*, Bononia University Press, Bologna

¹³⁸ CALISE, Mauro, (2000), *Il Partito Personale*, Editori Laterza, Bari.

¹³⁹ GAGLIARDI, Isabella, e PASQUINO Gianfranco, (2002). *Il Sistema Politico Italiano: Autorità, Istituzioni, Società*, Bononia University Press, Bologna, p.53.

¹⁴⁰ Thomas, e WEBB, Paul (2007). *The Presidentialization of Politics: A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford University Press, Oxford, p.90.

- Em terceiro lugar, a agenda legislativa coloca-se cada vez mais sob a alçada estatal em detrimento do parlamento, factor que permite promover os objectivos do governo de forma mais eficiente e centralizada. Desta forma assiste-se a um desvio no campo da produção normativa que passa a ser elaborada predominantemente no seio do governo.

O aumento de funções estatais atribui importância ao Palazzo Chigi. Governos como o de D'Alema e de Berlusconi expandiram as competências políticas retirando da sombra o poder governamental, ofuscado pelo anterior domínio parlamentarista e partidário.

Se o Palácio adquire relevância, o primeiro-ministro adquire poder, domina o lugar cimeiro da política italiana, sendo este um indicador de presidencializaç. Na verdade os primeiros-ministros procuram estender e reorganizar o poder executivo, exercendo forte personalidade e autoridade.

O aumento de poderes centrados no gabinete do primeiro-ministro traz consigo um aumento do staff pessoal, que assume funções de secretariado e coordenação financeira. Um novo fenómeno vai então surgir, onde “ *Policy advisers and political communications experts have thus at last entered rooms once accessible only to career politics*”¹⁴¹, a necessidade de autonomizar, traz consigo um aumento e complexificação de funções abrindo o mesmo gabinete não só a um maior número de pessoas mas também a múltiplos profissionais de áreas distintas que ocupam cargos que anteriormente eram restritos ao canal partidário.

Contudo, o principal objectivo que não deve ser posto de lado, reconduz à autonomia, à possibilidade de aprovar e legislar com a mínima interferência parlamentar, criando um ministério heterogéneo, quantitativamente maior, onde cerca de 4500 funcionários coordenam os departamentos do gabinete do primeiro-ministro.

Em suma, “*Italy has witnessed the emergence of a presidentialized political executive, albeit still formally a parliamentary regime. From being scarcely even primus inter pares, with the status of little more than a mediator among the parties (and factions) that comprised his government, the prime minister has now evolved into by far the most political figure in the nation*”¹⁴². Calise retrata a realidade política italiana onde a crise partidocrática favoreceu um presidencialismo informal.

¹⁴¹ Ibid, p.94.

¹⁴² Ibid, p. 98.

Na questão partidária o partido pessoal surge tendencialmente, sendo necessário controlá-lo com um forte cunho pessoal. Para o comprovar, Calise recorre ao exemplo do partido italiano Forza Itália que, liderado por Berlusconi, resultou num caso de extremo controlo partidário.

Aliado a este, Berlusconi detinha ainda o controlo do capital em importantes grupos ligados aos meios de comunicação.

A última afirmação é verificada através da análise do impacto eleitoral, largamente acompanhada pelos mass média, que focaram a personalidade dos líderes, tornando notório o interesse partidário na campanha, com investimentos na casa dos 6 milhões de euros. Em termos de tempo de antena, Berlusconi e Ruteli dispuseram de 400 minutos cada para apresentar na televisão os seus pontos de campanha, número largamente superior ao dos restantes candidatos e que confirma uma bipolarização e uma abordagem presidencialista de cariz norte-americano.

No caso Italiano destacam-se as principais características e causas de presidencialização:

- Mediatização da competição eleitoral, através do exemplo de Berlusconi e o controlo da comunicação social.

- O tratado de Maastricht, como evidencia Pasquino¹⁴³, e a crescente complexificação da questão comunitária e do quadro internacional.

- Reformas institucionais analisadas, salientando a reforma eleitoral como resposta à quebra do sistema partidário.

- Combinação da lei eleitoral e reformas do executivo.

- Eleição quase directa do primeiro-ministro e dos governos regionais.

- Por último, o poder de dispensar alguns ministros, como fez Silvio Berlusconi ao descartar do governo os Ministros do Interior e dos Negócios Estrangeiros, acumulando à sua lista de poderes executivos ambas as pastas por alguns meses, situação sem precedente na história governativa italiana.

É no exemplo, nas práticas e na figura do primeiro-ministro Berlusconi que se denotam os factores mais extremos do argumento de presidencialização política. Como comprovou o semanário

¹⁴³ GAGLIARDI, Isabella, e PASQUINO Gianfranco, (2002). *Il Sistema Politico Italiano: Autorità, Istituzioni, Società*, Bononia University Press, Bologna pp. 68-71

italiano L'Espresso¹⁴⁴ o conjunto dos seus actos e a sua passagem pelo governo podem ser considerados factores de presidencialização. Contudo, quer Berlusconi quer Prodi passaram na sua carreira política pela experiência de serem depostos pelos votos parlamentares.

A extensão do gabinete do primeiro-ministro verifica-se nos países em análise bem como uma maior personalização das campanhas políticas. A precaução com que os autores abordam esta última temática permite afirmar que a personalização da campanha eleitoral visa mais os fins partidários do que propriamente o argumento presidencialista, salvaguardando-se contudo o caso específico italiano no qual a liderança partidária surge no exemplo “Berlusconi” excessivamente pessoal.

A analogia “presidencialista” dos casos abordados é real, os primeiros-ministros tentam expandir o seu campo de influência e ganhar autonomia e eficiência legislativa e executiva sobre as assembleias. Os partidos, em grande parte dos casos, excepto no modelo sueco, são utilizados como pivô governativo colocando para tal o líder no poder, coordenando assim a actividade parlamentar, tentando criar um espírito de obediência partidária, que na maioria dos casos choca com a autoridade do primeiro-ministro.

Desta forma, o caso espanhol e até mesmo o italiano, permitem verificar que a liderança partidária se assume como uma primeira meta para um presidencialismo estável. Se o primeiro-ministro não detiver o controlo do partido e muito menos do parlamento, as bases do presidencialismo tornam-se sólidas e a mais pequena crise pode derrubar a sua autoridade.

A figura monárquica, embora com poderes meramente representativos, permite diluir a imagem excessivamente presidencial que se torna visível no caso italiano.

O papel dos *mass media* revela-se proeminente. Como meio de contacto entre a comunidade política e a opinião pública os meios de comunicação vão ser alvos preferenciais do controlo político. É o caso dos “jornais de partido” que representam claramente uma ideologia ou um candidato. Um exemplo do controlo excessivo dos órgãos de comunicação social encontra-se em Berlusconi. Os minutos que são concedidos a cada um dos confrontos directos são variáveis, embora se autorize uma leal concorrência entre as partes; os favorecimentos políticos são inevitáveis na relação simbiótica entre mass media e política.

¹⁴⁴ DI NICOLA, Primo (2010) *Silvio, Quanto Ci Costi*, L'Espresso, Milano. Disponível em: <http://espresso.repubblica.it/dettaglio/silvio-quanto-ci-costi/2119170>. Última Consulta a 03/02/2010.

De todos os modelos analisados, o caso Italiano apresenta o exemplo mais vincado de presidencialização causado por um quadro histórico e cultural profundamente marcado pelas sucessivas situações de vazio de poder e instabilidade governativa.

Segundo a linha de raciocínio proposta os países da Europa do Sul são mais susceptíveis aos efeitos de presidencialização (*presidencialized*) face ao norte Europeu que se encontra bastante ligado a uma forte tradição paritária e consensual (*partified*).

Comum a todos os casos, surge a União Europeia e a política internacional como a causa mais presente, influenciando desde a figura do primeiro-ministro às elites ministeriais ou estruturas governativas, revelando o impacto e a relação entre europeização e presidencialização política. Sobre este novo plano externo (comunitário), sobretudo os primeiros-ministros mas também as elites ministeriais ganham visibilidade e aumentam as suas áreas de influência.

Quanto à extensão do gabinete do primeiro-ministro esta verifica-se nos países em análise bem como uma maior personalização das campanhas políticas. A precaução com que os autores abordam esta ultima temática permite afirmar que a personalização da campanha eleitoral visa mais os fins partidários que propriamente o argumento presidencialista. Salvaguardando-se contudo o caso específico italiano em que a liderança partidária surge no exemplo ‘Berlusconi’ um cunho excessivamente pessoal.

A pretensão ‘presidencialista’ dos casos abordados é real. Os primeiros-ministros tentam expandir o seu campo de influência e ganhar autonomia e eficiência legislativa e executiva sobre as assembleias. Os partidos, em grande parte dos casos, excepto no modelo Sueco, são utilizados como pivô governativo, colocam o líder no poder, coordenam a actividade parlamentar, tentando criar-se um espírito de obediência partidária que na maioria dos casos choca com a autoridade do primeiro-ministro.

Desta forma o caso espanhol e até mesmo o italiano permitem verificar que a liderança partidária se assume como uma primeira meta para um presidencialismo estável. Se o primeiro-ministro não controlar o seu partido ou a coligação que o levou ao poder, bem como o parlamento, terá uma base de governação mais instável, onde a mais pequena crise pode derrubar a sua autoridade e sobre a qual os argumentos de presidencialização política terão alguma dificuldade em manifestar-se.

Seguindo esta linha de raciocínio, nos modelos mais a norte onde as tradições autoritárias não se fizeram sentir foram criados mecanismos de controlo assentes em valores mais fortes do que

a própria jurisdição. Curioso é o facto de que mesmo num terreno inóspito para a imposição de um modelo pessoal, este mesmo modelo parece despontar a nível das campanhas eleitorais, em assuntos internacionais e comunitários e na bipolarização do processo eleitoral surgindo alusões no plano mediático ao modelo norte-americano (presidencialista) induzindo a imagem que Sergio Fabbrini criara de *‘Il principe democratico’*¹⁴⁵. Este indicador permite confirmar que no norte europeu os indícios de presidencialização política encontram-se mais limitados mas com uma relativa capacidade de adaptação às condições existentes, mostrando que o modelo pode ser bastante flexível, denotando-se que rumar ao sul da Europa é rumar ao norte da dimensão de presidencialização política, afastando-se de uma dimensão de *partified government* e vice-versa.

A tendência ascendente do grau de presidencialização pode ao longo do tempo reafirmar novos fenómenos, o poder mais concentrado nos “palácios” mediterrâneos do que nos “gabinetes” nórdicos apresenta níveis diferentes de aprofundamento governativo. Os vazios de poder, as transições e as rupturas latentes nos exemplos espanhol ou italiano, edificaram e fortaleceram as incursões de presidencialização que a disciplina e consenso nórdicos repeliram.

A mudança é visível. Se esta é um resultado de factores permanentes, ou se está a sofrer metamorfoses para um novo tipo de democracia, só um cenário mais coerente composto por grandes transformações nos sectores políticos e sociais poderá confirmar. No entanto é notório que os primeiros-ministros em particular e as elites políticas em geral se encontram em transformação tal como fora observado no caso das elites ministeriais da Europa do Sul *“Esta observação traz-nos à mente o argumento central da obra clássica Quem Governa? de Robert Dahl. Embora Dahl tenha formulado a sua questão há cerca de quarenta anos, e a propósito de uma cidade muito distante do Sul da Europa, o seu argumento ajusta-se aos casos aqui descritos (...) A Mudança da natureza das principais questões políticas sugeriu Dahl que os «novos homens da política» seriam os «burocratas e os políticos e os políticos que soubessem usa-los» (...) Mas o necessário equilíbrio entre a representação popular e a competência especializada da elite continua a ser um desafio extremamente difícil.”*¹⁴⁶

¹⁴⁵ FABBRINI, Sergio, (1999). *Il principe democratico: La leadership nelle democrazie contemporanee*, Editori Laterza, Roma.

¹⁴⁶ ALMEIDA, Pedro Tavares, BERMEJO, Nancy, PINTO, António Costa, (2006). *Quem Governa a Europa do Sul?* Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.

O próximo ponto irá retirar do contexto nacional o primeiro-ministro colocando-o num plano comunitário através das presenças e presidências do Conselho Europeu. Será inserida uma nova linha de debate ao nível do argumento de presidencialização política, questionando a existência de uma nova face. Uma face diplomática, problematizando a extensão das esferas para lá das fronteiras nacionais bem como o peso desta autonomia face aos `peritos´ que preparam grande parte dos trabalhos do Conselho Europeu.

2.3. Uma nova face?

“»Ach Gott, «, dachte er, « was für einen anstrengenden Beruf habe ich gewählt! Tag aus, Tag ein auf der Reise. Die Geschäftlichen Aufregungen sind viel größer, als im eigentlichen geschäftlichen Aufregungen sind größer, IM eigentlichen Geschäfte zu hause, und außerdem ist mir noch diese Plague Des Reisens auferlegt, die Sorgen um die Zuganschlüsse das Unregelmäßige, schlechte Essen, ein immer wechselnder, nie herzliche werdender menschlicher verkehr.”¹⁴⁷

O presente ponto tem como objectivo levantar uma nova questão e uma nova linha de debate. A teoria de presidencialização política e parte das leituras apresentadas no ponto anterior encerram a figura do primeiro-ministro no seu contexto nacional, no entanto, se analisarmos os movimentos da figura do primeiro-ministro ao nível da União Europeia verificamos uma mobilidade própria e diferente de outras regiões políticas. Se existe uma face partidária, uma face eleitoral e uma face executiva, de onde se retiram os traços de presidencialização e os elementos de centralização dos sistemas políticos, não poderá existir uma quarta face? Uma face diplomática? A necessidade em presidir e ocupar cargos ao nível das instituições comunitárias criou um movimento específico das capitais Europeias em direcção a Bruxelas. A título de exemplo, o aprofundamento do Conselho Europeu fez com que os chefes de governo, primeiros-ministros, presidentes da república e em alguns casos ministros dos negócios estrangeiros, fossem chamados a assumir por seis meses a sua presidência.

O exemplo estende-se ainda aos restantes cargos de presidências institucionais destacando-se a Comissão e o Parlamento Europeus, incutindo novos movimentos no interior das elites políticas

¹⁴⁷ Tradução: “Oh meu Deus, pensou, que trabalho tão cansativo escolhi! Viajar dia sim, dia não. É um trabalho muito mais árduo do que o trabalho do escritório propriamente dito, e ainda por cima há o desconforto de andar sempre a viajar, preocupado com as ligações dos comboios, com a cama e com as refeições irregulares, com conhecimentos casuais que são sempre novos e nunca se tornam amigos íntimos.” KAFKA, Franz (1960) In *Die Verwandlung*, W. W. Norton & Company, Inc. New York, p.2.

dos vinte e sete Estados-membros. Esta recente deslocação associada a um conjunto de factores específicos poderá justificar a existência de uma nova face sustentada na atribuição de diferentes funções executivas, específicas a cada cargo.

Outro factor está alicerçado no efeito que a presidência rotativa do Conselho tem a nível interno, enquanto factor que poderá contribuir para o aumento da visibilidade política do chefe de governo.

Para justificar o anterior argumento torna-se necessário observar a evolução das presidências rotativas do Conselho Europeu com o intuito de avaliar este olhar individual sobre a União Europeia. As rotações nem sempre trouxeram consigo presidências pro-europeias ou favoráveis à sua construção¹⁴⁸, sendo muitas vezes um exercício crítico ou uma forma de fortalecer a sua posição diante do seu eleitorado, perante a União ou ao nível da comunidade internacional.

Sobre este último aspecto um célebre manual de prática diplomática¹⁴⁹ alude a um exemplo de posição do Estado Irlandês durante a presidência da União Europeia para exemplificar a liberdade que cada Estado possui de celebrar os seus laços diplomáticos. Durante a presidência da União em 2004, a Irlanda estabeleceu relações com o governo de Myanmar (Burma) num período em que a antiga colónia Britânica no sudoeste asiático recebia duras críticas da comunidade internacional. A Irlanda, no entanto, alega que a natureza da tarefa proposta de presidir a União justificava um contributo mais directo e preciso para a exportação dos modelos europeus *“In view of Ireland’s responsibilities during the EU Presidency, this decision will ensure that, during the Presidency, we can contribute more directly to promoting the process of democratisation and national reconciliation there”*.¹⁵⁰

O argumento anterior denota o impacto que os seis meses de presidência têm no estabelecimento de novas políticas servindo, neste caso, para os Estados e figuras políticas com menor visibilidade internacional se colocarem num palco mais amplo. As presidências prosseguem desta forma objectivos próprios e uma agenda específica, diferenciando-se os países que se

¹⁴⁸ A presidência da União Europeia pela República Checa entre Janeiro e Julho de 2009 ficou marcada pelo eurocepticismo de Vaclav Kalus e por fortes debates contra o Tratado de Lisboa, numa presidência que em parte pode ser caracterizada pela escultura que a marcou, a obra *Entropa* de David Cerny, reflecte um olhar crítico sobre uma Europa unida de forma rígida, complexa e desigual fechada entre si sobre o que a cada Estado lhe é particular.

¹⁴⁹ BERRIDGE, G. R. (2010). *Diplomacy Theory and Practice*, Palgrave Mcmillan, New York.

¹⁵⁰ Ibid, p.101.

empenham em estender a sua visibilidade diplomática e os que procuram por sua vez sedimentar e relançar a construção europeia.

Destaca-se nesta abordagem o exemplo da presidência portuguesa da União Europeia entre Julho e Dezembro de 2008, onde quer o Primeiro-Ministro José Sócrates quer o Ministro dos Negócios Estrangeiros Luís Amado, demonstraram empenho em garantir a assinatura do Tratado de Lisboa, sendo neste caso a Europa e o ‘desabrochar’ de uma nova estrutura institucional o centro e o objectivo da presidência. Um outro exemplo de uma presidência “Europeia” em prol dos interesses da “união” esteve presente no empenho sueco em suprimir o registo céptico da presidência checa e em garantir que o Tratado de Lisboa não iria ser posto em causa. Seguindo a mesma linha de trabalho entre Julho e Dezembro de 2009 o Primeiro-Ministro Fredrik Reinfeldt empenhou grande parte da sua presidência em “recolocar a União Europeia no caminho correcto” o legado deixado pelos seus antecessores.

Apesar de encontrar em alguns episódios políticos fundamentos que justifiquem esta nova abordagem, é difícil compreender na totalidade a extensão da nova face proposta, ou seja, em compreender até onde e de que forma a figura do primeiro-ministro é favorecida pelo facto de poder vir a presidir a uma das três instituições, ou acrescentar à função de primeiro – ministro as tarefas, responsabilidades e visibilidade da presidência rotativa da União.

A presidência do Conselho Europeu fez parte das agendas políticas de chefes de Estado, de Governo e ministros dos negócios estrangeiros que o presidiram, tendo esta internacionalização de funções executivas tido impactos significativos. Werts sustenta a anterior ideia e avança com um argumento equilibrado, no qual defende que presidir o Conselho Europeu é uma honra distinta¹⁵¹, na qual o político se transforma no porta-voz oficial da mais vasta união política do mundo, uma honra que enaltece desde o primeiro-ministro luxemburguês ao chanceler alemão ou ao presidente francês.

A par da honra descrita podem ainda ser enumeradas um conjunto de funções executivas provenientes do protocolo do Conselho Europeu:

- Gerir a cimeira - trabalho diplomático delicado e vital onde através de uma cautelosa mediação se procura a resolução de problemas e a formulação de consenso.

¹⁵¹“*The distinctive Honour of being the president – “Being the president and the official spokesman of the largest political union in the world is not only a very distinctive honour for the Prime Minister of a Small country such as Luxembourg.”* WERTS, Jan, (2008). In: *The European Council*, John Harper Publishing, London.

- Ser um promotor de iniciativas políticas.
- Como anteriormente referido, ser um porta-voz para a União e para o Conselho Europeu.
- Figura de relevo na cena internacional.
- Providenciar as recepções presidenciais... que surgiram a partir da década de 90 e permitiram que ilustres líderes políticos fora do espectro da União Europeia fossem convidados a visitar esta plataforma de negociação internacional.

O Presidente gera consenso e cria uma agenda com o objectivo de alcançar estabilidade através de reuniões bilaterais e trilaterais e de remover eventuais entraves ao processo de negociação. Sobre a capacidade em criar estabilidade Werts alude a passagem de Blair¹⁵² como presidente do Conselho Europeu, relembrando a Cimeira de Hampton Court a 27 de Outubro de 2005 para retirar parte do sentimento negativo, da ausência de consenso e da disputa interna que o Tratado Constitucional tinha arrastado. Relembra ainda o papel que Bertie Ahern tivera na selecção de Durão Barroso para Presidente da Comissão, salientando o trabalho de “confessionário” onde individualmente e informalmente o consenso em torno do primeiro-ministro português fora alcançado.

As elites políticas (chefes de Estado e de governo) que presidem a União possuem um conjunto de competências cruciais para promover mudanças estratégicas e cirúrgicas no topo do processo de decisão europeu. Esta capacidade estratégica de gerir e organizar a agenda política, definindo as condições mínimas de negociação, de coordenar e presidir a cimeira, de promover alianças estratégicas e mover-se “informalmente” sobre o território Europeu para desbloquear entraves ou criar parcerias, são factores que redefiniram uma nova forma de observar a figura do primeiro-ministro em contexto europeu.

Este movimento das elites políticas e o carácter de funções executivas que lhe são atribuídas evidenciam que durante as presidências rotativas presidentes, ministro dos negócios estrangeiros, mas na esmagadora maioria dos casos primeiros-ministros, procuram no âmbito do Conselho Europeu defender os seus interesses nacionais e promover a construção Europeia ou a emergência de um interesse Europeu. Desta forma, uma faceta diplomática pode, ao nível da U.E, ilustrar que a teoria de Poguntke e Webb que apenas aborda a União Europeia como um possível motivo para ampliação de poderes internos, constitui algo autónomo e mais amplo, sendo ainda um elemento

¹⁵² Ibid.p.168.

crucial para observarmos a mobilidade das elites políticas Europeias das suas capitais ao novo centro político (Bruxelas). O movimento descrito pode ser observado através do cruzamento de dados com as restantes instituições, Parlamento e Comissão.

Um primeiro olhar sobre as tabelas¹⁵³ indica que apesar de haver uma tendência maioritária ao nível da Presidência do Conselho, nas restantes presidências, quer do Parlamento quer da Comissão, existem registos da passagem de figuras que exerceram as funções de primeiro-ministro.

No plano do Parlamento Europeu verifica-se uma forte tendência aquando da sua formação após, 1954, com Alcide de Gasperi, Paul Henry Spaak e Robert Schuman, mas nas décadas seguintes a regularidade diminui existindo, à excepção da década de 90, um caso por década no qual a Presidência do Parlamento esteve a cargo de um político que exerceu ou exercia funções de primeiro-ministro. Desta forma, ente 1964-1965, Jean Duvieusart presidiu sendo precedido por Mario Scelba (1969-1970); ainda na década de '70' a Itália e o Partido Popular Europeu retomariam a presidência do Parlamento Europeu com Emilio Colombo entre 1977 e 1979. O cargo alargado a três anos contaria apenas 'nos anos 80' com o Belga Pierre Pflimlin, entre 1984 e 1987, estendendo-se um período de 22 anos em que o cargo não voltaria a ser presidido por um político que tivesse exercido funções como primeiro-ministro, até à entrada do actual presidente Jerzy Buzek.

Na perspectiva da Comissão Europeia verifica-se uma tendência diferente. O que ao nível do Parlamento Europeu começou por ser uma tendência inicial forte que enfraqueceu ao longo dos anos (a presidência por um primeiro-ministro), encontra na Comissão uma dinâmica oposta, observando-se um aumento desta probabilidade ao longo das décadas e denotando-se uma maior regularidade na probabilidade desta instituição poder ser liderada pela figura em estudo. Tal conclusão retira-se da análise da Presidência da Comissão Europeia, onde só a partir da década de oitenta¹⁵⁴ o luxemburguês Gaston Thorn inverte uma tendência ministerial na liderança de uma das instituições mais complexas da União.

As funções de ministro das finanças e de ministro dos negócios estrangeiros patente antes e depois da Comissão Thorn, realça a ideia anterior, que salienta o argumento da presidencialização política na qual o primeiro-ministro e a sua esfera de autonomia encontram entraves dos chamados *core ministers*, que encontram na Comissão Europeia um lugar de consagração política como a

¹⁵³ Consultar Caderno de Anexos (pp.165-166) Tabelas 4 e 5

¹⁵⁴ A presidência Thorn marca a passagem entre um conjunto de presidências até a função anterior a presidência da Comissão indicava o desempenho de funções como ministros das finanças negócios estrangeiros agricultura e obras públicas.

tendência dominante de uma instituição também apelidada como o 28º Estado-membro. Á excepção de Manuel Marín (Ministro dos Assuntos Europeus Espanhol) que assegurou a difícil passagem de testemunho da Comissão de Jacques Santer para a Comissão de Romano Prodi¹⁵⁵ em 1999, assume-se como tendência actual e presente a predominância de Comissões presididas por antigos primeiros-ministros, o caso de Santer, Prodi e actualmente Durão Barroso.

Ao nível do Conselho Europeu a presença de primeiros-ministros é dominante existindo pontualmente casos em que o ministro dos negócios estrangeiros assumiu a liderança da cimeira. O carácter de rotatividade do sistema de presidências permitiu que o exercício de funções internas fosse atribuído a alguns primeiros-ministros, uma posição de relevo na política da U.E. A par desta posição advém a responsabilidade em liderar, agendar, coordenar, mas sobretudo presidir os destinos políticos da política comunitária.

A presidência e composição das instituições criaram no seu seio novas funções mas também trouxeram consigo novos movimentos no âmbito das elites políticas europeias, que passam a deslocar-se a curto, médio e longo prazo em direcção a Bruxelas. A curto prazo (dias) pode indicar um acesso às plataformas de negociação e debate (exemplo das cimeiras do Conselho Europeu) e a médio/longo prazo (mandatos) à ascensão ao motor político quer pela aspiração a um cargo de presidência das instituições apresentadas, quer pela composição dos múltiplos cargos ligados à rede de instituições comunitárias.

A composição do motor político e o descrito movimento a médio e longo prazo no interior das elites políticas da U.E, traz consigo um impacto significativo na estabilidade dos contextos políticos nacionais, na medida em que, ao trocar o plano político nacional pelo plano comunitário, o político deixa vazio o seu lugar, quer seja no partido, no parlamento ou até mesmo no governo. Um exemplo próximo foi o de José Manuel Durão Barroso que a 29 de Junho de 2004 anuncia a demissão do cargo de Primeiro-Ministro com o intuito de suceder a Romano Prodi na presidência da Comissão Europeia. A passagem de Lisboa para Bruxelas teve impacto na capital Portuguesa. Um caso de vácuo político sentido no partido de governo (Partido Social Democrata), no governo e no panorama político nacional, antecipou um cenário de crise partidária e governativa que forçou a realização de eleições antecipadas em Fevereiro de 2005, nas quais o partido da oposição (Partido

¹⁵⁵ DIMITRAKOPOULOS, Dionyssi, (2004). *The changing European Commission*, Manchester University Press, Manchester.

Socialista) alcança a maioria absoluta. Ainda ao nível da Comissão, os movimentos de Romano Prodi indicam que o rumo às instituições europeias não tem como objectivo um afastamento permanente dos contextos nacionais, tendo o antigo primeiro-ministro Italiano, após exercer funções como Presidente da Comissão Europeia regressado ao contexto político Italiano para fundar, juntamente com Massimo D'Alema, Giuliano Amato e Francesco Rutelli a coligação de centro esquerda L'Ulivo em 2007.

O profundo grau de complexidade dos fenómenos políticos torna difícil depreender qual o impacto dos movimentos descritos nos contextos nacionais, no entanto, a natureza desta mobilidade indica que o estudo da figura do primeiro-ministro em contexto da União Europeia não se deve encerrar aos âmbitos nacionais. A existência de novos quadros institucionais comunitários e internacionais fez com que surgissem novos cargos com novas competências mas sobretudo outros palcos políticos com uma maior amplitude. Desta forma, tal como um representante diplomático, as elites políticas da União Europeia e especialmente os seus primeiros-ministros observam novas formas de internacionalizar a sua carreira pela necessidade de compor as elites presentes no motor político e nas plataformas de negociação e debate.

Torna-se importante questionar a esfera de autonomia que o plano teórico elucidara quanto à capacidade do líder político e do seu gabinete em conduzirem de forma pessoal os assuntos comunitários nomeadamente a presidência rotativa.

No Reino Unido a sátira política fez sempre parte do quotidiano, no entanto, quando observada a evolução deste tipo de crítica promovida pela British Broadcasting Corporation à trinta anos atrás desvenda-se um pormenor curioso. Em 1987 era exibido na BBC um episódio da série Yes Prime Minister intitulado *The Diplomatic Incident*¹⁵⁶, de onde sobressai a incapacidade do primeiro-ministro em compreender o funcionamento dos canais diplomáticos controlados pelas elites burocráticas. Vinte anos mais tarde a BBC Four apostava em *The Thick of It* e o primeiro-ministro já não era retratado como uma figura impotente na condução da sua agenda externa, mas como uma figura 'difícil de contactar' rodeada por um gabinete pessoal e restricto, encarregado de incutir a *party line* nas elites ministeriais e em monitorar rigorosamente o impacto de determinadas declarações na percepção mediática da figura do PM. Esta crítica mordaz fica marcada pela

¹⁵⁶ JAY, Antony, LYNN, Jonathan (1989). *Yes Prime Minister – The Diaries of the Right Hon. James Hacker*, BBC Books, London.

deslocação no foco e na lente onde o Chefe de Governo não ocupa mais o primeiro plano e entrega o palco ao corrúpio dos corredores ministeriais como uma catilinária ao excessivo peso das estruturas burocráticas, à mesquinhez das disputas internas e à inoperância dos executivos políticos. Cada comédia é senhora do seu tempo e é sobre esta crítica que alguns dos efeitos de presidencialização se podem erguer das suas linhas teóricas e ser observados sobre um plano inesperado. Questiona-se quem sela o compromisso europeu? (Consultar Caderno de Anexos (p.156) Figura 5).

Sobre a interrogação lançada no início do presente ponto destacam-se na procura à sua resposta os Gabinetes dos Primeiros-ministros as elites ministeriais e as elites comunitárias como os actores que circulam em torno de dois centros gravitacionais opostos a centralização e a autonomia. É precisamente sobre estes dois pólos e sobre os movimentos em seu redor que surge a pertinência da analogia à obra de Kafka (1960) e à citação anteriormente apresentada. Apesar de ser potencializada a figura do primeiro-ministro com a distinta honra de presidir a um novo palco que o coloca como a face política da União Europeia, deve questionar-se de que forma esta tarefa é exercida de forma independente. Face ao peso das redes diplomáticas e institucionais (nacionais e comunitárias) bem como das estruturas de *lobbying* que circundam os corredores de poder em Bruxelas.

É ainda de notar que presidir a U.E acarreta responsabilidades específicas e envolve o estabelecimento de uma agenda própria para além de dispor de um palco mais amplo e de um foco mediático mais intenso¹⁵⁷.

O trabalho e evolução do Conselho Europeu será observado no capítulo seguinte, no entanto, a procura de consenso ou de vitória de qualquer presidência não detém mérito exclusivo do chefe de governo e do seu gabinete. Coordenar uma presidência é mais do que um mero exercício individual do primeiro-ministro e do seu gabinete e é neste contexto que tem que ser considerado o papel das representações permanentes junto à União Europeia. A importância do COREPER torna-se fundamental na preparação dos trabalhos do Conselho Europeu e dos Conselhos de Ministros. A literatura em torno do tema não é extensa, no entanto Bache e Jordan¹⁵⁸ resumem as principais linhas de debate que o tema tem levantado ao nível da academia.

¹⁵⁷ Consultar Caderno de Anexos (p.155) Figura 4.

¹⁵⁸ BACHE, Jordan, GEORGE, Stephan (2006). *Politics in the European Union*, Oxford University Press, New York, ,p284.

Sobre a sigla COREPER exercem funções os representantes permanentes junto à união europeia, composto pelos embaixadores dos Estados-membros da União Europeia que coordenam o trabalho da representação permanente. O COREPER opera em duas dimensões separadas COREPER I preenchido por representantes permanentes e cujos dossiers possuem um carácter técnico e COREPER II que reúne a nível embaixatorial e com uma agenda de trabalho que incide sobre questões económicas e comerciais, políticas e institucionais. As duas dimensões apresentadas trabalham em sintonia, assumindo-se como peças essenciais quer para o estabelecimento da plataforma de negociação e debate pela preparação formal da agenda e das diferentes reuniões a nível do Conselho e comités de especialistas, quer na manutenção e operacionalidade do motor político europeu, na capacidade em negociar e decidir a esmagadora maioria das matérias comunitárias e posições internacionais que serão apresentadas a nível de Conselho os célebres os pontos “A (greed)”¹⁵⁹ (aprovados nas cimeiras do Conselho sem discussão do tópico em questão), por oposição aos pontos B abertos a negociação. Salvaguarda-se ainda o direito dos Estados-membros em mover um assunto de lista A para lista B, movimento que denota a incapacidade em concretizar o acordo a nível de COREPER.

Comum à grande maioria dos estudos sobre as representações permanentes é o argumento de que os seus membros aparentam exercer uma dupla função, ou manifestar duas faces distintas, (faces de Janus) por um lado no cumprimento das indicações provenientes das respectivas capitais e por outro na manutenção dos laços de solidariedade¹⁶⁰ com os seus colegas de trabalho das restantes representações permanentes.

Sobre as duas faces de Janus levantaram-se curiosos debates que vão desde a teoria dos jogos e escolha racional ao intergovernamentalismo e construtivismo social. Na base do trabalho das representações permanentes existe a necessidade de obter resultados favoráveis nas mesas de negociação, ou seja alcançar um compromisso. Sempre que tal objectivo não é concluído levantam-se os debates entre a fidelidade nacional face aos interesses europeus ou pessoais relembrando a

¹⁵⁹ Ibid, “Hayes-Renshaw and Wallace (1997:78) estimated that approximately 85 per cent of all decisions are effectively made at the level of COREPER, or at the level of the technical committees that operate below COREPER. The issues are either decided before they go to the Council, wich just rubber-stamps them (The “A-Points” on the agenda), or they decided in outline by the Council of Ministers but then referred back to the committees for the details to be negotiated”. P283

¹⁶⁰ “These ties are developed as a resultado f intensive social interaction in Brussels. Committee members eat,drink, and breathe EU issues seven days a week. Every six months they and their spouses go on trips to tourist locations in different member states, wich helps to cement the bounds between them Barber (1995: I). Lewis (1998: 487) argued that this constant intarection between the same individuals built up a considerable legacy of what he called “social capital”, meaning that the individuals concerned trust one another, and understand and have sympathy for each other’s points of view”.

Teoria dos Jogos¹⁶¹ onde as variáveis são na maioria das vezes o país, a Europa e a carreira, num balanço profundo e complexo desta teia de relações e interesses.

Entre os debates de tom supranacional e intergovernamental surge a doutrina do construtivismo social. O construtivismo social aborda as circunstâncias particulares nas quais decorrem os processos de socialização entre os representantes permanentes com o intuito de compreender de que forma se constroem os interesses nos corredores de Bruxelas. Para justificar a afirmação anterior Lewis¹⁶² define quatro comportamentos padrão no âmbito do COREPER I e II:

-*Diffuse reciprocity* – Reflete o comportamento de reciprocidade e significa que existe um espírito de entreatajuda mesmo quando a posição não é favorável ou relevante para os interesses de determinado Estado-membro “*A wil support B on issue C in return of the support of B on issue D*”¹⁶³.

-*Thick trust* – Aborda o clima de transparência e abertura que envolve as reuniões do COREPER; o formato in camera e restrito das suas sessões faz com que os diferentes interesses possam ser debatidos num clima de maior abertura entre os membros.

- *Mutual Responsibility* – A regularidade e proximidade dos temas de trabalho faz com que os representantes diplomáticos criem um clima de compressão mútua não sendo levantados entraves e criando-se um espírito de cooperação comum.

- *The consensus-reflex* – talvez a melhor prova de todos os argumentos trazidos para o debate não se encontre na taxa de aprovação de 90% anteriormente apresentada mas sim no escasso recurso à maioria qualificada. A cultura do consenso prima sobre as reuniões do COREPER, justificando grande parte das abordagens propostas pelo construtivismo social.

Ao nível dos grupos técnicos verificam-se os mesmos efeitos do processo de socialização. Os comités de especialistas optam por trabalhar em equipa na resolução de questões nacionais afastando-se de uma posição de representantes individuais de cada Estado-membro. Na base desta

¹⁶¹ MENON, Anand (2004). *Britain and European Integration: Views From Within*, Blackwell Publishing, Oxford, P.24.

¹⁶² LEWIS, Jeffrey Michael (1998). *The Committee of Permanent Representatives and Decision-Making in the European Union*, Volume 2, University of Wisconsin, Madison, p.442.

¹⁶³ Idem.

argumentação opera uma lógica de problem-solving sobre a qual os acordos são alcançados com base nos argumentos mais estáveis ou convincentes, afastando-se de uma dimensão competitiva onde prima a capacidade de negociação ou os factores de peso político.

Van Shedelen e Roger Scully¹⁶⁴ apontam para uma “mão invisível” na gestão dos assuntos comunitários por parte de membros auxiliares ou representantes nacionais, apresentando factores que justificam esta pretensão burocrática:

- A natureza técnica dos dossiers

- A complexidade e preenchimento das agendas nacionais que retira às elites ministeriais o tempo necessário para compreender a natureza dos argumentos na mesa de negociações ou até mesmo para acompanhar ou monitorar os passos dos agentes comunitários.

- Os dois argumentos anteriores contribuem decisivamente para que as instruções que provém das chancelarias ou governos nacionais cheguem em atraso, com lacunas ou desprovidas de matérias relevantes ou decisivas.

- O poder arbitrário ou discricionário que os agentes envolvidos nos processos de negociação possuem provém da indispensabilidade de margem de manobra para chegar a um acordo ou compromisso.

Um olhar atento para os argumentos anteriores depreende uma lógica interligada, que tem início na natureza técnica do debate comunitário, que aliando a incapacidade de interpretação documental ao congestionamento das agendas nacionais estabelece um mecanismo de delegação parcial da decisão comunitária em agentes nacionais e diplomáticos, munidos de uma grande margem de manobra quer em Bruxelas quer na alteração de determinada posição das suas capitais.

Argumentos que justificam também a existência e o funcionamento de uma elite própria e restrita ao formato de nomeação, que age com grande autonomia e flexibilidade na gestão das plataformas de debate e negociação e onde o carácter das suas normas é vinculativo.

A analogia a Kafka salienta o facto de em muitos casos os chefes de governo se deslocarem para o plano externo para negociar acordos por vezes mais complexos e difíceis de obter consenso do que no plano interno, este vaivém retira o chefe de governo do seu plano interno, deslocando-o

¹⁶⁴ VAN SCHEDELEN, Rinus, SCULLY, Roger, (2003) *The Unseen Hand – Unelected EU Legislators*, Frank Cass & Co. London.

para um centro onde na maioria dos casos desconhece os poderes dominantes e a informalidade que envolve os corredores do Conselho Europeu. Nestas circunstâncias, e fora do ‘círculo social’ de Bruxelas e dos seus burocratas, diplomatas, representantes permanentes, especialistas e peritos, os chefes de governo presidem a cimeiras dominadas por “pontos A”. Porém o argumento de Werts parece sustentar-se e primar sobre as especulações de um poder absoluto de uma elite fechada de Bruxelas. Reconhecendo a importância dos comités na definição de agenda, organização das cimeiras e conclusões da presidência, os resultados de cada cimeira do Conselho Europeu são sempre “gloriously uncertain”. Algumas cimeiras ficaram marcadas pela dificuldade em encontrar consenso mesmo após o trabalho pré-harmonizador de interesses, feito pelas REPER e ministérios. A volatilidade de posições, os encontros de confessionário e a diplomacia de bastidores revelam o importante papel da informalidade e a possibilidade de, a qualquer momento, determinado líder assumir uma posição de relevo ao bloquear ou agilizar o consenso europeu.

Em 2009, com a criação do cargo de Presidente do Conselho Europeu e a sobrevivência do modelo em “trio” quanto ao sistema de presidências rotativas do Conselho bem como as anteriores instituições apresentadas denotam uma União Europeia com quatro faces que asseguram “presidências”, possuindo um passado comum - embora provenientes de sistemas políticos diferentes e contextos nacionais díspares - o facto de já terem chefiado governos, de terem sido primeiros-ministros.

A presidencialização política manifesta-se num processo de metamorfose, ou seja, sem alterar a sua estrutura formal e constitucional, os sistemas políticos operam em moldes semelhantes a um sistema presidencialista. Esta mesma metamorfose verifica-se na figura do primeiro-ministro que, sem alterar o seu papel formal, adquire funções extraordinárias que anteriormente não detinha e que permitem aumentar a sua esfera de influência e projecção mediática.

Este factor fez com que as teorizações de Nuno Guedes¹⁶⁵ necessitassem de ser actualizadas pois num cenário comunitário e numa Europa não a quinze mas a vinte e sete, é no contexto União Europeia e ao atingir a liderança do Conselho Europeu que o primeiro-ministro atinge o seu potencial o pico mais alto da sua carreira sendo, como o autor previu, líder do partido e chefe de

¹⁶⁵ GUEDES, Nuno (2009). *Quem lidera os governos europeus? A carreira dos primeiros-ministros (1946-2006)*, *Análise Social*, N°199, Lisboa.

governo contudo acrescentando-se a face diplomática aqui descrita. O poder de ‘presidir a União Europeia’ e/ou liderar o seu país na representação e negociação de interesses a nível do Conselho Europeu.

Porém se existiu ou existe uma face diplomática poderá a mesma estar comprometida?

Com os argumentos já consolidados quer de europeização quer de presidencialização política, o próximo passo irá testar estas duas concepções, estabelecendo num plano comum os primeiros-ministros europeus no caso do Conselho Europeu que será um ponto comum entre a figura e área política em Estudo. Após compreender a institucionalização do Conselho Europeu poderão ser verificados as recentes alterações que decorrem do Tratado de Lisboa e que colocam à prova o sistema político europeu, bem como os sistemas políticos nacionais a elites políticas comunitárias e as elites políticas dos Estados-membros, retocando quer as dinâmicas quer as metamorfoses em estudo, com o objectivo de compreender se a presidencialização do sistema político europeu é um cenário real ou possível.

III. O Caso do Conselho Europeu

A terceira, e última parte do trabalho de investigação coloca no centro do debate as cimeiras do Conselho Europeu. Principal plataforma de comunicação, debate e decisão entre os chefes de Estado e de Governo, no contexto da União Europeia.

O capítulo transporta-nos para uma zona de contacto e ao mesmo tempo de conclusão do estudo. De contacto devido à convergência da informação recolhida no primeiro e segundo capítulos, ou seja, as dinâmicas de presidencialização e as faces da presidencialização política vão ser postas em teste quanto a um exemplo prático.

O ponto 3.1 abordará o percurso de construção do Conselho Europeu desde as primeiras Cimeiras Diplomáticas na década de 60, passando pela oficialização com o Comunicado de Paris em 1974, e a formalização e entrada no corpo dos Tratados com a assinatura do Acto Único Europeu em 1987. Nesta procura da génese institucional serão ainda observados os aspectos técnicos e formais que envolvem a condução de uma cimeira, funções e tarefas e o seu posicionamento perante os debates teóricos.

Os pontos 2.2 e 2.3 questionam o impacto da europeização e presidencialização nas cimeiras e primeiros-ministros e de que forma esta mudança altera também a faceta intergovernamental do Conselho Europeu, que se estabelece em Bruxelas (um só local) detém um

novo sistema de presidência (uma só figura) e apresenta uma nova estrutura institucional (um novo poder europeu).

No ponto 2.2 seguinte é problematizada a progressiva centralização das cimeiras que perdem o seu carácter indigente e se aproximam do centro político Europeu, observando desde a 22^a declaração anexada ao Tratado de Nice 2002, até à assinatura do Tratado de Lisboa em 2009.

Por último, o ponto 2.3 encerra a pergunta de partida e, ao questionar os limites e restrições da nova figura presidencial a nível do Conselho Europeu, responde também à permissa inicial sobre a existência de uma presidencialização do sistema político europeu.

3.1. De cimeira Diplomática a Instituição Europeia

Sobre a palavra Conselho assenta o centro da arquitectura institucional da União Europeia abrangendo um conjunto vasto de instituições, das cimeiras do Conselho Europeu e do Conselho de Ministros ao COREPER e grupos técnicos, passando pela presidência e secretariado. Para além de centro institucional torna-se também o coração do processo de decisão Europeia¹⁶⁶

Ao procurar a existência de uma face diplomática, o capítulo 2.3 analisou grande parte das dinâmicas das instituições acima descritas remontando-se o ponto actual à análise do Conselho Europeu, ou seja as cimeiras periódicas que levaram ao encontro Chefes de Estado, Chefes de Governo e ministros dos negócios estrangeiros.

A origem de encontros periódicos entre os líderes europeus remonta às primeiras cimeiras do Conselho Europeu que tiveram início em 1961. Durante a primeira década tiveram um carácter irregular, tendo sido organizadas apenas quatro, em Paris (1961), Bona (1961 e 1967) e Haia (1969). A partir da década de 70 assistimos a uma primeira iniciativa em torno de uma maior regularidade de encontros. O movimento encontra-se explícito no *Paris Communiqué*, resultado da reunião dos chefes de governo, a 10 de Dezembro de 1974.

Para compreender uma instituição complexa como o Conselho Europeu várias fases têm que ser observadas, as suas raízes, o status nascendi, o preambulo, a formalização e a institucionalização

¹⁶⁶ LEWIS, Jeffrey, (2003). *The Council of the European Union*, In: CINI, Michelle (ed.), *Politics in the European Union*, Oxford University Press, Oxford, p.149.

As raízes do Conselho Europeu estão intrinsecamente ligadas aos alicerces da construção Europeia¹⁶⁷, remontam a 1953 e ao político Francês Michel Debré¹⁶⁸ que propôs na Comissão Constitucional da Assembleia da C.E.C.A uma proposta de uma União Política puramente intergovernamental, com uma Conferência de Chefes de Estado e de Governo. A ideia, não produziu o impacto esperado mas não fora abandonada pela diplomacia Francesa; em 1959 Debré, já primeiro-ministro, evidenciava que seria necessário um mecanismo de consultas regulares entre o Estado francês e os Chefes de Estado e de Governo à margem da comunidade.

A pressão Francesa em criar o que seria a estrutura embrionária do futuro Conselho Europeu espelhava uma vontade comum aos restantes Estados-membros que a partir da década de 60 dão os primeiros passos no estabelecimento desta plataforma de consultas regulares entre os líderes políticos do projecto europeu. A década de 60 assiste à realização de cinco cimeiras, duas delas em Paris e as restantes em Bona, Roma e em 1969 Haia, e ficou marcada por fortes debates intergovernamentalistas e de carácter supranacional. Dominadas por um excessivo intervencionismo, preconizado pelo General De Gaulle,¹⁶⁹ que visava purgar a supranacionalidade que emanava das instituições europeias. Desta forma a Comissão Europeia ou o Parlamento Europeu não poderiam exercer autoridade e influência política em nome do povo Francês. Na base desta estratégia estaria uma salvaguarda das posições francesas no novo ordenamento jurídico e institucional da União, uma prova do compromisso de Charles De Gaulle com o plano Fouchet, no qual era proposto um Conselho com poderes ilimitados sobre questões políticas, económicas e militares.

A natureza da proposta intergovernamental de numa União dos Estados desenhada pelo ministro dos negócios estrangeiros Fouchet e apoiada pelo presidente Francês Charles De Gaulle, chocava directamente com as pretensões supranacionalistas da União dos Povos que emergiria na Conferência de Bona em 1969. A década de 60 terminaria desprovida de espírito Europeísta e mergulhada em inúmeras disputas internas. Se a década de 60 fora uma década de *status nascendi* apoiado na vontade de De Gaulle e de Konrad Adenauer, a década de 70 traria consigo duas fases, o preâmbulo e o início do Conselho Europeu (Ver Caderno de Anexos (pp.142-150) Cronologia).

¹⁶⁷ “In other words, the creation of a European Council of Heads of State or Government was an idea which existed from the start of the European integration process”, WERTS, Jan, (2008). In: The European Council, John Harper Publishing, London, 2008. p.3.

¹⁶⁸ HORBER, Thomas (2006). *The Foundations of Europe: European Integration ideas in France, Germany and Britain in the 1950's*, Vs Verlag, Frankfurt, p.85.

¹⁶⁹ CHOPRA, H.S, (1974). *De Gaulle and European Unity*, Shakti Malik Abinav Publications, New Dehli, p.124.

A fase de preâmbulo conta, por sua vez, com uma nova dupla na concertação Franco-Germânica entre 1969 e 1974, a presença do presidente Georges Pompidou e do chanceler Willy Brandt marcará profundamente o rumo das Cimeiras de Haia em 1969, Paris em 1972 e Copenhaga no ano seguinte.

Em 1973 Pompidou, alinhado com o Plano Fochet, volta a defender um mecanismo regular de contacto *periodical tête-à-têtes* entre chefes de Estado e chefes de Governo sem a presença dos ministros dos negócios estrangeiros. O primeiro-ministro Britânico Edward Heath sugeria apenas a presença do presidente da Comissão e Willy Brandt suportará a proposta no que acreditava ser um plano futuro para um governo europeu.

O preâmbulo estava lançado para que Valéry Giscard d'Estaing pudesse assegurar as premissas do vai-vem diplomático realizado pelos seus antecessores e rentabilizar o trabalho da diplomacia de bastidores movido por Guy Mollet ou Jean Monet.

O forte empenho das elites políticas Francesas em reunir os aliados fundamentais em torno da concertação para a criação do Conselho Europeu, traria frutos em Dezembro de 1974. Na Cimeira de Paris entre 9 e 10 de Dezembro os chefes de Estado e de Governo trabalhariam em conjunto para obter um compromisso. A acção de Giscard d'Estaing e de Helmut Schmidt seria crucial para desbloquear os impasses nos restantes Estados-membros e avançar com os seguintes pontos formais, como indicado no “Comunicado de Paris”¹⁷⁰:

- a. Os chefes de Estado e de Governo irão reunir-se juntamente com os respectivos ministros dos negócios estrangeiros pelo menos três vezes por ano. Não sendo neste ponto nem nos restantes, mencionada como necessária ou adicional a presença do presidente da Comissão.
- b. Os preparativos para a institucionalização das cimeiras regulares não afectam as regras e procedimentos latentes nos tratados e provisões da política de cooperação europeia.
- c. Os nove reafirmaram a sua determinação em adoptar posições comuns para coordenar as suas acções diplomáticas nas questões internacionais que afectem os interesses da comunidade.
- d. Adopção do voto de maioria qualificada.

¹⁷⁰ Disponível em: http://www.ena.lu/final_communique_paris_summit_10_december_1974-2-6182, consultado a 4/6/2010.

- e. Um acordo de princípios fora alcançado com o intuito de permitir a eleição directa do parlamento europeu bem como a extensão das suas competências.
- f. O primeiro ministro belga Leo Tindemans deveria preparar um relatório sobre a futuras alterações no âmbito das Comunidades Europeias.

Após os resultados satisfatórios da cimeira de Paris o Presidente Francês Giscard d'Estaing poderia exclaimar que “*Le Sommet est mort. Vive le Conseil*”¹⁷¹. O que pretendia ser uma manobra para assegurar de um ponto de vista intergovernamental o poder e interesses dos Estados nacionais sobre os assuntos e domínios comunitários viu desta forma um contragolpe supranacioalista com o aumento de poderes e competências do Parlamento Europeu¹⁷².

Durante este processo fora demonstrado o papel das elites políticas, no entanto existiram causas internas, comunitárias, internacionais e económicas que justificaram o início do Conselho Europeu. Causas relativas ao plano doméstico, comunitário e internacional.

A nível doméstico houve duas causas que fomentaram a criação do Conselho Europeu uma colectiva e outra individual. De um ponto de vista colectivo as alterações na liderança Europeia em 1974 constituíram um marco importante e decisivo na formação do Conselho Europeu; Edward Heath sucede a Harold Wilson em Março, Giscard d'Estaing sucede em Maio à presidência Francesa, após a morte de Pompidou, no mesmo mês em que Helmut Schmidt se consagrará Chanceler Alemão. A alteração dos líderes das três grandes potências europeias da época não balançou como previsto a relação entre os três poderes, na verdade as clássicas disputas franco germânicas conheceram uma fase de entendimento e cooperação¹⁷³.

De um ponto de vista individual surge a oportunidade de assegurar popularidade eleitoral através de uma manifestação de um papel activo, interveniente e decisivo em assuntos da arena internacional. Ao montar um novo palco politico, chefes de Estado e de Governo criaram um novo mecanismo de destaque; este argumento traduz e confirma parte da validade de uma face

¹⁷¹ MÉLANDRI, Pierre, (1988) *Une Incertaine Alliance: Les États-Unis et L'Europe*, 1973-1983, Publications de La Sorbonne, Paris, p.130.

¹⁷² MOLLER, J. Orstrom, (2008). *European Integration: Sharing of experiences*, Institute of Southeast Asian Studies, Singapore, p.118.

¹⁷³ “*In previous centuries German-French relations were nearly always dominated by war or disputes, and this makes the firm political will of governments in Paris and - now again - in Berlin important for the future of Europe. This was the case over many years between Konrad Adenaur and Charles De Gaulle, less so in Ludwig Erhard's time but more under Kiesinger. Relations were not so good between Brandt and Pompidou, but Helmut Schmidt and Valéry Giscard D'Estaing had a very good working relationship and reached the first agreements about the monetary system in the seventies.*”, BOLKENSTEIN, Fritz, EPPINK, Jan, (2004). In: *The Limits of Europe*, Lannoo Publishers, Brussels, p.159.

diplomática problematizada no ponto 2.3 segundo Werts *“Heads of Government moreover could use the European Council as a means to secure popularity in the arena of foreign (European) policy. There came about a growing personalisation of national politics, especially through the médium of television”*

Por último pela necesssidade de resolver resolver questões económicas e internacionais

No plano económico os anos 70 foram marcados por sucessivas crises monetárias, medidas restritivas ao comércio internacional, inflação, aumento dos preços energéticos, associados a um abrandamento do crescimento económico. A inoperância dos Estados-membros num plano nacional para resolver as sucessivas crises internacionais fez com que o Conselho Europeu se tornasse uma plataforma de negociação preferencial com o intuito de responder aos desafios internacionais. Os seguinte gráficos demonstram a evolução do Conselho Europeu onde se verifica que o número de cimeiras, embora tenha um carácter de oscilação, tem uuma tendência para ganhar uma reunião por década.

Parte destas oscilações são despoletadas por acontecimentos de índole internacional ou comunitária a a subida abrupta de 3 para 7 cimeiras entre 2001 e 2003 fora em parte despolotada pelo atentado terrorista de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque. No entanto também as questões institucionais da União podem acelerar o número de Cimeiras como a tentativa de aprovação do Tratado de Lisboa, que registou o número recorde de oito encontros.

Apesar de se reunirem sobre moldes formais e regulares, os chefes de Estado e de Governo têm vindo a deslocar-se com maior frequência, na maior parte das vezes em direcção a Bruxelas, para cimeiras de carácter informal ou extraordinário. Apesar de respeitar um calendário regular de comunicação, a qualquer momento os líderes políticos Europeus podem ser chamados ao Conselho para debater ou negociar determinado aspecto que seja urgente.

Convocar uma cimeira do Conselho Europeu é uma competência do Presidente do Conselho,¹⁷⁴ e o controlo das presidências rotativas foi liderada, na maioria dos casos, pelos membros fundadores como a Alemanha, a Itália e a França, que presidem um maior número cimeiras.

¹⁷⁴ Consultar Caderno de Anexos (p.160) Gráfico 4.

As cimeiras respeitam um protocolo típico, Normalmente com a duração de dois dias, envolvem uma maratona de trabalho quer dos primeiros-ministros quer das delegações que os acompanham. Caso a cimeira se realize em Bruxelas, como a maioria dos casos verificados, os chefes de Estado e de Governo chegam ao edifício Justus Lipsius sendo recebidos pela Presidência. Segue-se um encontro com o Presidente do Parlamento Europeu que antecede a primeira sessão de trabalhos do Conselho Europeu. Após a sessão é tirada a foto de família e seguem-se os jantares de trabalho separados, nos quais decorre grande parte da negociação informal. A presidência faz o comunicado de imprensa, seguido da transmissão pelas cadeias de informação nacionais do rescaldo do primeiro dia de trabalhos. No segundo dia os trabalhos são retomados e a presidência finaliza com uma conferência de imprensa. Por trás deste simples resumo protocolar existe um manancial logístico e burocrático que antecede e suporta este pilar de negociação.

A preparação do documento, as conclusões da presidência resultado das principais medidas tomadas pelo Conselho Europeu, é assegurada pelas presidências, sendo um importante documento do qual se retiraram as linhas mestras da construção europeia. A análise destes documentos foi feita pelo European Navigator e parte deste trabalho foi, no âmbito desta investigação, traduzido e agrupado numa base de dados, com o intuito de observar as conclusões das Presidências do Conselho Europeu entre 1961 e 1994, tendo como objectivo compreender que temas são abordados no Conselho Europeu. Os rácios retirados da base de dados e apresentados em anexo subdividem-se em sete categorias; questões institucionais; assuntos internacionais; política comunitária; orçamento comunitário; segurança comum e relações externas; Justiça e assuntos internos; outros assuntos. Sobre questões institucionais os assuntos mais debatidos foram o alargamento seguido das conferências intergovernamentais e da subsidiariedade. A política de alargamento, como foi referida no ponto 1.2, *Europa como Império*, constitui um dos maiores desafios actuais da política comunitária e durante muitos anos o Conselho Europeu foi chamado à decisão sobre a expansão do projecto e a entrada de novos Estados-membros. Quanto aos assuntos internacionais, a sucessiva instabilidade no Médio Oriente fora tema presente em algumas cimeiras, sendo o assunto internacional mais vezes debatido nesta mesa de negociações, seguindo-se o Japão e as relações Ocidente-Oriente e ainda o Diálogo Norte-Sul. Quanto ao antigo pilar da PESC e Relações Externas a Rússia, para além da Europa de Leste, Ucrânia e Balcãs despertaram o maior interesse dos chefes de Estado e de Governo da U.E, num exercício claro de obter um diálogo e um consenso sobre as questões de segurança nas fronteiras próximas ao espaço da União. No plano da Política Comunitária o emprego foi o tópico que mais vezes se mostrou como tema de debate comum, seguindo-se Mercado interno e meio ambiente, três assuntos que progressivamente se assumirão

como as principais linhas gerais ou temas presentes de uma agenda europeia. Do ponto de vista orçamental os recursos próprios são uma preocupação do Conselho bem como os assuntos ligados ao rigor orçamental. Ao nível da justiça e assuntos internos surgem três temas pertinentes: Europol, xenofobia, racismo e tráfico de drogas como as principais preocupações dos líderes políticos europeus em matéria de criminalidade. Por último, nos outros assuntos, o passaporte europeu destaca-se de um conjunto de temas variados. (Consultar Caderno de Anexos (pp.166-183) Apuramento Base de Dados Conselho Europeu).

A análise deste grande volume de dados indica que os temas que vão a Conselho Europeu são temas fortemente diversificados que apontam para uma instituição que resolve assuntos da ordem do dia, porém as presidências e os seus objectivos traçam rotas e objectivos a par de outras estratégias e compromissos comunitários de longo prazo tornando-se difícil encontrar linhas bem definidas acerca de estratégias e assuntos que serão sempre abordados ao nível de Conselho Europeu. O seu carácter de decisão em câmara fechada reflecte-se quando se consulta um documento como as Conclusões da Presidência, onde o volume intenso de temas e informação dilui eventuais respostas a perguntas mais específicas sobre o comportamento desta instituição.

Compreender o funcionamento do Conselho, passa tal como no conceito de Europeização, pelo entendimento dos seus específicos métodos de negociação. Remontam-se ao Conselho Europeu quatro funções base, as duas primeiras associadas à ideia de motor político e as seguintes aliadas à noção de plataforma de negociação e debate:

- Ser uma Instituição de apelo para a resolução de disputas que não forem harmonizadas em hierarquias inferiores (Conselho de ministros e COREPER), encontrando nas cimeiras do Conselho Europeu uma nova plataforma para negociar e obter consenso.
- A segunda função pode ser comparada a uma reunião de directores gerais onde as principais linhas e direcções políticas são delineadas. Este corpo de posições gerais será revisto com os detalhes resultantes da interacção entre Conselho de Ministros e Comissão, tendo neste caso o Conselho Europeu uma primeira e uma última palavra na conclusão dos acordos.
- Ser um catalisador de publicidade e visibilidade para o projecto europeu. Os corredores de Bruxelas encerram um trabalho que na grande maioria das vezes não revela, a não ser para os especialistas técnicos interesse mediático. As Cimeiras Europeias assumem-se como raras ocasiões onde os chefes de estado e de governo podem manifestar as suas opiniões acerca do projecto Europeu, não colocando de lado o aparelho mediático que reveste a condução de

uma cimeira Europeia, onde a cerimónia e a pompa e circunstância que a envolvem evidencia a mediatização da liderança política.

- Por último, a ancestral função de fórum para o encontro e contacto pessoal entre chefes de Estado e de Governo; nesta função paira a importante distinção entre formalidade e informalidade, ou seja, à medida que o Conselho Europeu se institucionaliza e adopta uma carta comum de regras próprias, a noção de formalidade e protocolo paira sobre a ideia inicial que previa a criação de um mecanismo regular mas que ao mesmo tempo permitisse a informalidade como peça fundamental para a flexibilidade necessária para a obtenção de acordos. Sobre a informalidade pretendia-se criar uma plataforma flexível na qual os líderes políticos, nos corredores, jantares e recepções que antecedem o trabalho a nível de assembleia da União Europeia, tivessem a oportunidade para se compreenderem mutuamente, partilhando sucessos, problemas e desafios, com o intuito de sob um tecto comum se encontrarem soluções e parcerias.

Os quatro pontos anteriores denotam a arquitectura diplomática que jaz nas principais competências das Cimeiras do Conselho Europeu, porém o Conselho nem sempre apresenta uma faceta funcional existindo momentos em que não produz os resultados esperados:

- O primeiro desafio passa pela sobrelotação da agenda. O fenómeno de Overload destacou-se na passagem da década de 70 para a década de 80, onde a incapacidade de resolução de alguns problemas ao nível das estruturas inferiores fez com que se acumulassem sobre as agendas das cimeiras questões de ordem técnica e detalhada. Para uma cimeira que decorre em média três vezes por ano tornou-se necessário agilizar o processo de decisão ao nível do Conselho de Ministros com a introdução do mecanismo da maioria qualificada. Desta forma evitava-se uma sobrelotação da agenda do conselho que, por norma, não se destinava ao debate técnico mas sim à resolução de problemas mais abrangentes ou à promoção de directrizes estratégicas.
- O excessivo optimismo que tende a envolver a atmosfera das cimeiras do Conselho Europeu pode colocar num patamar idealista o resultado geral das negociações. O espírito de abertura e o sentimento de cooperação latente nos compromissos alcançados a nível Europeu tem ainda que passar por um teste no plano nacional. Após uma Cimeira, chefes de Estado e de Governo regressam às respectivas capitais com o objectivo de assegurar ou justificar parte dos acordos obtidos. Algumas decisões podem ser difíceis de justificar ao eleitorado nacional ou de negociar com os respectivos partidos políticos, não oferecendo ainda

garantias de que determinada medida agridará na totalidade às elites ministeriais. Jacques Santer alertou para o fenómeno após a Cimeira de 20 de Março de 1996, mencionando o over-optimism sob o qual inúmeros projectos eram aprovados ao nível de Conselho Europeu mas que nunca passaram de meras linhas nas actas das Cimeiras políticas, devido ao facto de os Estados-membros se recusarem posteriormente a financiar as medidas pré-aprovadas.

- A excessiva mediatização e publicidade feita à agenda e aos temas em cima da mesa de negociações pode expor os diferentes interesses em jogo muito antes de os líderes políticos se sentarem à mesa. Este factor, aliado às políticas de transparência que têm sido advogadas quer pelo parlamento europeu quer pela opinião pública para contrariar o excessivo peso da decisão in camera, podem contribuir para uma maior exposição mediática dos líderes políticos comprometendo parte da flexibilidade acima descrita e consequentemente limitando a amplitude dos compromissos e do sucesso negocial.
- Por último o factor mediático pode ainda criar falsas expectativas ou colocar fasquias elevadas face ao resultado final obtido nas mesas de negociações ou nos corredores das cimeiras, contribuindo para um sentimento geral de fracasso ou de inoperância política caso as sucessivas cimeiras não obtenham o resultado especulado.

3.2. O Fim do Circo Ambulante

O presente ponto localiza-se entre 2001 e 2009 e tem como objectivo observar os efeitos das dinâmicas de europeização sobre as cimeiras no Conselho Europeu, ou seja, de que forma as cimeiras se vão aproximando do novo centro político – Bruxelas - num processo de progressiva institucionalização. O gráfico 5 (Ver Caderno de Anexos p.161) apresentado demonstra que a esmagadora maioria das reuniões do Conselho Europeu foram realizadas em Bruxelas. Porém torna-se importante compreender a natureza desta centralização sobre a capital Belga, bem como os elementos de dispersão, o circo ambulante que levou às capitais e cidades Europeias uma plataforma volante do principal fórum de debate e decisão institucional da U.E.

Se for estabelecido como ponto de partida Paris e 1961 como a cidade e ano que deram início ao sistema de contacto diplomático entre os Chefes de Estado e de Governo da União, verifica-se que só após oito encontros iniciais a primeira cimeira chega a Bruxelas em 1975. Acolhendo até ao final dos anos setenta uma cimeira por ano. Este ritmo e regularidade iria sofrer uma quebra considerável durante os anos oitenta e uma quebra acentuada na década de noventa.

Entre 1975 e 1989 uma cimeira por ano fora realizada entre Bruxelas, Luxemburgo e Estrasburgo, este movimento em direcção ao quadro institucional Europeu estava ligado às presidências Belgas Luxemburguesas e Francesas que a par dos restantes países Europeus tentavam organizar nas suas capitais ou territórios nacionais as cimeiras. Apenas a Alemanha (durante as suas presidências em 1988 e 1994) e a Itália (1985) optam por organizar as cimeiras em Bruxelas. Salvo os exemplos apresentados o Conselho Europeu assumiu uma postura de circo ambulante entre 1985 e 2002 acentuando esta tendência entre 1988 e 1993 período em que o Conselho Europeu se afasta de Bruxelas. Esta tendência permitiu que Estados-membros pudessem acolher no seu território (na maioria das vezes nas suas capitais) os principais líderes chefes de Estado e de governo e respectivos ministros dos negócios estrangeiros, bem como ilustres líderes políticos mundiais.

Surge desta forma a ideia de circo ambulante associada à noção de cimeira europeia e dos seus participantes de onde sobressaltam analogias com as cortes viajantes da idade média¹⁷⁵ seus nobres (políticos e diplomatas) e monarcas (chefes de Estado e de governo).

A 22ª Declaração, anexada ao tratado de Nice assinado em 2001, assume-se como o primeiro documento de base legal que menciona alterações na localização das cimeiras do Conselho Europeu: *“As from 2002, one European Council meeting per Presidency will be held in Brussels. When the Union comprises 18 members, all European Council meetings will be held in Brussels.”*¹⁷⁶ A declaração entrará em efeito após os 15 Estados membros ratificarem o tratado, no entanto um factor revela-se pertinente. No caso irlandês, a necessidade de aprovação parlamentar a nível de acordos internacionais vinculativos provocou o atraso da ratificação do Tratado de Nice, 46% não e 54% sim, num segundo referendo em Setembro de 2002, conseguiria a aprovação. Esta declaração, anexada ao corpo normativo do tratado reformador, teve um efeito imediato em 2002 e 2003; Dinamarca e Grécia cumprem o objectivo de realizar pelo menos uma das conferências em Bruxelas seguindo-se em 2003 a Itália que realiza duas cimeiras e a Irlanda, uma na capital Belga.

Fora então traçado um importante caminho para a centralização definitiva das cimeiras do Conselho Europeu no coração institucional da União.

¹⁷⁵“the European Council developed more and more into a «travelling circus» and the logistic and security measures became more and more complex. It can be compared to a travelling court in the Middle Ages. The large number of very senior politicians could be compared to noble man around the monarch and the monarch comes to be the president of the time, a temporary monarch and there is a large fleet of followers”. STARK, Christine (2002). In: *Evolution of the European Council: The implications of a permanent seat*, Queen’s University, Belfast, 2002, p.11.

¹⁷⁶Declaração disponível em:
http://www.ena.lu/treaty_nice_declaration_22_venue_european_councils_26_february_2001-2-10405

Os motivos que estão por trás desta mudança relacionam-se com a evolução do Conselho Europeu; o seu progressivo crescimento e consequente importância trouxe a necessidade de repensar aspectos burocráticos, logísticos e financeiros ou de segurança.

Do ponto de vista burocrático e logístico, os sucessivos alargamentos constituíram, como evidenciado no ponto I, um desafio. Por um lado às estruturas institucionais da União e suas políticas comuns, por outro a qualquer infra-estrutura que receba uma cimeira desta dimensão. Organizar este evento internacional torna-se um pesadelo logístico. Representantes dos Estados-membros e respectivas comitativas atraem consigo os meios de comunicação e de protesto.

A excessiva mediatização das cimeiras fez com que um grande número de jornalistas acreditados para fazer a cobertura mediática do evento, chegando a atingir as 4000 pessoas, como registado na Cimeira de Sevilha em 2003. Acolher a imprensa assume-se assim como um grande desafio. Os líderes atraem imprensa e arrastam consigo também as instituições de protesto, grupos de pressão e *lobbying* que acrescentam ao espectro político (composto pelas elites governativas) os tons do espectro social que envolvem o Conselho Europeu¹⁷⁷.

O vulto das reuniões e cimeiras internacionais entre os chefes de Estado e de Governo quer ao nível das cimeiras G8 e G20, FMI e Conselho Europeu, criou uma nova tendência. Sobre um forte cariz mediático que permite a internacionalização e difusão da mensagem de protesto, aliado ao facto de estas cimeiras temáticas reunirem os principais líderes políticos mundiais e de decidirem sobre questões multilaterais, fez com que o protesto acompanhasse este circo ambulante. Durante a presidência espanhola da União em 2002, duas cimeiras foram realizadas sob um clima de protesto, acentuado pelos fortes confrontos registados no ano anterior em Génova durante a cimeira do G8. As duas cimeiras Barcelona (Março) e Sevilha (Junho) assistiram a protestos de organizações sindicais, ambientais e anti-capitalistas. A cimeira de Sevilha ficou ainda limitada pela convocatória de uma greve geral.

Os actos de protesto e violência que têm acompanhado o crescimento e a complexificação das cimeiras internacionais envolvem, inevitavelmente a reformulação das questões de segurança. A

¹⁷⁷ “In addition, several thousand accredited journalists, technicians, cameramen and photographers, who want to cover this event. (...) All kinds of pressure groups realize that this is a forum that takes important decisions, which they tend to influence. (...) As a result many protesters come from organized demonstrations to the town that hosts the European Council meeting to make know their agreement or disagreement with certain decisions.” STARK, Christine (2002). In: *Evolution of the European Council: The implications of a permanent seat*, Queen’s University, Belfast, 2002, p.7.

Cimeira de Sevilha acima referenciada envolveu cerca de 9000 polícias arrastando um acréscimo financeiro (cujos valores são desconhecidos) em matéria de segurança, na preparação das plataformas de negociação e debate, onde cabe na maioria das vezes aos Estados acolhedores o suporte monetário dos dispositivos de segurança extraordinários organizados pelas forças segurança nacionais.

De entre as medidas para evitar os focos populacionais e consequentemente os confrontos através da deslocalização de cimeiras, o exemplo mais paradigmático foi o de Laeken em 2001, porém as cimeiras de Santa Maria da Feira em 2000 e Tampere em 1999 já tinham antecipado este movimento.

Apesar da relutância em que Bruxelas se torne a escolha óbvia como local preferencial a nível do Conselho Europeu, o hábito primou sempre à recomendação, sendo que estas recomendações se vão revestindo de motivos e argumentos a favor de uma centralização definitiva, surgindo então motivos que fomentam a fixação em Bruxelas:

- Capacidade do edifício Justus Lipsius para acolher as cimeiras.
- Diminuição dos encargos financeiros adicionais com a sucessiva deslocação de cimeiras.
- Coordenação efectiva e a longo prazo dos perímetros de segurança.
- Minimização a longo prazo dos problemas relacionados com a logística das cimeiras.

Perante os quatro argumentos apresentados, Bruxelas seria a cidade que preenchia mais requisitos, aliado ao hábito (cerca de 45 cimeiras foram realizadas em Bruxelas entre 1975 e 2009) e a concertação entre Alemanha, Itália e França que já tinham abdicado das suas capitais em algumas presidências, em prol da centralização.

A partir de 2002 Bruxelas torna-se o palco principal e regular, salvo algumas excepções abrindo caminho à institucionalização no Justus Lipsius com o tratado de Lisboa em 2009. Os movimentos descritos evidenciam as dinâmicas de Europeização debatidas no I capítulo.

O primeiro aspecto relaciona-se com o aumento da interacção entre os Estados-membros e a U.E e vice-versa. Ao estabelecer estas plataformas de negociação e debate, o Conselho Europeu aproximou os chefes de Estado e de governo dos métodos, práticas, objectivos e agendas comunitárias da mesma forma que aproximou as instituições de Bruxelas das capitais europeias onde se realizaram cimeiras europeias.

O sucesso deste mecanismo de contacto regular fez, como evidenciado no ponto 1.2, com a estrutura institucional em geral e o modelo de “cimeira europeia” em particular fossem exportados para outros continentes, sendo utilizados (como evidenciado nos casos da UA e UZAN) mecanismos idênticos ao sistema de presidência rotativa e de organização de cimeiras idênticas ao Conselho Europeu. Confirma-se o exemplo da dinâmica de Europeização relativa à exportação de modelos de Europeização política mas também a permanência dos efeitos de europeização fora do espaço comunitário, para lá do continente europeu.

A terceira dinâmica de europeização encontrada relaciona-se com o smokescreen para manobras internas. Como fora demonstrado no ponto 2.3, os primeiros-ministros são catapultados para a presidência e para uma nova agenda da União, com a distinta honra de presidir a U.E. Este movimento não só se relevou importante para a manutenção/renovação da popularidade interna, como induziu à presidência da UE um novo conjunto de competências, entre as quais a de escolher o local para a realização das cimeiras. Em alguns casos a localização das cimeiras fora usada para fins estratégicos não só pelos lucros de acolher as comitivas internacionais: órgãos de comunicação social projectando a cidade e infra-estruturas envolvidas na organização do evento serviram de motivo para a criação de centros de congresso como em Salónica 2003. Noutros casos serviu para transportar o contexto nacional para novos rumos ou estratégias advogando as responsabilidades de presidir a União como evidenciado no exemplo da presidência Irlandesa no ponto 2.3.

Em quarto lugar encontra-se a consensual dinâmica de Europeização que advoga a criação de novos poderes a nível Europeu, a institucionalização do Conselho Europeu, com a institucionalização do Conselho Europeu. À luz do Tratado de Lisboa o Conselho passa a estar sediado no Justus Lipsius Building que coloca um ponto final no circo ambulante descrito. Sobre esta perspectiva a “corte” institucional europeia não se deslocará ao local da cimeira definido pela “corte” que detém a presidência rotativa mas sim os chefes de Estado e de Governo da União que se deslocam ao centro político (Bruxelas) para aceder a esta plataforma de negociação e de debate.

Se for observado o impacto das decisões do Conselho Europeu, ou seja a sua função de motor político, então surge mais uma dinâmica consensual, o facto de o impacto das suas decisões contribuir para a mudança doméstica. Nesta corrente de raciocínio encontra-se também a hipótese apontada por Ian Bache e Jordan (2004) na qual o Conselho Europeu se estabelece como um marco de referência para as políticas nacionais.

A última peça do mosaico de Europeização levanta uma questão delicada. Poderá este novo movimento de europeização das cimeiras do Conselho Europeu em direcção a Bruxelas contribuir

para o futuro estabelecimento de uma União Política? De que forma esta aproximação da principal plataforma de negociação e debate a nível da U.E ao corpo institucional e burocrático de Bruxelas não contribuirá para afastar das capitais europeias o núcleo duro da decisão comunitária, aproximando-a de uma concepção mais supranacional face à intergovernamentalidade que caracterizou a génese do Conselho Europeu?

Este último ponto não pretende reavivar os argumentos federalistas europeus advogando que a Europa possui uma nova capital, no entanto torna-se notório o impacto destas progressivas alterações nos mecanismos de negociação comunitários. Bruxelas alcançou mais uma plataforma, uma nova instituição e como será em seguida apresentado um novo presidente.

3.3. *More than a Chairman* - A Presidencialização do Sistema Político Europeu?

Para além da referida institucionalização do Conselho Europeu em Bruxelas, o Tratado de Lisboa criou um novo ‘presidente’, levantando a questão sobre uma possível presidencialização do sistema político Europeu. Em primeiro lugar surge uma lógica de funcionamento do Conselho Europeu antes do Tratado de Lisboa e que foi abordada no último ponto do segundo capítulo, quando se questiona se poderá existir uma face diplomática. Este modo de actuação revela uma presidência assente num palco rotativo¹⁷⁸, ou seja, de seis em seis meses a presidência da União recebia uma face diferente, nem sempre nova (Consultar Gráficos 1 ‘Presidentes do Conselho’ e 4, pp.158 e 160, respectivamente do Caderno de Anexos). A segunda linha opera em moldes diferentes preenchendo o que Werts teorizou como um presidente permanente. Esta recente disposição apresenta um novo movimento dentro das elites políticas europeias que ambicionam concorrer ao novo cargo, porém o factor mais relevante e talvez a principal mudança está relacionada com a permanência. Antes do Tratado de Lisboa quem presidia a U.E podia acolher a cimeira no seu país recebendo os líderes, ou deslocar-se a Bruxelas, voltando dois dias depois para o seu cargo nacional. Assiste-se a um movimento diferente que antecede as cimeiras de um Presidente do Conselho Europeu que reside permanentemente em Bruxelas, deslocando-se entre as capitais europeias, à procura de consenso e escutando as principais posições dos 27 Estados-Membros. A par da criação da agenda e do papel de mediação que envolve a reunião de chefes de

¹⁷⁸DE ALMEIDA, João Marques (2009) In: Presidências Rotativas, Diário Económico.

Estado e de governo, o novo presidente tem ainda o poder de representar no plano externo a União, a par de um amplo portfolio de novas competências¹⁷⁹:

- Estabelece objectivos e orientações da PESC – artigo 26º nº1 TUE;

- Define as orientações estratégicas no espaço de liberdade, segurança e justiça – artigo 68º TFUE;

- Participa na busca de consensos, sempre que, no âmbito de um processo legislativo, um Estado considere que o projecto de acto legislativo prejudica aspectos fundamentais do seu ordenamento jurídico, por exemplo no domínio da segurança social ou da cooperação judiciária em matéria penal, pode pedir ao Conselho Europeu a suspensão do processo com vista a obter o consenso – artigos 82º nº3, 83º nº3, 86º TFUE;

- Avaliação periódica de ameaças terroristas feitas à União Europeia – artigo 222º nº4 TFUE;
- Participação na revisão de tratados, ordinária e simplificada – artigo 48º TUE;
- Aprova critérios de elegibilidade para novas adesões – artigo 49º TUE;
- Fixa listas de formação do Conselho – artigo 236º alínea a TFUE;
- Fixa sistemas de rotação da Comissão – artigo 244º TFUE;
- Participa na designação da Comissão Europeia – artigo 17º nº7 do TUE
- Nomeia a Comissão Executiva do Banco Central Europeu – artigo 283º nº2 TFUE
- Estabelece *passerelles jurídicas*, isto é, tem a faculdade de alterar o sistema de votação do Conselho, normalmente por unanimidade, passando a ser por maioria qualificada – artigo 312º do TFUE;
- Adota conclusões sobre as orientações gerais das políticas económicas dos Estados-Membros e da União, bem como sobre Direito do Trabalho – artigo 121º e 148º do TFUE;

As competências descritas evidenciam um presidente com competências importantes ao nível das instituições europeias, ao nível da eleição, nomeação e rotação da Comissão, Banco Central Europeu e do próprio Conselho. Dispõe ainda de competências importantes em matérias

¹⁷⁹ GORJÃO, Henriques Miguel (2010). *Tratado de Lisboa*, Almedina, Coimbra.

como a segurança europeia ou a reforma dos tratados. Porém a competência permanece centralizada na busca do consenso.

Para além das novas competências é formado no interior de Bruxelas um novo gabinete composto por 30 pessoas. Se retirarmos as funções de secretariado e administrativas, o gabinete é composto por 17 pessoas e subdivide-se em 4 departamentos - questões horizontais, questões sócio económicas, relações externas e imprensa/comunicação. Adjacentes aos departamentos funcionam ainda elementos ligados ao secretariado, arquivo e funções administrativas. Comparativamente com os gabinetes dos chefes de estado ou de governo europeus a equipa é notoriamente mais pequena, ainda assim, sem deixar Bruxelas, observamos que a estrutura do gabinete é consideravelmente menor em recursos humanos e no espectro de funções se o compararmos às representações permanentes dos Estados-nacionais.

O Gabinete apresenta três tipos de funções base (Ver Caderno de Anexos (p.152 Figura 2.):

- Preparação de Cimeiras do Conselho Europeu
- Comunicação e transparência.
- Representação externa da União

Estas funções ligadas às diferentes secções do gabinete estão em sintonia com os resultados obtidos na análise estatística apresentada no ponto anterior. Desta forma, os temas que apresentaram uma tendência mais regular surgem neste caso sob a forma de responsabilidades ou pastas de determinado membro do Gabinete. Tais funções cobrem as principais temáticas que surgiram ao longo do regime de cimeiras, no entanto, a estrutura do gabinete apresenta uma forte tendência para o exercício da representação externa da União. Este factor justifica-se pela presença dos elos de ligação "Sherpas" que unem o gabinete e o próprio Presidente do Conselho Europeu aos palcos das grandes cimeiras internacionais como o G20 e o G8. Um segundo factor desta tendência para o exercício da representação externa manifesta-se ainda pelos responsáveis pela agenda, deslocações e viagens do presidente do Conselho evidenciando uma tendência diferente dos antigos presidentes do Conselho Europeu. O elo, não de mediação mas de procura de consenso, reside em Bruxelas, irá circulando entre as capitais europeias mas com o seu centro e a sua sede fixos em Bruxelas. A presidência do Conselho convive desta forma lado a lado com o Parlamento, a Comissão e as Representações Permanentes, ou seja perto do debate e do interesse comunitários.

A par da permanência como elemento em destaque do novo Presidente do Conselho é atribuída uma residência; é confirmado o edifício Justus Lipsius como sede oficial e local para a

reunião das futuras cimeiras a par do estabelecimento de um símbolo próprio. Tal como as sucessivas presidências se esforçaram para obter uma imagem própria como elemento diferenciador dos seus ideais e da sua imagem de Europa, o Presidente do Conselho tem direito a símbolo próprio. O símbolo surge associado a uma mudança no protocolo onde durante as cimeiras do Conselho Europeu, o palco central é entregue ao Presidente do Conselho.

Ao nível da tipologia clássica referente às três faces de presidencialização política demonstradas no capítulo anterior a face executiva apresenta-se como o único exemplo comparável a uma possível “presidencialização” do Conselho Europeu, na medida em que o novo presidente centralizou funções dispersas e se apropriou ainda de novas funções ao nível comunitário, alterando-se desta maneira a balança de poderes ao nível das instituições comunitárias. Se estabelecermos ainda os 30 membros do gabinete e respectivas tarefas como o patamar base para a sua evolução, poderemos verificar, num plano futuro, se este se expande em número de recursos humanos ou em pastas que irá coordenar e de que forma poderá ainda também ofuscar ou ser ofuscado pelas instituições Europeias.

Quanto às restantes faces, eleitoral e partidária, encontrar padrões semelhantes não se apresenta como uma tarefa tão fácil. Ao nível da face partidária não existe uma correlação directa que sustente como factor essencial a posição perante o partido nacional. Por sua vez o jogo de forças entre direita e esquerda ao nível da maioria nos parlamentos europeus e nacionais poderá ser determinante para seleccionar o perfil para o novo cargo. O facto de Von Rompuy ser um Democrata Cristão pode ter constituído um dos critérios fundamentais para a sua escolha, visto não divergir do centro direita a linha política em maioria e dominante aquando da sua nomeação.

Quanto à face partidária, há uma nomeação que leva à inexistência de uma componente eleitoral. A eleição poderá desta forma emergir do balanço de forças e da direcção política ao nível do Conselho Europeu. Este argumento transporta-nos para uma nova questão que problematiza como seleccionar ou legitimar o cargo.

Uma voz que fale em nome da Europa falará também em nome dos europeus, tornando-se pertinente problematizar a ausência de escolha ou de escrutínio de posições essenciais e de topo na vida política das instituições comunitárias. Com a ausência de um mecanismo de eleição da Comissão e da Presidência do Conselho, as instituições europeias caminham sobre fortes críticas de ausência de legitimidade.

Ao remeter esta escolha para o consenso entre os chefes de estado e de governo europeus, na sua grande maioria os primeiros-ministros da União Europeia assumem de facto a responsabilidade em escolher pelos seus cidadãos as principais figuras que irão estar à frente das principais presidências europeias.

A par da legitimidade necessária para o exercício do novo cargo, surge a segunda questão de como seleccionar um potencial candidato. Como fora verificado no ponto 2.3 (referente à possibilidade de existir uma face diplomática), a presidência das principais instituições europeias é na maioria dos casos atribuída a um político que na sua carreira exerceu funções como primeiro-ministro. Tendência presente no Parlamento e na Comissão, e essencial e central ao nível do Conselho Europeu. Desta forma, se procurarmos um primeiro critério para a escolha do Presidente do Conselho a opção mais provável é que a tendência se mantenha e que o cargo seja ocupado por alguém com o conhecimento e experiência de um cargo comum à maioria dos líderes europeus. Desta forma, o primeiro padrão poderá passar por ser ou já ter sido primeiro-ministro.

Se continuarmos em busca de possíveis critérios de selecção para o cargo, não pode ser posta de lado a especulação que antecedeu a escolha do novo presidente. A grande maioria dos jornais europeus avançou com os nomes mais prováveis e alimentou um fluente debate que permitiu extrair os principais critérios de selecção.

Em Outubro de 2009 um artigo da Foreign Policy European Idol¹⁸⁰, preencheu as principais linhas de debate que foram lançadas durante esse ano. Foram definidos seis critérios base para uma possível figura que preenchesse o cargo. Em primeiro lugar a expressão “Boring” fora usada para associar as críticas de que qualquer candidato a esta posição deveria ter um baixo-relevo político, não possuindo uma grande faceta mediática que retirasse ou colocasse à sombra os principais líderes europeus. O segundo critério está relacionado com a predominância do centro direita na balança de poderes Europeus e a sua força no interior da vida política e institucional da União Europeia. A par de uma fraca visibilidade política fora também reconhecido como critério de selecção provável ser oriundo de um país pequeno, realçando o argumento anterior relativo a um fraco relevo político.

¹⁸⁰ Foreign Policy Magazine, http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/10/09/european_idol, Outubro de 2009, consultado em Novembro de 2009.

Duas competências individuais foram também apresentadas como essenciais, o facto de o futuro presidente ser alguém familiarizado com os instrumentos europeus um “euro-user” e que para além disso falasse fluentemente francês.

Por último o artigo destaca e considera essencial que o novo presidente se tivesse oposto à invasão norte-americana do Iraque.

Foram lançados diversos nomes que encaixavam na tipologia apresentada, figuras como Jean-Claude Jucker, Anders Fogh Rasmussen, Bertie Ahern, Paavo Lipponen, Angela Merkel, Jan Peter Balkenende, Felipe Gonzalez ou José-Maria Aznar, tendo em comum o facto de serem ou de já terem sido, de exercerem ou já terem exercido funções como primeiros-ministros.

Este novo cargo cria, desta forma, um novo movimento no seio das elites europeias, no qual de dois anos e meio em dois anos e meio (caso não haja renovação no cargo), um antigo primeiro-ministro ou um primeiro-ministro em funções pode ser chamado ao centro do palco europeu. Um exemplo deste fenómeno pode ser constado nos últimos anos quanto à Comissão Europeia, presidida por Jacques Santer, Romano Prodi ou Durão Barroso. Assim sendo, caso se trate de um primeiro-ministro em funções cria-se uma situação de vazio político que os Estados-nacionais terão que preencher ao nível interno, encontrando uma figura que ocupe o lugar de chefe de governo¹⁸¹. Caso se trate de um ex primeiro ministro o cenário político nacional sofre também alterações na medida em que esta figura abandona o plano interno para se dedicar a tempo inteiro a uma agenda europeia. Esta “presidencialização”, ou pelo menos o novo cargo, tem um impacto importante na mobilidade das elites políticas europeias e na natureza do confronto ou composição dos governos nacionais.

Este novo movimento das elites políticas e o possível nascimento de uma nova competição para a liderança das instituições europeias, salientou o papel e a figura do primeiro-ministro no contexto da União Europeia, denotando-se que para o estudo de elites políticas, os movimentos desta figura política e o olhar exclusivo para um plano nacional é inconclusivo no contexto da União Europeia, para traçar um perfil válido de carreira.

¹⁸¹SOARES, Mário, “Escolheu-se um belga muito conservador, praticamente desconhecido, um burocrata, que não fará sombra a ninguém. Mas criará, provavelmente, um problema político delicado na Bélgica, visto que a sua saída de primeiro-ministro, vai fazer alguma coisa, dado que o actual Governo demorou bastantes meses a constituir...” *A União o Povo Europeu e o Futuro*, Textos Mário Soares 330, Função Mário Soares, Lisboa, Novembro, 2009. “p.1.

Retomando as premissas da argumentação que foi feita ao nível da face diplomática, encontramos alguns elementos de choque. Ou seja se de facto houve uma face diplomática no portfólio de funções dos Primeiros-ministros da U.E não estará esta possível competência ameaçada com a permanência de um primeiro entre os iguais em Bruxelas?

Werts realça este argumento e alerta para os conflitos internos que um membro permanente poderá despoletar. Em primeiro lugar alerta para os riscos da interferência institucional entre as três instituições, Parlamento Europeu, Comissão e Conselho.

Como o Presidente do Conselho não terá que justificar as suas decisões e a sua agenda para lá da instituição a que preside, beneficiará de maior margem de manobra do que o Presidente da Comissão, conseguindo-se aqui estabelecer também a comparação directa com o argumento da presidencialização política, quando se refere às esferas de influência sobre as quais o Presidente do Conselho Europeu parece deter uma posição confortável face à ingerência da Comissão e ao escrutínio do Parlamento Europeu.

A par do que foi dito ao nível da extensão de competências e do gabinete, a análise desta capacidade de exercer de forma autónoma as suas funções poderá constituir um elemento importante para compreender a evolução do processo de presidencialização política.

Torna-se difícil compreender até onde se poderão estender os poderes e a dimensão do exercício das funções presidenciais no âmbito do Conselho, surgindo o argumento crítico e que revestiu grande parte do debate após a nomeação, entre Novembro e Dezembro de 2009. O baixo relevo político de Von Rompuy provocou uma onda de descontentamento e revestiu as críticas de que a U.E estaria a ser movida pelos interesses de um círculo fechado¹⁸². A eleição do Presidente, aliada aos argumentos de ausência de legitimidade, levantaram a ideia de que as grandes potências europeias tinham chegado a um acordo tácito segundo o qual a figura eleita não comprometeria os interesses individuais nem ofuscaria as posições ou os interesses alemão, francês ou britânico.

Mais do que um cenário de presidencialização, o exemplo anterior retoma a ideia patente nos processos integrados de mudança, onde as dinâmicas de europeização poderiam incorporar

¹⁸² “O «directório dos grandes», sejam três, quatro ou cinco, é quem manda – ao contrário do princípio comunitário da igualdade de todos os Estados membros – sem, praticamente, envolverem nas suas decisões todos os restantes parceiros europeus.” SOARES, Mário, (2009). In: *A União o Povo Europeu e o Futuro*, Textos Mário Soares 330, Função Mário Soares, Lisboa, Novembro, p.1.

tendências *top down* ou *bottom up*. Se as potências europeias influenciaram o processo de selecção assistimos a um processo onde cada estado colocou muito da sua pretensão nacional e moldou a uma imagem mais próxima a sua percepção do cargo. Ao ser reconhecido que as dinâmicas *bottom-up* foram determinantes no processo de selecção, depreende-se que existem interesses nacionais mais fortes e mais vinculados que restringem a actuação e mobilidade da figura do Presidente do Conselho Europeu, controlando a possibilidade de o sistema entrar num processo de metamorfose onde a esfera de autonomia possa crescer tal como sucedeu ao nível dos Estados nacionais.

Entre os argumentos de competição por um lado e de controlo por outro, são reveladas as principais forças de competição e bloqueio que irão pôr à prova o novo cargo. Ao nível da competição e da visibilidade política, o Presidente do Conselho terá no início que encontrar e delimitar o seu lugar no novo quadro institucional, mais do que agendar, mediar e presidir as cimeiras do Conselho Europeu o novo presidente irá representar o interesse comunitário no plano internacional. Os argumentos anteriores parecem apontar para a possibilidade de se assistir a uma competição a diferentes níveis dentro e fora de Bruxelas. Ao nível de Bruxelas a organização das cimeiras, preparação da agenda e definição dos principais temas de debate, bem como as conclusões finais, serão matérias em que as presidências rotativas e as representações permanentes não irão querer ver centralizado, parte do que tem sido o seu grande poder.

Fora de Bruxelas, no âmbito da representação externa o Presidente do Conselho Europeu terá ainda que tentar responder a uma pergunta pertinente, quem irá apertar a mão pela União Europeia? O reconhecimento de que existe apenas um representante externo poderá chocar com a agenda das presidências rotativas do Conselho e para além deste aspecto existe ainda a possibilidade de quer o Presidente da Comissão quer o Presidente do Parlamento poderem representar as suas instituições passando para o plano internacional a imagem de que existem quatro presidentes, quatro representantes da União Europeia.

Relativamente à questão anterior surge o debate criado por Henry Kissinger com a famosa pergunta “*Who do I call if I want to call Europe?*”¹⁸³, de que forma poderá a União Europeia criar um porta-voz que fale em nome de todos os Estados Europeus, que a represente em cimeiras internacionais e que, fundamentalmente, crie um patamar entre os Estados Unidos e a Europa.

¹⁸³ HILL, Steven (2011). *Europe's Promise: Why the European Way is the Best Hope in an Insecure Age*, University of California Press, Berkeley, p.211.

Admitir que um secretário de estado ou secretário de segurança nacional norte-americano comunica com a Europa através de um representante único seria colocar na sombra parte das históricas instituições diplomáticas europeias. Seria também afirmar que existiria um representante único dos interesses da União Europeia. Torna-se difícil europeizar ou presidencializar parte destas funções, relacionadas com o aprofundamento histórico dos mecanismos diplomáticos. Países como França, Itália ou Inglaterra aprofundaram a sua escola de relações internacionais criando vias próprias e alternativas à condução dos interesses externos, criando uma imagem de *uma casa com várias mansões*¹⁸⁴. Esta multiplicidade de visões acerca das relações internacionais e do papel da União Europeia enquanto actor externo tem criado conflito entre o interesse europeu e os interesses nacionais. Neste aspecto será importante observar de que forma evoluiu também o cargo de alto representante para a política externa da União, os seus instrumentos e o seu raio de acção, e de que forma coordenará as políticas de segurança e agenda de política externa com o Presidente do Conselho.

Torna-se difícil compreender se o Presidente do Conselho é mais que um mero *Chairman*, pois possui um conjunto de poderes relevantes e com uma agenda bem estruturada, podendo ser uma figura importante para desbloquear eventuais entraves ao nível da U.E, bem como fazer a sua representação nas cimeiras internacionais de topo. Porém, o facto de ser um presidente sem voto no Conselho induz-lhe mais um ar de autoridade do que propriamente um poder de destaque. A figura balança entre o topo das instituições (um presidente europeu) e uma mera figura administrativa e protocolar, à margem dos grandes poderes e conduzido por interesses mais fortes.

Embora retire dos Estados-Membros e dos seus líderes a competência de acolher e presidir as cimeiras do Conselho Europeu, as presidências continuarão a assegurar os interesses do Estado passando a estar coordenadas em trios. Contudo, com duas agendas externas vai ser difícil prever quem assegurará a representação externa da União surgindo a imagem que existem não dois mas quatro palcos, quatro presidentes com a possibilidade de representar a U.E no plano externo e de manifestar as suas posições sobre a construção europeia.

Foram desta forma estabelecidos os padrões que determinam as competências executivas e a esfera de influência e posicionamento da nova figura. Como a U.E não é um Estado nunca irá

¹⁸⁴ Friederichs, Jorg (2005). *European Approaches to International Relations Theory – A house with many mansions*, Routledge, New York.

alterar o seu sistema político para os moldes de um sistema presidencialista, no entanto a própria teoria de presidencialização não defende uma troca de modelo ou mudança mas sim, como foi anteriormente demonstrado, uma metamorfose do próprio sistema de relações que passa a operar em moldes mais centralizados. Evidencia-se no case study que existem também tendências para uma centralização e para uma apropriação de competências que tornou pertinente expandir a teoria da presidencialização política a um caso institucional. É notório que o sistema mudou e se encontra ainda em transformação, no entanto não será fácil prever quem se irá apropriar da liderança política do projecto Europeu, se o presidente do Conselho se o presidente da Comissão.

As cimeiras encontraram um novo centro e um novo presidente ao lado das restantes instituições. E Bruxelas deu mais um passo no estabelecimento de um novo centro político.

Conclusão

O último ponto do trabalho tem como objectivo ser o passado, o presente e o futuro desta investigação onde, através da análise dos resultados obtidos, se pretende fazer uma retrospectiva crítica da metodologia utilizada, problematizando e questionando possíveis linhas de investigação.

O primeiro pilar, a europeização apresenta-se como um fenómeno complexo e amplamente debatido pela comunidade académica internacional, com a optimização das principais linhas de debate em exemplos práticos como o mosaico e pirâmide de europeização ou o sistema aberto tripartido. Esta sistematização indicou que a União Europeia dispõe de amplos mecanismos que permitem alterar a sua relação com os seus Estados-Membros, por outro lado estes mesmos Estados possuem formas e mecanismos para influenciar ou cooperar bilateralmente ou multilateralmente com os seus parceiros na União. Em segundo lugar a europeização não se restringe aos limites fronteiriços do espaço da U.E, aliás este espaço de cooperação política e económica encontra-se em expansão e tem vindo progressivamente a sofrer alterações, como nos provam as políticas de alargamento. Para além já referido processo tripartido, entre o que é influenciado ou o que influencia e o que se partilha entre os diferentes Estados, a europeização tornou-se um processo complexo que arrastou os efeitos para lá das fronteiras das suas fronteiras, enfrentando um problema epistemológico sobre o qual se torna difícil delimitar enquanto conceito e depreender a medida e a extensão dos seus efeitos e das suas dinâmicas, tornando-se complicado estabelecer uma barreira conceptual entre europeização e os restantes factores da mudança política e social, como as consequências dos processos de modernização internos das estruturas estatais ou os efeitos decorrentes de processos mais amplos ligados à globalização.

No entanto os seus efeitos revelaram um impacto e relação profundos com o processo de integração europeia tornando-se um elemento chave para compreender a possibilidade de existência de um sistema político europeu através dos seus canais diplomáticos e institucionais que arquitectaram as grandes mudanças no espaço da U.E. Este complexo conjunto de práticas, o carácter supranacional de algumas medidas e o aprofundamento das instituições políticas europeias alicerçado na confiança dos povos Europeus e na legitimidade do Parlamento e das demais instituições comunitárias são, para Simon Hix, elementos que justificam a existência de um sistema político próprio. Esta visão rompe com os conceitos clássicos acerca da ideia de Estado que a História e a Ciência Política ajudaram a construir.

Se existe um sistema político europeu poderá este sentir os efeitos da presidencialização política que Poguntke e Webb provaram no seu estudo? Ao nível dos estados nacionais, a partir do

conjunto de informações recolhidas do estudo base, actualizadas e confrontadas com o peso da crítica depreende-se que as competências formais e informais a par da visibilidade dos primeiros-ministros dentro e fora do Espaço da U.E tem vindo a aumentar. É este carácter que entre as novas dinâmicas de mobilidade e fenómenos de transformação ou metamorfoses, como foram descritos, trouxeram consigo uma nova lógica de competição política marcada por novas disputas de poder dentro e fora dos Estados nacionais, ou seja, e mantendo a lógica apresentada no processo de europeização - o que é influenciado de um ponto de vista *Top Down* não poderá ser influenciado de um perspectiva *Bottom-Up* ? Estarão as instituições Europeias ou até mesmo todo o sistema sujeitos aos mesmos efeitos? Reféns dos balanços de poder dos Estados-nacionais, as suas elites ou partidos políticos ou progressivamente a aliciar e atrair para os corredores de Bruxelas parte desta elite, deste poder de decisão, provocando rupturas e mudanças no interior dos Estados-nacionais.

Ao sentir que os planos teóricos I e II, europeização e presidencialização, que tão improváveis e incompatíveis se apresentaram à observação perene, começavam progressivamente a encontrar elementos de ligação e convergência, a concepção do ponto 2.3 ganhou um novo folgo. A problematização de uma nova face, diplomática, atribui um novo ângulo de investigação à teoria de presidencialização política, considerando que sobre a figura do Primeiro-ministro paira a União Europeia enquanto motor político e enquanto plataforma de negociação e debate. Estes dois elementos são demasiado amplos e complexos para que sejam encerrados na proposta apresentada. Se a questão não tivesse sido posta todos os fenómenos apresentados no ponto 2.3 seriam apenas mais uma competência no amplo dossier de novas funções e poderes que compõem a face executiva ou sobre uma causa, a internacionalização política. Ao deixar em aberto nestas linhas de investigação a possibilidade de uma nova via e ao estabelecer uma nova forma de olhar a relação entre Primeiros-ministros e instituições europeias verificou-se que existe uma forte tendência para que as presidências rotativas do Conselho, do Parlamento e da Comissão sejam presididas por figuras que ou tinham exercido ou exerciam, até assumir o cargo, as funções de primeiros-ministros.

Este argumento capta um novo movimento nas elites europeias, como uma peça a ter em consideração num debate actual e que tem vindo a emergir na academia nacional. Assim sendo, quando observamos os movimentos nas carreiras dos primeiros-ministros europeus no contexto da União Europeia não deve ser omissa que a função e extensão das suas funções se restringem a uma dimensão nacional, marcada pelas disputas internas pelo partido, pelo gabinete e pelo governo. No caso da União Europeia, tal como a informação empírica demonstrou, um político que se tornar primeiro-ministro possui uma forte possibilidade de ser chamado à responsabilidade de presidir a

uma das instituições europeias, liderando por seis meses o “trio”, ou apenas de estar presente ao nível do Conselho Europeu num plano de representação singular do Estado-membro que lidera. Neste último caso é também importante compreender a influência da figura sobre a instituição e não apenas da instituição sobre a figura, ou seja, de que forma os factores de liderança política e a natureza do jogo de forças ou da balança de poderes vivida ao nível do Conselho permitirá a um primeiro-ministro influenciar, ser influenciado ou adoptar características idênticas aos seus pares.

No âmbito desta investigação novos conhecimentos foram adquiridos e novas questões são lançadas. Em primeiro lugar a função do primeiro-ministro não se encerra ao horizonte nacional, as presidências contribuíram para potenciar mediaticamente a figura do primeiro-ministro durante e após o seu exercício de funções através de um processo de internacionalização, materializado por vezes na mensagem política do líder nacional durante a presidência rotativa da União Europeia. Este recente movimento no seio das elites políticas dos países da U.E promove movimentos de competição interna, a nível dos cargos de presidência relativos ao Conselho Europeu e demais instituições levantando a questão de como seleccionar quem preside as instituições Europeias. Na ausência de uma escolha verdadeiramente democrática, como tentar compreender que pesos são predominantes na selecção dos cargos apresentados? Serão os argumentos realistas nos quais os grandes poderes Europeus exercem um peso dominante nesta escolha será a balança de poderes entre partidos políticos com assento no parlamento Europeu, o baixo relevo político que não ofusque as chancelarias nacionais, os gabinetes, as figuras que ocupam os corredores de Bruxelas. A verificar-se esta transferência de poder qual será a magnitude da deslocação de competências em direcção de Bruxelas? E com que autonomia se assume a construção de um motor político de onde ressaltam as primeiras nuances de um ainda longínquo projecto federalista.

Em relação à U.E como objecto de Estudo, após dissecar parte da sua teia complexa de instituições, actores e normas, sobressai a ideia de um verdadeiro mosaico Europeu onde os particularismos e detalhes de cada região nacional são importantes para compreender os detalhes da grande imagem que é a região Europeia. A percepção do detalhe é essencial devido ao carácter de constante mudança marcado por alterações por vezes repentinas e que caminham sobre uma linha ténue que separa a necessidade de expandir o projecto europeu de um lado e de o encerrar sobre os traços de uma mera união económica. Acerca da complexidade e da mudança abrupta é importante lembrar o contexto que a dissertação acompanhou. O estudo apresentado nunca ambicionou cair sobre a falácia de que a sua mensagem seria permanente ou poderia influenciar profundamente a construção académica e teórica dos assuntos abordados. Aliás estudar e escrever sobre a união

européia demonstrou o quão complexa é esta organização regional e que na profundidade das suas múltiplas instituições, actores e mecanismos de decisão, a mais pequena instabilidade nacional (Não da Irlanda ao Tratado de Lisboa) pode influenciar toda uma cadeia de decisões comunitárias da mesma forma que uma alínea de um acordo assinado num gabinete de Bruxelas pode despoletar um conjunto de acções dispersas ou localizadas em determinadas regiões europeias (determinados pontos da Política Agrícola Comum).

O contexto cronológico espacial e temporal que acompanhou o nascimento, formalização e construção da ideia deste projecto é um aspecto importante para uma revisão coerente do percurso seguido. As primeiras leituras e o esboço da estrutura apresentada surgiram após o contacto directo com uma situação de vazio de poder na política italiana sucedida pelo governo de Silvio Berlusconi em Maio de 2008, que fora dos casos abordados o mais vincado em termos de presidencialização política. Outro aspecto de relevo está relacionado com o permanente sentimento de mudança que paira sobre a construção europeia. As primeiras linhas e grande parte do corpo teórico/metodológico do trabalho foram formalizados antes da aprovação do Tratado de Lisboa. Sem a confirmação de que o Tratado seria aprovado, a estrutura, parte da pertinência e actualidade correram risco, num período (2009) marcado por uma nuvem de incertezas e especulações criadas quer pela presidência checa da U.E quer pelo não Irlandês em referendo nacional que ameaçaram a estrutura metodológica. À medida que a neblina se dissipava a estrutura ia obtendo as suas pequenas vitórias. Outro factor está relacionado com a instabilidade política que vive o governo Belga, a saída de Herman Van Rompuy para ocupar o cargo de Presidente do Conselho Europeu pôde acentuar três anos de crise política e pôr termo a onze meses de uma difícil estabilidade governativa, confirmando os efeitos identificados no âmbito da face diplomática.

O próximo passo irá tentar apurar a necessidade de afinar os indicadores apresentados.

Quando analisamos este tipo de figura tentamos compreender os movimentos; se voltou à carreira política nacional após uma experiência de internacionalização e, caso tenha voltado que hierarquia ocupou. Qual o impacto de uma experiência de internacionalização no portfolio de carreira de um político que é, aos olhos na opinião pública, visto como um movimento. As limitações temporais não permitiram aprofundar estas linhas de investigação que possivelmente contribuiriam para uma visão mais clara da figura em estudo no entanto, estas linhas de investigação não foram deixadas de lado e ficam em aberto à procura de uma resposta futura.

Para além dos indicadores os argumentos escolhidos, Europeização e não globalização, presidencialização e não constitucionalização ou federalização, revelaram eficácia e flexibilidade cumprindo os objectivos estabelecidos e apontando novas linhas de investigação.

Destaca-se ainda a capacidade em interpretar sistematizar e desenhar grandes linhas teóricas o mosaico e pirâmide de europeização, sistema aberto tripartido, capacidade de leitura e interpretação do plano teórico e sua passagem, para um plano visual onde as formas geométricas que permitiram simplificar a mensagem dos autores e fornecer uma visão transversal que integra e compara múltiplas visões de diferentes autores sobre determinado conceito.

Ainda sobre o patamar da inovação é importante questionar quais foram as novas linhas de investigação introduzidas e campos de estudo. Em primeiro lugar surge a possibilidade de actualizar a teoria de elites relativamente à figura do primeiro-ministro em contexto da União Europeia mais importante do que saber quem é, que profissão exercia e que cargos desempenhou. Numa busca incerta para encontrar uma génese ou um perfil tipo de quem governa, poderá ser mais relevante e pertinente problematizar que novos rumos existem para os primeiros-ministros durante e após as suas funções que portas abriram os fenómenos da internacionalização política resumidos na possibilidade de existência de uma face diplomática, e se a natureza desta internacionalização envolve uma deslocação temporária ou permanente. Poder avaliar o vazio de poder deixado por estas figuras durante ou após a ascensão à liderança das instituições comunitárias – compreender quem sucede e qual o impacto de uma saída abrupta na estabilidade governativa ao ponto causar crises políticas nacionais, rupturas internas que forçam à competição inesperada as elites de determinado partido ou crises de governação.

Por outras palavras se a liderança e a figura de um primeiro-ministro constituem um pilar para a estabilidade democrática dos sistemas parlamentaristas e semi-presidencialistas.

No âmbito das novas linhas de Estudo destaca-se a possibilidade de criar novos balanços e comparações entre organizações regionais, elites e instituições políticas. Justificado na capacidade da U.E num plano particular, e das demais organizações regionais num plano alargado, em criar instituições e aprofundar mecanismos de contacto e de decisão política.

Se o século XX trouxe consigo o nacionalismo e o sistema democrático, poderá o século XXI trazer consigo a ocupação dos espaços geográficos em organizações de cariz regional e assegurar a herança democrática, ou as progressivas transferências de poder decisão para centros mais afastados dos palcos nacionais e das suas regiões afastam os povos da democracia

participativa à mediada que as decisões de peso se afastam também. É neste aspecto que sobressaem críticas à legitimidade de Tratados como o de Lisboa ou a selecção de um Presidente Europeu, decisões que são tomadas em câmara onde nem todos os Estados parecem projectar de igual forma a sua voz.

Os temas da europeização e da presidencialização, como base para o caso de Estudo demonstraram a complementaridade e flexibilidade essenciais para o abordar. Valores de coesão, estabilidade e integração europeia nem sempre coincidem com as vontades dos partidos políticos europeus ou nacionais, com os interesses das chancelarias ou até mesmo com linha política dos chefes de governo. Um presidente permanente enfrenta desta forma factores de competência externa e interna sem nos retirarmos do espaço da União Europeia. Terá um importante desafio para redefinir a sua posição e a posição do Conselho perante a moldura institucional, da mesma forma que percorrerá as principais capitais europeias sempre que um consenso tiver que ser procurado. Em suma, poderá a escolha da figura de presidente a nível do Conselho Europeu revelar qual a verdadeira balança de poderes ao nível do processo de decisão da U.E? Ou seja, se os motivos que fundamentam a sua escolha podem ser movidos pelos interesses nacionais, pelo equilíbrio de poderes no Conselho Europeu, por um directivo restrito de potências europeias ou por um conjunto de pré-requisitos que fundamente esta nova dinâmica de competição interna ao nível das elites políticas da União Europeia.

Levanta-se desta forma uma última questão - o que prepara a Europa à luz do Tratado de Lisboa? O conjunto de inúmeras conferências internacionais e nacionais que o tratado originou e que houve possibilidade de acompanhar, salienta que a Europa prepara mais um novo barco do que propriamente um novo rumo.

É sobre este aspecto que é necessário compreender as principais linhas de debates e desafios que instituições, estados-membros e cidadãos terão que enfrentar.

Como principais linhas de debate encontram-se a ausência de legitimidade muitas vezes comparada aos défices democráticos europeus e nacionais que crescem lado a lado mas agem como se estivessem “divorciados”, a proeminência do debate económico sobre o debate político, o crescente choque de culturas que reaviva a doutrina do choque de civilizações. A pressão das políticas de alargamento torne urgente a necessidade de uma reforma institucional, fazendo oscilar a balança de poderes internos. Esta é uma União que enfrenta uma nova Rússia e a possibilidade de um divórcio transatlântico.

Estabelecem-se fronteiras que delimitam e balançam uma Europa e uma União Europeia entre as necessidades reais e uma construção ideal.

Para além das “questões” pairam sobre a literatura os “enigmas” da construção europeia, o dilema entre o gigante económico e o anão político lembrado por Guilherme d’Oliveira Martins, a encruzilhada entre uma união económica e a essência de um projecto federal materializado na ideia de Estados Unidos da Europa de Churchill e recordado, quer à esquerda quer à direita, desde Mário Soares a Francisco Lucas Pires. A procura de uma ideia de Europa como refere Georges Steiner ou a construção abstracta e artificial de uma carta de valores comuns como o tentaram e fracassaram os apologistas do Tratado Constitucional Europeu.

Quanto à resposta à pergunta de partida: existe uma presidencialização do sistema político europeu? Paira no ar a dúvida sobre quem (dos quatro presidentes europeus apresentados) poderá exercer esta função, e até mesmo se a natureza individual dos Estados-nacionais reflectida no peso das suas chancelarias bloqueará qualquer tentativa de centralização. O Conselho Europeu é um palco imprevisível e será sempre sobre este fórum que agora se institucionalizou que os Chefes de Estado e de Governo da U.E jogarão as suas cartas mais fortes, tornando-se impossível prever se a figura do Presidente do Conselho Europeu presidirá algum dia o destino político dos cidadãos Europeus. Serão necessários mais dias para tentar encontrar respostas para os temas anteriores e mais dias ainda para compreender o impacto do Tratado Lisboa na estrutura política e institucional dos Estados-membros e da própria União Europeia. No entanto a estrutura inicial fica registada e só o tempo dirá se, como os líderes nacionais, este novo ‘líder permanente’ evoluirá sob o signo da metamorfose¹⁸⁵.

Relembro Samuel P. Huntington: as três vagas de democratização que idealizara há duas décadas atrás indicam três fases em que a democracia avançou sobre as tendências autoritárias. Como duas das três vagas sofreram retrocessos, a pertinência do estudo de Huntington indica-nos que a democracia poderá ter um carácter cíclico e como tal, estar atento aos processos e dinâmicas de centralização torna-se um exercício necessário, um exercício de atenção.

¹⁸⁵ Consultar Caderno de Anexos (p.157) Figura 6

Fontes e Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas

ALMOND, Gabriel A. (2009). *European Politics Today*, Longman, London.

BACHE, Ian, GEORGE (2006). *Politics In The European Union*, Oxford University Press, Oxford.

BARROSO, Durão (2005). *A União Europeia e Portugal: A Actualidade e o futuro*, Edições Almedina, Coimbra.

BRANCO, Rui Miguel Carvalhinho, ALMEIDA, Pedro Tavares de (2007). *Burocracia, Estado e Território - Portugal e Espanha, Séculos XIX-XX*, Livros Horizonte, Lisboa.

BROMLEY, Simon (2001). *Governing the European Union*, SAGE Publications, London.

BURGESS, Michael (2000). *Federalism and European Union: Building of Europe*, Routledge, New York.

CANNIZZARO, Enzo (2002). *The European Union as an Actor in International Relations*, Kluwer Law International, The Hague.

CARAMELO, Sérgio (2007). *União Europeia, Fronteira e Território*, Campo das Letras, Porto.

CERUTTI, Furio, LUCARELLI, Sonia (2008). *Search For A European Identity, Values, Policies And Legitimacy Of The European Union*, Routledge/Garnet, Bologna.

CINI, Michelle, BORRAGAN, Nieves Pérez-Solozzano (2009). *European Union Politics*, Oxford University Press, New York.

COVAS, António M. A.(2002). *A União Europeia e os Estados Nacionais*, Celta, Oeiras.

CUNHA, Paulo Pitta e (1996). *A União Europeia na Encruzilhada*, Edições Almedina, Coimbra.

CURTIN, Deidre (2009). *Executive Power in the European Union: Law, Practice, and Constitutionalism (The Collected Courses of the Academy of European Law)*, Oxford University Press, New York.

DOUILLET, Anne-Cécile, HZRTIER Adrienne (2001). *Differential Europe: The European Union Impact on National Policymaking*, Rowman and Littlefield.

DOWDING, Keith, DUMONT, Patrick (2009). *The Selection of Ministers in Europe Hiring and Firing*, London and New York.

EECKHOUT, Piet (2004). *External Relations of the European Union – Legal and Constitutional Foundations*, Oxford University Press, New York.

ELGSTORM, Ole (2005). *European Union Negotiations, Processes Networks and Institutions*, Routledge, New York.

FABBRINI, Sergio (1999). *Il Principe Democratico: La leadership nelle democrazie contemporanee*, Editori Laterza, Roma.

FABBRINI, Sergio (2005). *Democracy and Federalism in the European Union and the United States: Exploring Post-National Governance*, Routledge, Oxford.

FABBRINI, Sergio (2007). *Italy in the European Union: Redefining National Interest in a Compound Polity*, Rowman & Littlefield Publishers, Inc. , Lanham.

FABBRINI, Sergio (2010). *Compound Democracies: Why the United States and Europe are Becoming Similar*, Oxford University Press, Oxford.

FABBRINI, Sergio, SEGATTI, Paolo (2005). *Italian Politics*, Berghahn Books, Oxford.

FERNANDES, António José (1998). *União Europeia e Mercosul*, Universidade do Minho, Braga.

FIGUEIRA, António (2004). *Modelos de Legitimação da União Europeia*, Principia, Parede.

FRIEDERICS, Jorg (2005). *European Approaches to International Relations Theory – A house with many mansions*, Routledge, New York.

FONTAINE, Pascal (1998) *A construção Europeia de 1945 aos Nossos Dias*, Gradiva Publicações.

GAFFNEY, John (1996). *Political Parties and the European Union*, Routledge, New York.

GILLINGHAM, John (2003). *European Integration, 1950-2003: Superstate or New Market Economy?*, Cambridge University Press, Cambridge.

GLENCROSS, Andrew (2010). *EU Federalism and Constitutionalism: The Legacy of Altiero Spinelli*, Lexington Books, Lanham.

HENF, Kenneth, SOTENDORP, Ben, (1998). *Adapting to European Integration: Small States and the European Union*, Longman Publishing Group.

HERR, Richard (1996). *European Integration and American Federalism: a Comparative perspective*, University of California Publishers.

HIX, Simon (2005). *The Political System of the Euroepan Union*, Palgrave Macmillan, New York.

JUNQUEIRA, Bráulio (2008). *A Institucionalização Política da União Europeia*, Edições Almedina, Coimbra.

KAGAN, Robert (2004). *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order*, Vintage, Toronto.

KHANNA, Parag, In: *The Second World: Empires and Influence in the New Global Order*, Random House, New York, 2009, p.12.

KLINGEMANN, Hans-Dieter (2007). *The State of Political Science in Western Europe*, Barbara Budrich Publishers, Portland.

LOBO-FERNANDES, Luis, CAMISÃO, Isabel (2005). *Construir a Europa – O processo de integração entre a teoria e a história*, Principia, Parede.

MACALLISTER, Richard (1997). *From European Community to European Union: An historical and political survey*, Routledge, New York.

MAIR, Peter (2005). *Party system change: approaches and interpretations*, Oxford University Press, New York.

MAIOR, Paulo Vila (2007). *O Dédalo da União Europeia: Entre integração e desintegração*, Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto.

MALMBORG, Mikael, STRATH, Bo (2002). *The meaning of Europe: variety and contention within and among nations*, Berg Publishers.

MARTINS, Guilherme de Oliveira (2003). *Que Constituição para a União Europeia – Análise do projecto da Convenção*, Gradiva Publicações, Lisboa.

MENON, Anad, SHAIN, Martin (2006). *Comparative Federalism – The European Union and the United States in comparative perspective*, Oxford University Press, New York.

MORGAN, Glyn (2005). *The Idea of a European Superstate: Public justification and european integration*, Princeton University Press, New Jersey.

MOSER, Peter, SCHNEIDER, Gerald, KIRCHGÄSSNER (2000). *Decision Rules in the European Union*, Pallgrave MacMillan, Hampshire.

NICOLAIDIS, Kalypso, HOWSE, Robert (2003). *The Federal Vision – Legitimacy and levels of governance in the United States and the European Union*, Oxford University Press, New York.

NP 405-1 (1994). *Norma Portuguesa para referências bibliográficas: Documentos impressos*. Instituto Português da Qualidade, Ministério da Indústria e Energia. Lisboa.

NP 405-2 (1998). *Norma Portuguesa para referências bibliográficas: Parte 2: Materiais não livro*. Instituto Português da Qualidade, Ministério da Indústria e Energia. Lisboa.

NP 405-3 (2000). *Norma Portuguesa para referências bibliográficas: Parte 3: Documentos não publicados*. Instituto Português da Qualidade, Ministério da Indústria e Energia. Lisboa.

NP 405-4 (2002). *Norma Portuguesa para referências bibliográficas: Parte 4: Documentos electrónicos*. Instituto Português da Qualidade, Ministério da Indústria e Energia. Lisboa.

NUNES, Isabel Ferreira, TEIXEIRA, Nuno Severiano, RODRIGUES, José Cervaes (2000). *O Interesse Nacional e a Globalização*, Edições Cosmos, Sintra.

ORBIE, Jan (2009). *Europe's Global Role, External Policies of the European Union*, Ashgate Publishing Company, Farnham.

ORBIE, Jan, TORTTEL, Lisa (2009). *The EU's Role in the World and the Social Dimension of Globalisation (Europe in the World)*, Routledge, New York.

PAGDEN, Anthony (2002). *The Idea of Europe – From Antiquity to the European Union*, Woodrow Wilson Center Press, Washington.

PAPPI, Franz Urban (2009). *European Union Intergovernmental Conferences: Domestic Preference Formation, Transgovernmental Networks and the Dynamics of Compromise*, T&F Books, London.

PÉREZ-BUSTAMANTE, Rogelio, COLSA, Juan Manuel Uruburu (2004). Coimbra Editora, Coimbra.

- PINTO, António Costa, TEIXEIRA, Nuno Severiano (2005). *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- QUADROS, Fausto (2010). *Direito da União Europeia*, Edições Almedina, Coimbra
- RAMOS, Vânia Costa (2009). *Ne Bis Idem e União Europeia*, Coimbra Editora, Coimbra.
- REBORDÃO, Manuela (2005). *Os Desafios da União Europeia na Actualidade*, Vida Económica, Porto
- RIFKIN, Jeremy (2005). *The European Dream: How Europe's vision of the future is quietly eclipsing the American dream*, Tarcher, Cambridge.
- ROCHA, Isabel (2010). *Tratados da União Europeia*, Porto Editora, Porto.
- ROQUE, Miguel Prata (2005). *O Ministro dos Negócios Estrangeiros da União na Constituição Europeia – A Caminho de uma Política Externa Europeia?*, Edições Almedina, Coimbra.
- ROSAMOND, Ben (2000). *Theories of European Integration*, Palgrave MacMillan, New York.
- RUMFORD, Chris (2002) *The European Union, A Political Sociology*, Blackwell Publishing, Padstow,.
- SANDE, Paulo de Almeida (1994). *Fundamentos da União Europeia*, Edições Cosmos, Sintra.
- SANDE, Paulo de Almeida (2000). *O Sistema Político na União Europeia*, Principia, Parede.
- SCHNEIDER, Gerald, BALTZ, Konstantin (2003). *The Power of Specialization: How Interest Groups Influence EU Legislation*, Rivista di Politica Economica Jan.-Feb.
- SOARES, Andreia Mendes (2006). *União Europeia: que modelo político? A actualidade do modelo comunitário*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- SOARES, António Goucha (2006). *A União Europeia*, Edições Almedina, Coimbra.
- SOETENDROP, Ben (1999). *Foreign Policy in the European Union: Theory, History and Practice*, Addison Wesley Longman.
- STEINER, George (2005) *A Ideia de Europa*, Gradiva Publicações, Lisboa.

STEINMO, Sven, KOPSTEIN (2008). *Growing Apart? America and Europe in 21st Century*, Cambridge University Press.

STEVENS, Anne, STEVENS, Handley (2000). *Brussels Bureaucrats? The administration of European Union*, Palgrave MacMillan, New York.

STOCK, Maria José. (2005). In: *Velhos e Novos Actores Políticos. Partidos e Movimentos Sociais*, Universidade Aberta, Lisboa

TALLBERG, Jonas (2006). *Leadership and Negotiation in the European Union*, Cambridge University Press, New York.

THOMSON, Robert, STOKMAN Frans, ACHEN Christopher, KÖ, Thomas (2006). *The European Union Decides (Political economy of institutions and decisions)*, Cambridge University Press, Cambridge.

TOMMEL, Ingeborg, VERDUN Amy (2008). *Innovative Governance in European Union: The politics of multi-level policymaking (studies on European polity)*, Lynne Rienner Publishers.

TSOUKALIS, Loukas (2003) *What Kind of Europe ?* Oxford University Press, Oxford.

USHER, J.A (2000). *State of the European Union, Structure, Enlargement and Economic Union*, Pearson Education Limited.

VALENTINI, Chiara (2008) *Promoting the European Union*, DM VERLAG DR. MULLER AKTIENGESELLSCHAFT & CO.

VAUBEL, Roland (2009). *The European Institutions As An Interest Group: The Dynamics of Ever-closer Union*, Institute of Economic Affairs.

VERHOFSTAD, Guy, (2006) *Estados Unidos da Europa*, Gradiva Publicações Lisboa.

WERTS, Jan (2008). *The European Council*, John Harper Publishing.

WOOD, Steve, QUAISSER Wolfgang (2007). *The New European Union Confronting the Challenges of Integration*, Lynne Rienner Publishers.

ZIELONKA, Jan (2002). *Europe Unbound: Enlarging and Reshaping the Boundaries of the European Union*, Routledge, New York.

ZIELONKA, Jan (2007). *Europe as empire: The nature of the enlarged European Union*, Oxford University Press, New York.

Working Papers

ANDERSEN, Svein S. (2003). *The Mosaico f Europeanization An Organizational perspective on National Re-contextualization*, Arena Working Papers (online), Oslo.

BACHE, Ian (2008). *Europeanization and multi-level governance: Empirical findings and conceptual challenges*, Arena Working Papers (online), Oslo.

BARISIONE, Mauro (2009). *Valence Image and the Standardisation of Democratic Political Leadership*, SAGE Publications, Nova Iorque.

BARTOLINI, Stefano (2006). *A Comparartive Political Approach to the EU Formation*, Arena Working Papers (online), Oslo.

BÉLANGER, Éric (2004) *Antipartyism and Third-Party Vote Voice: A Comparasion of Canada, Britain, and Australia*, Comparative Political Studies, SAGE Publications, Nova Iorque.

BENDIEK, Annegret (2006). *Cross-Pillar Security Regime Building in the European Union: Effects of the European Security Strategy of December 2003*, European Integration online Papers, Berlin, September.

BESSON, Samantha (2004). *Sovereignty in Conflict*, European Integration online Papers, Geneva.

BICCHI, Federica (2003). *Defining European Interests in Foreign Policy: Insights from the Mediterranean Case*, Arena Working Papers (online) Oslo.

BIELER, Andreas (2003). *European integration and Eastward enlargement: the widening and deepening of neo-liberal restructuring in Europe*, University of Nottingham, Nottingham, Queen's Papers on Europeanization.

BIRKINSHAW, Patrick (2003). *Supranationalism, the Rule of Law and Constitutionalism in the Draft Union Constitution*, University of Hull, Hull, Queen's Papers on Europeanization.

BLOM, Tannelie, RADULOVA, Elissaveta, ARNOLD, Christine (2008). *Theorizing Modes of Governance in the EU: Institutional Design and Informational Complexity*, European Governance Papers, Vienna.

BOHMAN, James (2007). *Democratizing the Transnational Polity – The European Union and the Presuppositions of Democracy*, RECON Online Working Paper, Oslo.

BORRÁS, Susana (2007). *The European Commission as Network Broker*, European Integration online Papers, Roskilde.

BORZEL, Tanja A. (1997). *What's So Special About Policy Networks? – An Exploration of the Concept and Its Usefulness in Studying European Governance*, European Integration online Papers, Firenze.

BORZEL, Tanja, A. (2003). *Shaping and Taking EU Policies: Member State Responses to Europeanisation*, Queen's Papers on Europeanization, Heidelberg.

BORZEL, Tanja (2001). *Pace-Sitting, Foot-Dragging, Fence Sitting. Member State Responses to Europeanization*, Queen's Papers on Europeanization, Firenze.

BRANDSMA, Gijs Jan (2007). *Accountability deficits in European "Comitology" decision-making*, European Integration online Papers, Utrecht.

BULMER, Simon J. RADAELLI, Cláudio M. (2004). *The Europeanisation of National Policy*, Queen's Papers on Europeanization, Belfast.

BULMER, Simon J. (1997). *New Institutionalism, The Single Market and EU Governance*, Arena Working Papers (online), Oslo, 1997

CAMPUS, Donatella (2010). *Mediatization and Personalization of Politics in Italy and France: The Cases of Berlusconi and Sarkozy*, The International Journal of Press/Politics, SAGE Publications, Nova Iorque.

CHECKEL, Jeffrey T. (2006). *Constructivist approaches to European integration*, Arena Working Papers (online), Oslo.

CHRISTIANSEN, Thomas (2005). *Towards Statehood? The EU's move towards Constitutionalisation and Territorialisation*, Arena Working Papers (online), Oslo.

CITI, Manuele, RHODES, Martin (2007). *New Modes of Governance in the EU: Common Objectives versus National Preferences*, European Governance Papers, Vienna, 2007

CONZELMANN, Thomas (1998). *"Europeanisation" of Regional Development Policies? Linking the Multi-Level Governance Approach with Theories of Policy Learning and Policy Change*, European Integration online Papers, Mannheim.

CORBETT, Anne (2006). *Higher Education as a Form of European Integration: How Novel is the Bologna Process?*, Arena Working Papers (online), Oslo.

CROSS, William (2008). *Democratic Norms and Party Candidate Selection: Taking Contextual Factors into Account*, Party Politics, SAGE Publications, Nova Iorque.

CRUM, Ben (2008). *The EU Constitutional Process – A Failure of Political Representation?* RECON Online Working Paper, Oslo.

DETTERBECK, Klaus, (2005). *Cartel Parties in Western Europe?*, SAGE Publications, Nova Iorque

EGEBERG, Morten (2007). *European Government(s) Executive Politics in Transition?*, Arena Working Papers (online), Oslo, 2007

EGEBERG, Morten, SCHAEFER, Guenther F., TRONDAL, Jarle (2003) *The Many Faces of EU Committee Governance*, Arena Working Papers, Oslo.

EGEBERG, Morten, HESKESTAD, Andreas (2008). *The Denationalisation of the Cabinets in the European Commission A research note*, Arena Working Papers (online), Oslo.

EGEBERG, Morten (1998). *Transcending Intergovernmentalism? Identity and Role Perceptions of National Officials in EU Decision-Making*, Arena Working Papers (online), Oslo.

ELGSTRÖM, Ole (2007). *The European Union as a Leader in International Multilateral Negotiations – a Problematic Aspiration?*, International Relations, SAGE Publications, Nova Iorque.

ERIKSEN, Erik Oddvar, FOSSUM, John Erik (2007). *Europe in Transformation , How to Reconstitute Democracy?* RECON Online Working Paper, Oslo.

ERIKSEN, Erik Oddvar (2005). *Towards a Cosmopolitan EU?*, Arena Working Papers (online), Oslo, 2005

FALKNER, Gerda (2003). *Comparing Europeanisation Effects: From Metaphor to Operationalisation*, European Integration Online Papers, Vienna, 2003.

FALKNER, Gerda 1997). *Corporatist Governance and Europeanisation: No future in the Multi-level Game?* European Integration Online Papers, Vienna.

FOLLESDAL, Andreas, HIX, Simon (2005). *Why There is a Democratic Deficit in the EU: A Response to Majone and Moravcsik*, European Governance Papers, Vienna, 2005

FOLLESDAL, Andreas (2004). *Legitimacy Theories of the European Union*, Arena Working Papers (online), Oslo.

FOLLESDAL, Andreas (2000). *The Future Soul of Europe: Nationalism or just Patriotism? A Critique of David Miller's defence of Nationality*, Arena Working Papers (online), Oslo.

FOSSUM, Jon Erik (2001). *Identity-politics in the European Union*, Arena Working Papers (online), Oslo, 2001

GARETH, Davies, ROSTEK, Karolina (2006). *The impact of Union citizenship on national citizenship policies*, European Integration Online Papers, Groningen.

GAUS, Daniel (2008). *Legitimate Political Rule Without a State?*, RECON Online Working Paper, Oslo.

GAUS, Daniel (2008). *Legitimate Political Rule Without a State? An Analysis of Joseph H. H. Weiler's Justification of the Legitimacy of the European Union Qua Non-statehood*, Arena Working Papers (online), Oslo.

GHERGHINA, Sergiu (2009). *The Europeanization of National Political Parties, Power and Organizational Adaptation*. Party Politics, SAGE Publications, Nova Iorque.

GUEDES, Nuno (2009). *Quem lidera os governos europeus? A carreira dos primeiros-ministros (1946-2006)*, *Análise Social*, N°199, Lisboa.

HAVERLAND, Markus (2005). *Does the EU cause domestic developments? The problem of case selection in Europeanization research*, European Integration Online Papers, Leiden, 2005.

HOUTEN, Pieter van (2009). *Multi-Level Relations in Political Parties: A Delegation Approach*, Party Politics, SAGE Publications, Nova Iorque.

HOWELL, Kerry E. (2004). *Developing Conceptualisations of Europeanization: Synthesising Methodological Approches*, Queen's Papers on Europeanization, Belfast.

JOHANSSON, Karl Magnus (2008). *Chief Executive Organization and Advisory Arrangements for Foreign Affairs: The Case of Sweden*, SAGE Publications, Nova Iorque.

KASSIM, Hussein (2004). *European Integration Since the 1990s: Member States and the European Commission*, Arena Working Papers (online), Oslo.

KEATING, Michael (2002). *Plurinational Democracy in a Post-Sovereign Order*, Queen's Papers on Europeanization, Firenze, 2002.

KLEINE, Mareike (2008). *All Roads Lead Away From Rome? A Theory of Institutions in Europe*. European Decision Making, Rennes, 2008

KOHLER-KOCH, Beate (1999) *A Constitution for Europe?* Mannheimer Zentrum Fur Europaische Sozialforschung, Mannheim.

KOHLER-KOCH, Beate (2005) *European governance and syztem integration*, European Governance Papers, Vienna.

KOHLER-KOCH, Beate (1997). *The Euopen Union Facing Enlargement: Still a system sui generis?*, Mannheimer Zentrum Fur Europaische Sozialforschung, Mannheim.

KOLLMAN, Ken (2003). *The Rotating Presidency of the European Council as a Search for Good Policies*, SAGE Publications, Nova Iorque.

LADRECH, Robert (2001). *Europeanisation and Political Parties: Towards a Framework for Analysis*, Queen's Papers on Europeanization, Keele.

LANGER, Ana Inés (2009). *The Politicization of Private Persona: Exceptional Leaders or the New Rule? The Case of the United Kingdom and the Blair Effect*, The International Journal of Press/Politics, SAGE Publications, Nova Iorque.

LEAL-ARCAS, Rafael (2004a). *The EC in the WTO: The three-level game of decision-making. What multilateralism can learn from regionalism*, European Integration online Papers, New York, September.

LEAL-ARCAS, Rafael (2004b). *The EC in the WTO: The three-level game of decision-making. What multilateralism can learn from regionalism*, European Integration online Papers, Chicago.

LEMPP, Jakob (2006). "Coreper enlarged" *How enlargement affected the functioning of Coreper*, University of Tecnology, Dresden.

LEWIS, Jeffrey (1998) *Problem-Solving Capacities of the Council: The Committee of Permanent Representatives and the Methods of Community*, Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung, Germany.

LEWIS, Jeffrey (2005). *The Janus Face of Brussels: Socialization and Everyday Decision Making in the European Union*, Cambridge University Press on behalf of the International Foundation.

LOBO, Marina Costa (2008). *Parties and Leaders Effects: Impact of Leaders in the Vote for Different Types of Parties*, Party Politics, SAGE Publications.

LODGE, Martin (2001). *From Varieties of the Welfare State to Convergence Regulatory State?* The “Europeanisation” of Regulatory Transparency, Queen’s Papers on Europeanization, London.

MAGNETTE, Paul, PAPADOPOULOS, Yannis (2008) *On the policization of the European consociation: A middle way between Hix and Bartolini*, European Governance Papers, Vienna.

MAIR, Peter (2005) *Popular Democracy and the European Union Polity*, European Governance Papers, Vienna.

MARCH, James G., OLSEN, Johan P. (2005). *Elaborating the “New Institutionalism”*, Arena Working Papers (online), Oslo.

MCGOWAN, Lee 2007. *Reeinforcing Europeanisation Assessing the significance and impact of the Recast Merger control Regulation*, Queen’s Papers on Europeanization, Belfast.

MENÉNDEZ, Agustín José (2002) *Exporting rights: The Charter of Fundamental Rights, membership and foreign policy of the European Union*, Arena Working Papers (online), Oslo.

MENÉNDEZ, Agustín José (2007) *The European Democratic Challenge*, RECON Online Working Paper, Oslo.

MENÉNDEZ, Agustín José Three conceptions of the European Constitution, Arena Working Papers (online), Oslo

MIKALSEN, Kjartan Koch (2009) *Regional Federalisation with a Cosmopolitan Intent*, RECON Online Working Paper, Oslo.

OLSEN, Johan P. (2001). *Reforming European Institutions of Governance*, Arena Working Papers (online), Oslo.

OLSEN, Johan P. (2002). *Towards a European Administrative Space*, Arena Working Papers (online), Oslo.

OLSEN, Johan P.(2005a). *Maybe it is time to rediscover bureaucracy?*, Arena Working Papers (online), Oslo.

OLSEN, Johan P.(2005b). *The institutional Dynamics of the Europe*, European University, Arena Working Papers (online), Oslo.

OLSEN, Johan P. (2005c). *The political organization of Europe: Differentiation and unification*, Arena Working Papers (online), Oslo.

O'MALLEY, Eoin (2007). *The Power of Prime Ministers: Results of an Expert Survey*, International Political Science Review SAGE Publications, Nova Iorque.

PFISTER, Thomas (2009). *Governing the knowledge society: Studying Lisbon as epistemic setting*, European Integration online Papers, Konstanz, 2009

RADAELLI, Claudio M. Whither (2000). *Europeanization? Concept stretching and substantive change*, European Integration Online Papers, Vol.4.

RAGIN, Charles C. (1989). *The Comparative Method Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*, University of California Press Berkeley and Los Angeles, California.

REH, Christine (2008). *Consensus, Compromise and "Inclusive Agreements": Arguing Across Levels in Complex Negotiations*, University of Oxford.

RIDDERVOLD, Marianne (2008). *Interests or Principles? EU Foreign Policy in the ILO*, RECON Online Working Paper, Oslo.

RONTOYANNI, Clelia, (2000). *A Russian-Belarussian "Union state": a defensive response to western enlargement?*, University of Glasgow, Glasgow.

SABEL, Charles F., ZEITLIN, Jonathan (2007). *Learning from Difference: The New Architecture of Experimentalist Governance in the European Union*, European Governance Papers, Vienna.

SHAW, Jo (2002). *Sovereignty at the Boundaries of the Polity*, Arena Working Papers (online), Oslo.

SJURSEN, Helene (2007). *"Doing Good" in the World ? Reconsidering the Basis of the Research Agenda on the EU's Foreign and Security Policy*, RECON Online Working Paper, Oslo.

SJURSEN, Helene, (1998) *Enlargement and the Common Foreign and Security Policy: Transforming the EU's External Policy?*, Arena Working Papers (online), Oslo.

SJURSEN, Helene, SMITH, Karen E. (2001). *The Logics Underpinning EU Enlargement*, Arena Working Papers (online), Oslo, 2001

SMISMANS, Stijn (2006). *New Modes of Governance and the Participatory Myth*, European Governance Papers, Vienna.

SMITH, Jason Matthew (2010). *Does Crime Pay? Issue Ownership, Political Opportunity, and the Populist Right in Western Europe*, SAGE Publications, Nova Iorque.

STANYER, James (2003). *Political Communication in Transition: Conceptualizing Change and Understanding its Consequences*, European Journal of Communication, SAGE Publications, Nova Iorque.

STEVENS, Anne (2002) *Europeanisation and the Administration of the EU: a Comparative Perspective*, Queen's Papers on Europeanization, Birmingham.

TORREBLANCA, José I. (2001). *Ideas, preferences and institutions: Explaining the Europeanization of Spanish Foreign Policy*, Arena Working Papers (online), Oslo.

TREIB, Oliver, BAHR, Holger, FALKNER, Gerda (2005). *Modes of Governance: A Note Towards Conceptual Clarification*, European Governance Papers, Vienna.

TRONDAL, Jarle (2002). *Why Europeanisation Happens – The Transformative Power of EU Committees*, Arena Working Papers (online), Oslo.

ULUSOY, Kivanç (2009). *The Changing Challenge of Europeanization to Politics and Governance in Turkey*, International Political Science Review, SAGE Publications, Nova Iorque.

VERKAUTEREN, Pierre (2001). *European Integration, and the Crisis of the State*, Queen's Papers on Europeanization, Mons, 2001.

VRIES, Catherine E. de (2007). *Sleeping Giant: Fact or Fairytale?: How European Integration Affects National Elections*, SAGE Publications, Nova Iorque.

WALKER, Neil (2007). *Taking Constitutionalism Beyond the State*, RECON Online Working Paper, Oslo.

WEIB, Wolfgang (2005). *Eastern Enlargement and European Constitutionalisation*, Queen's Papers on Europeanization, Bayreuth, 2005.

WIENER, Antje (2000). *Forging Flexibility – the British 'No' to Schengen*, Arena Working Papers (online), Oslo.

WILDE, Pieter de (2009). *Designing Politicization, How to control Mechanisms in National Parliaments Affect Parliamentary Debates in EU Policy-Formulation*, RECON Online Working Paper, Oslo.

WILDE, Pieter de, TRENZ, Hans-Jorg, (2009). *Denouncing European Integration, Euroscepticism as Reactive Identity Formation*, RECON Online Working Paper.

WITTE, Bruno de (2002). *Anticipating the Institutional Consequences of Expanded Membership of the European Union*, International Political Science Review, SAGE Publications, Nova Iorque.

WONK, Arndt, RITTBERGER, Berthold (2009). *How Independent are EU Agencies?*, RECON Online Working Paper, Oslo, 2009

ZEITLIN, Jonathan (2005). *Social Europe and Experimentalist Governance: Towards a New Constitutional Compromise?*, European Governance Papers, Vienna.

Arquivos

European Navigator - <http://www.ena.lu/>

European Research Papers Archive - <http://eiop.or.at/erpa/>

Centro de Informação Europeia Jacques Delors

EU Who is Who <http://europa.eu/whoiswho/public/>

CELEX - <http://eur-lex.europa.eu/en/index.htm>

Info-Points Europa - <http://www.welcomeurope.com/default.asp?id=22>

Centros de informação Europeia - <http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwhom0.inicio>

CORDIS - http://cordis.europa.eu/home_en.html

ECLAS – Catalogo da Biblioteca Central da Comissão Europeia <http://ec.europa.eu/eclas/F>

JOCE - <http://eur-lex.europa.eu/JOIndex.do?ihmlang=fr>

Instituições e Institutos

European Council Cabinet - Disponível em: <http://www.european-council.europa.eu/the-president/cabinet.aspx?lang=en> última consulta 03/01/2011

Instituto Português de Ciências Sociais - Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/instituto/>

Instituto Português de Relações Internacionais - Disponível em: <http://www.ipri.pt/>

Presidência Francesa da União Europeia - Disponível em: <http://ue2008.fr/>

Presidência Portuguesa 2007 – Disponível em: <http://www.eu2007.pt/>

Presidência Sueca da União Europeia 2009 - Disponível em:

http://www.se2009.eu/polopoly_fs/1.14649!menu/standard/file/The%20invitation.pdf

REPER Portugal - Disponível em: <http://www.reper-portugal.be/>

Jornais e Revistas Científicas

European Media Monitor - <http://emm.newsexplorer.eu/NewsExplorer/home/en/latest.html>

Foreign Affairs - <http://m.foreignaffairs.com/regions/Europe>

Foreign Policy - <http://www.foreignpolicy.com/>

La Repubblica - <http://www.repubblica.it/>

Público - <http://www.publico.pt/>

Caderno de Anexos

Índice

Lista de Acrónimos	140
Cronologia	142
Figura 1 – Mapa – O Crescimento Geopolítico Europeu	151
Figura 2 – Organograma 2: Estrutura da Presidência Permanente do Conselho Europeu	152
Figura 3 – Carta: Convite do Presidente Europeu Fredrik Reinfeldt	153
Figura 4 – O Palco individual da Presidência Rotativa	155
Figura 5 - Quem ‘aperta a mão’ em nome da União Europeia?	156
Figura 6 – Quatro ‘presidentes’ quatro ‘primeiros-ministros’	157
Gráfico -1- Presidentes do Conselho Europeu	158
Gráfico 2 – Evolução das Cimeiras do Conselho Europeu	159
Gráfico 3 – Carácter das Cimeiras do Conselho Europeu	159
Gráfico 4 - Presidências do Conselho Europeu	160
Gráfico 5 – Localização das Cimeiras do Conselho Europeu	161
Tabela 1 – Mosaico de Europeização	162
Tabela 2 – Estados-Membros quanto à forma de Governo	163
Tabela 3 – Estados-Membros quanto ao tipo de Parlamento	164
Tabela 4 – Presidentes do Parlamento Europeu	165
Tabela 5 – Presidentes da Comissão Europeia	166
Tabela 6 – Apuramentos Base de Dados das Cimeiras do Conselho Europeu : Questões Institucionais	167
Tabela 7 — Apuramentos Base de Dados das Cimeiras do Conselho Europeu: Questões Internacionais	170
Tabela 8 — Apuramentos Base de Dados das Cimeiras do Conselho Europeu: PESC	172
Tabela 9 - Apuramentos Base de Dados das Cimeiras do Conselho Europeu: Política Comunitária	176
Tabela 10 – Apuramentos Base de Dados das Cimeiras do Conselho Europeu: Orçamento Comunitário	180
Tabela 11 - Apuramentos Base de Dados das Cimeiras do Conselho Europeu: Justiça e Assuntos Internos	181
Tabela 12- Apuramentos Base de Dados das Cimeiras do Conselho Europeu: Outros Assuntos	183

Lista de Acrónimos

ACP - Países oriundos de África, Caraíbas e Pacífico

AMU – União do Magreb Árabe

ASEAN - Associação de Nações do Sueste Asiático

AUE - Acto Único Europeu

CE - Comunidade Europeia (substitui a CEE)

CIS - Commonwealth of Independent States

CSTO – Collective Security Treaty Organisation

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e Aço

CECS – (ver **OSCE**)

CED – Comunidade Europeia de Segurança e Defesa

CEN-SAD – Comunidade dos Estados do Sael e Saara

CIG – Conferência Intergovernamental

COMESA – Mercado Comum da África Oriental e Austral

COPS – Comité Político e de Segurança da U.E

COREU – rede da União Europeia para a comunicação entre Estados-membros e Comissão com o intuito de aumentar a cooperação no âmbito da política externa.

COREPER I – Representantes Permanentes junto à U.E responsáveis pela preparação e revisão técnica dos dossiers em negociação.

COREPER II – Chefes das Missões diplomáticas dos Estados-membros junto à U.E. responsáveis pela negociação de questões políticas económicas e diplomáticas.

EAC – Comunidade da África Oriental

ECCAS – Comunidade Económica dos Estados da África Central

ECOFIN – Conselho de Ministros de Economia e Finanças

ECOWAS – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

EEE – Espaço Económico Europeu

ERASMUS – Programa Comunitário para a mobilidade de Estudantes do Ensino Superior

G7/G8 – Grupo das oito maiores potências mundiais (EUA, Canadá, Grã-Bretanha , França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia).

IGAD – Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento

MERCOSUL – Mercado Comum da América do Sul

NAFTA – North American Free Trade Agreement

OEA – Organização de Estados Americanos

ONG's – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OPEC - Organização dos Países Produtores de Petróleo

PEPA – Programa de Investimentos Prioritários para a Adesão

PERIFRA – Fundo Comunitário para as Regiões Periféricas da União Europeia

PESC – Política Externa e de Segurança Comum

PESD - Política Europeia de Segurança e Defesa

REPER – Representação Permanente dos Estados-membros junto à UE

TIJ – Tribunal Internacional de Justiça

TJCE – Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias

TREVI – Reunião dos Ministros da Justiça e Assuntos Internos

UE – União Europeia

UEM – União Económica e Monetária

UEO – União da Europa Ocidental

VMQ – Votação por maioria qualificada

IEPA – Instrumento Estrutural de Pré-adesão

UE – União Europeia

UA – União Africana

UZAN- União das Nações Sul-americanas

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SARC - South Asian Association for Regional Cooperation

SEAE – Serviço Europeu de Acção Externa

SITCEN – EU Joint Situation Center

PIGS – Acrónimo de tom depreciativo usado para descrever os Países da Europa Mediterrânica (Portugal, Itália, Grécia e Espanha).

PM – Primeiro Ministro

CRONOLOGIA

1971

Janeiro Assinada a 2ª Convenção de Yaoundé

1972

Março Sicco Mansholt torna-se Presidente da Comissão Europeia

Setembro Referendo norueguês rejeita a adesão à União Europeia

19-20 Outubro Paris - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Georges Pompidou

Outubro A Cimeira de Paris aceita a questão da política regional e solicita à Comissão um relatório sobre a questão

1973

Janeiro François-Xavier Ortoli torna-se Presidente da Comissão

Janeiro 1º Alargamento da União Europeia de 6 para 9 Estados-membros

14-15 Dezembro Copenhaga - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Anker Joergensen

Dezembro Crise de petróleo da OPEC

1974

16-Set Paris - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Valéry Giscard d'Estaing

9-10 Dezembro Paris - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Valéry Giscard d'Estaing

Dezembro Cimeira de Paris concorda com eleições directas para o Parlamento Europeu, a criação do Conselho Europeu e a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

1975

01-Jan Orçamento Comunitário passa a ser totalmente financiado por recursos próprios

04-Mar Parlamento, Conselho e Comissão instituem o 1º processo de concertação com vista a melhorar o relacionamento interinstitucional e definir a repartição de competências

10-11 Março Dublin - Primeira reunião formal do Conselho Europeu presidida por Liam Cosgrave

16-17 Julho Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Aldo Moro

1-2 Dezembro Roma - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Aldo Moro

1976

07-Jan Publicação do Relatório Tindemans sobre a criação de uma união política

1-2 Abril Luxemburgo - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Gaston Thorn

12-13 Julho Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por J. Den Uyl

Julho Abertura das negociações para a adesão da Grécia

29-30 Novembro Haia - Cimeira do Conselho Europeu presidida por J. Den Uyl

1977

Janeiro	Roy Jenkins torna-se Presidente da Comissão Europeia
25-26 Março	Roma - Cimeira do Conselho Europeu presidida por James Callaghan
29-30 Junho	Londres - Cimeira do Conselho Europeu presidida por James Callaghan
Julho	Pedido da Espanha para a adesão à União Europeia
5-6 Dezembro	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Leo Tindemans

1978

09-Mar	Tribunal Europeu fixa o princípio do primado do direito comunitário
7-8 Abril	Copenhaga - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Anker Joergensen
6-7 Julho	Brema - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Helmut Schmidt
Julho	Conselho Europeu de Brema acorda em prosseguir com a proposta de Schmidt e Giscard para "uma zona de estabilidade monetária na Europa"
Outubro	Abertura das negociações de adesão de Portugal
4-5 Dezembro	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Helmut Schmidt

1979

12-13 Março	Paris - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Valéry Giscard d'Estaing
Maio	Assinatura do Tratado de Adesão da Grécia
Junho	Primeiras eleições directas para o Parlamento Europeu
21-22 Junho	Estrasburgo - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Valéry Giscard d'Estaing
29-30 Novembro	Dublin - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jack Lynch

1980

Março	Entra em vigor a 2ª Convenção de Lomé
27-28 Abril	Luxemburgo - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Francesco Cossiga
12-13 Junho	Veneza - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Francesco Cossiga
1-2 Dezembro	Luxemburgo - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Pierre Werner

1981

Janeiro	Gaston Thorn torna-se Presidente da Comissão Europeia
Janeiro	A Grécia torna-se membro da União Europeia
Março	Maastricht - Cimeira do Conselho Europeu presidida por A. A. M. Van Agt
29-30 Junho	Luxemburgo - Cimeira do Conselho Europeu presidida por A. A. M. Van Agt
07-Nov	França e Alemanha apresentam o Plano Genscher-Colombo sobre os mecanismos institucionais
26-27 Novembro	Londres - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Margaret Thatcher

1982

29-30 Março	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Wilfried Martens
28-29 Junho	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Wilfried Martens
3-4 Dezembro	Copenhaga - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Poul Schlüter

1983

Janeiro	O Conselho Europeu de Estugarda assina a Declaração Solene da União Europeia
21-22 Março	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Helmut Kohl
17-19 Junho	Estugarda - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Helmut Kohl
4-6 Dezembro	Atenas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Andreas Papandreou

1984

14-Fev	Parlamento Europeu aprova resolução intitulada "Projecto de Tratado que institui a União Europeia", apresentada por A. Spinelli Setembro/1983
19-20 Março	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por François Mitterrand
25-26 Junho	Fontainbleau - Cimeira do Conselho Europeu presidida por François Mitterrand
Junho	Disputa orçamental britânica; Criação da Comissão Dooge para a reforma institucional
3-4 Dezembro	Dublin - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Garret Fitzgerald

1985

29-30 Março	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Bettino Craxi
14-Jun	Comissão Europeia publica o Livro Branco Sobre a Realização do Mercado Interno; é assinado o acordo de Schengen para a supressão gradual das fronteiras comuns
28-29 Junho	Milão - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Bettino Craxi
Junho	Assinados os Tratados de Adesão de Espanha e de Portugal
2-3 Dezembro	Luxemburgo - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jacques Santer

1986

26-27 Junho	Haia - Cimeira do Conselho Europeu presidida por R. F. M. Lubbers
5-6 Dezembro	Londres - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Margaret Thatcher

1987

14-Abr	Pedido de adesão da Turquia, rejeitado pelas instituições comunitárias
29-30 Junho	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Wilfried Martens
4-5 Dezembro	Copenhaga - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Poul Schlüter

1988

11-13 Fevereiro	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Helmut Kohl
27-28 Junho	Hanover - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Helmut Kohl
2-3 Dezembro	Rhodes - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Andreas Papandreou

1989

26-27 Junho	Madrid - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Felipe Gonzales
09-Nov	Queda do Muro de Berlim
18-Nov	Paris - Cimeira do Conselho Europeu presidida por François Mitterrand
8-9 Dezembro	Estrasburgo - Cimeira do Conselho Europeu presidida por François Mitterrand

1990

28-29 Abril	Dublin - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Charles Haughey
25-26 Junho	Dublin - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Charles Haughey
Julho	Chipre e Malta apresentam pedidos de adesão à União Europeia
27-28 Outubro	Roma - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Giulio Andreotti
03-Out	Reunificação da Alemanha; cinco novos "territórios" tornam-se parte da União Europeia
19-21 Novembro	Cimeira da CSCE aprova a "Carta de Paris para uma nova Europa", confirmando o fim da Guerra-Fria, dando origem à OSCE
14-15 Dezembro	Roma - Cimeira do Conselho Europeu Presidida por Giulio Andreotti

1991

08-Abr	Luxemburgo - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jacques Santer
28-29 Junho	Luxemburgo - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jacques Santer
02-Jul	Dissolução do Pacto de Varsóvia
Julho	A Suécia apresenta pedido de adesão à União Europeia
26-Nov	Extinção da URSS
9-10 Dezembro	Maastricht - Cimeira do Conselho Europeu presidida por R. F. M. Lubbers

1992

Fevereiro	Assinado o Tratado da União Europeia - Tratado de Maastricht
26-27 Junho	Lisboa - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Anibal Cavaco Silva
Junho	Referendo dinamarquês rejeita o Tratado da União Europeia
16-Out	Birmingham - Cimeira do Conselho Europeu presidida por John Major
11-12 Dezembro	Edimburgo - Cimeira do Conselho Europeu presidida por John Major
Dezembro	Referendo suíço rejeita participação no Espaço Económico Europeu e a Suíça retira o seu pedido de adesão; o Liechtenstein suspende também a sua candidatura

1993

01-Jan	Entrada em vigor do Mercado Único
21-22 Junho	Copenhaga - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Poul Rasmussen
29-Out	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jean-Luc Dehaene
01-Nov	Entrada em vigor do Tratado da União Europeia
10-11 Dezembro	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jean-Luc Dehaene

1994

27-Mar	Ministros dos Negócios Estrangeiros aprovam o Compromisso de Ioannina sobre as votações por maioria qualificada no Conselho Europeu
Abril	Hungria e Polónia solicitam adesão à União Europeia
24-25 Junho	Corfu - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Andreas Papandreu
Junho	Eleições para o Parlamento Europeu
15-Jul	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Helmut Kohl
Outubro	Referendo finlandês favorável à adesão à União Europeia
Novembro	Referendo sueco favorável à adesão à União Europeia
Novembro	Referendo norueguês rejeita adesão à União Europeia
9-10 Dezembro	Essen - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Helmut Kohl

1995

Janeiro	Áustria, Finlândia e Suécia tornam-se membros da União Europeia
Janeiro	Jacques Santer torna-se Presidente da Comissão Europeia
09-Jun	Paris - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jacques Chirac
Junho	Roménia e República Eslovaca solicitam adesão à União Europeia
26-27 Junho	Cannes - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jacques Chirac
22-23 Setembro	Maiorca - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Felipe Gonzales
Outubro	Letónia solicita adesão à União Europeia
15-16 Dezembro	Madrid - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Felipe Gonzales
Dezembro	Lituânia e Bulgária solicitam adesão à União Europeia

1996

Janeiro	República Checa solicita adesão à União Europeia
29-Mar	Turin - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Lamberto Dini
21-22 Junho	Florença - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Romano Prodi
Junho	Eslovénia solicita adesão à União Europeia
Setembro	Comissão pede aos Estados-membros a extensão do mandato das negociações internacionais para o comércio de serviços; o pedido é recusado
05-Out	Dublin - Cimeira do Conselho Europeu presidida por John Bruton
13-14 Dezembro	Dublin - Cimeira do Conselho Europeu presidida por John Bruton

1997

23-Mai	Noordwijk - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Wim Kok
16-17 Junho	Amesterdão - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Wim Kok
Julho	Publicação pela Comissão da Agenda 2000 sobre o alargamento a Leste, a reforma da PAC e dos fundos estruturais
Outubro	É assinado o Tratado de Amesterdão
20-21 Novembro	Luxemburgo - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jean-Claude Juncker
12-13 Dezembro	Luxemburgo - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jean-Claude Juncker

1998

26-Fev	Petersberg - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Gerhard Schröder
30-Mar	Abertura das negociações de adesão com Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Polónia e Eslovénia
2-3 Maio	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Tony Blair
01-Jun	Criação do Banco Central Europeu
15-16 Junho	Cardiff - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Tony Blair
24-25 Outubro	Pörtschach - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Victor Klima
11-12 Dezembro	Viena - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Victor Klima

1999

24-26 Março	Berlim - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Gerhard Schröder
14-Abr	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Gerhard Schröder
Maio	Entra em vigor o Tratado de Amesterdão
Maio	Prodi torna-se Presidente da Comissão Europeia
3-4 Junho	Colónia - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Gerhard Schröder
19-Jun	Aprovação da Declaração de Bolonha relativa ao ensino superior, subscrita por 29 países
15-16 Outubro	Tampere - Cimeira do Conselho Europeu Presidida por Paavo Lipponen
18-Nov	Parlamento Europeu define como objectivo "constitucionalizar" a União Europeia
10-11 Dezembro	Helsinquia - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Paavo Lipponen

2000

23-24 Março	Lisboa - Cimeira do Conselho Europeu presidida por António Guterres
19-20 Junho	Santa Maria da Feira - Cimeira do Conselho Europeu presidida por António Guterres
Junho	Assinatura do Acordo de Cotonou, como sucessor do de Lomé
13-14 Outubro	Biarritz - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jacques Chirac
7-11 Dezembro	Nice - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jacques Chirac

2001

23-24 Março	Estocolmo - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Göran Persson
15-16 Junho	Gotemburgo - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Göran Persson
07-Jun	Irlanda rejeita o Tratado de Nice
11 Setembro	Ataques terroristas em Nova Iorque e Washington
21-Set	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Guy Verhofstadt
Setembro	Conselho Europeu vota apoio aos Estados Unidos e desenvolvimento da resposta da União Europeia após os ataques terroristas de 11 de Setembro
19-Out	Ghent - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Guy Verhofstadt
14-15 Dezembro	Laeken - Cimeira do Conselho Europeu de Laeken, presidida por Guy Verhofstadt, adopta a Declaração sobre o Futuro da União Europeia, preparando o terreno para uma Constituição Europeia

2002

Janeiro	Nos 12 Estados-membros participantes os cidadãos começam a usar notas e moedas de Euro
15-16 Março	Barcelona - Cimeira do Conselho Europeu presidida por José-Maria Aznar
21-22 Junho	Sevilha - Cimeira do Conselho Europeu presidida por José-Maria Aznar
24-25 Outubro	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Anders Fogh Rasmussen
12-13 Dezembro	Copenhaga - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Anders Fogh Rasmussen

2003

17-Fev	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Costas Simitis
20-21 Março	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Costas Simitis
Março	Uma coligação de países liderados pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha invade o Iraque; França e Alemanha condenam a invasão
16-Abr	Atenas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Costas Simitis
19-20 Junho	Thessaloniki - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Costas Simitis
04-Out	Roma - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Silvio Berlusconi
16-17 Outubro	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Silvio Berlusconi
12-13 Dezembro	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Silvio Berlusconi

2004

25-26 Março	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Bertie Ahern
01-Mai	Dublin - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Bertie Ahern
17-18 Junho	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Bertie Ahern
Junho	O Conselho Europeu nomeia o 1º Ministro português José Manuel Durão Barroso como próximo Presidente da Comissão Europeia
29-Jun	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Bertie Ahern
29-Out	Roma - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jan Peter Balkenende

4-5 Novembro	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jan Peter Balkenende
16-17 Dezembro	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jan Peter Balbenende
Dezembro	Chefes de Governo concordam em abrir negociações de adesão com a Turquia

2005

Fevereiro	A Espanha aprova o Tratado Constitucional
22-23 Março	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jean-Claude Juncker
Maio	Franceses rejeitam o Tratado da Constituição
16-18 Junho	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jean-Claude Juncker
Junho	Holanda rejeita o Tratado da Constituição
21-Set	O president da Comissão Europeia José Manuel Durão Barroso admite a suspensão do processo de ractificação do Tratado Constitucional. Ponderando um period de reflexão de 2 a 3 anos.
27-Out	Hampton Court - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Tony Blair
15-17 Dezembro	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Tony Blair

2006

23-24 Março	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Wolfgang Schäussel
15-16 Junho	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Wolfgang Schäussel
20-Out	Lahti - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Matti Vanhanen
14-15 Dezembro	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Matti Vanhanen

2007

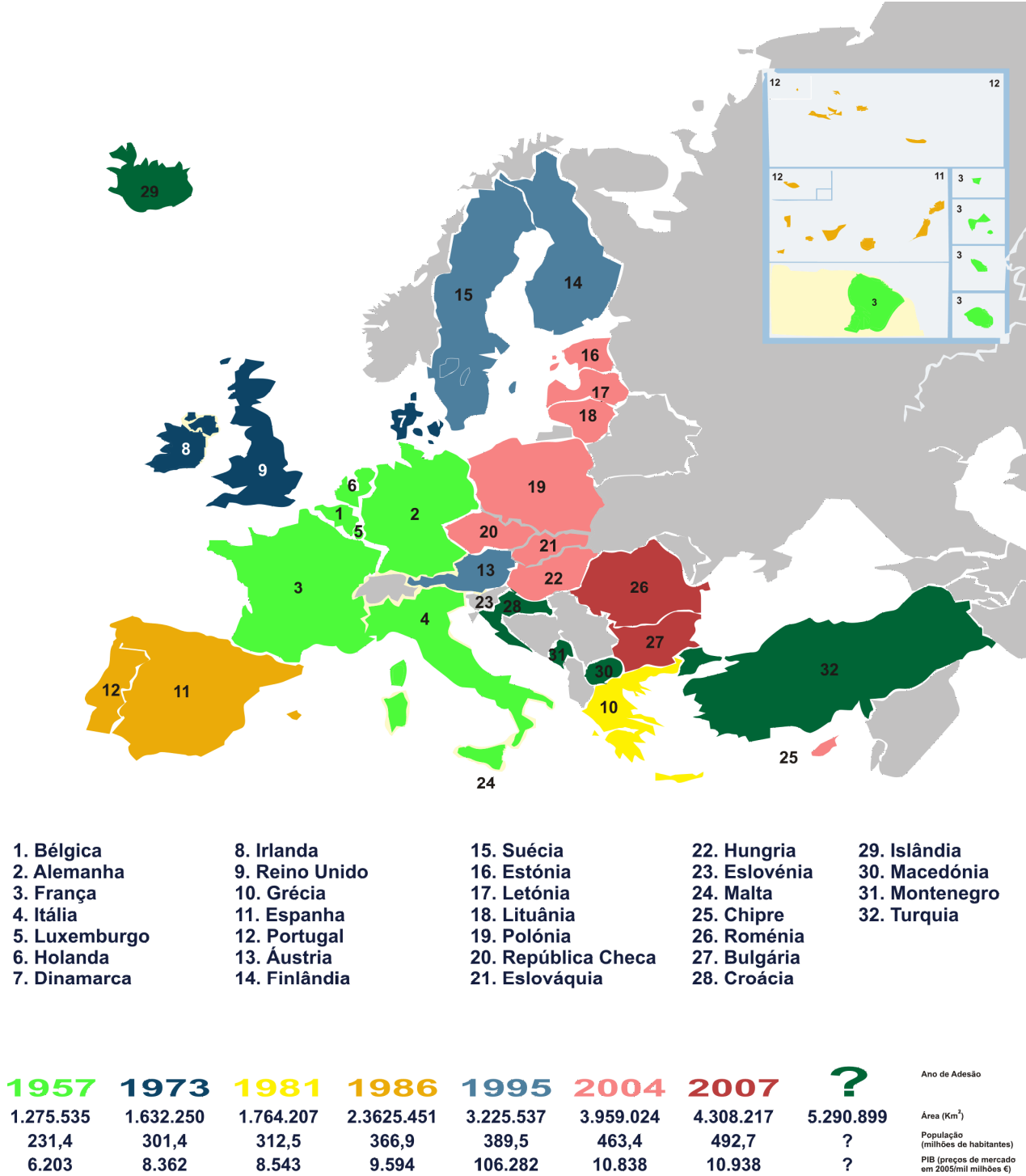
8-9 Março	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Angela Merkel
25-Mar	Berlim - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Angela Merkel na qual fora adoptada a Declaração de Berlim. OS Estados-membros comprometem-se sobre este documento em chegar a um novo acordo, a uma nova e renovada base comum, que deverá ser implementada antes de eleições para o Parlamento Europeu em 2009.
21-23 Junho	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Angela Merkel
18-19 Outubro	Lisboa - Cimeira do Conselho Europeu presidida por José Sócrates
Dezembro	A Hungria torna-se o primeiro país ractificar o Tratado de Lisboa
13-14 Dezembro	Bruxelas - Cimeira do Conselho Europeu presidida por José Sócrates

2008

13-14 Março	Bruxelas Cimeira do Conselho Europeu presidida por Janez Janša
13-Jun	Rejeição do Tratado de Lisboa pela Irlanda através de referndo (53,4% Não 46,6 Sim).
19-20 Junho	Bruxelas Cimeira do Conselho Europeu presidida por Janez Janša
13-14 Julho	Bruxelas Cimeira do Conselho Europeu presidida por Janez Janša
01-Set	Bruxelas Cimeira do Conselho Europeu presidida por Nicholas Sarkozy

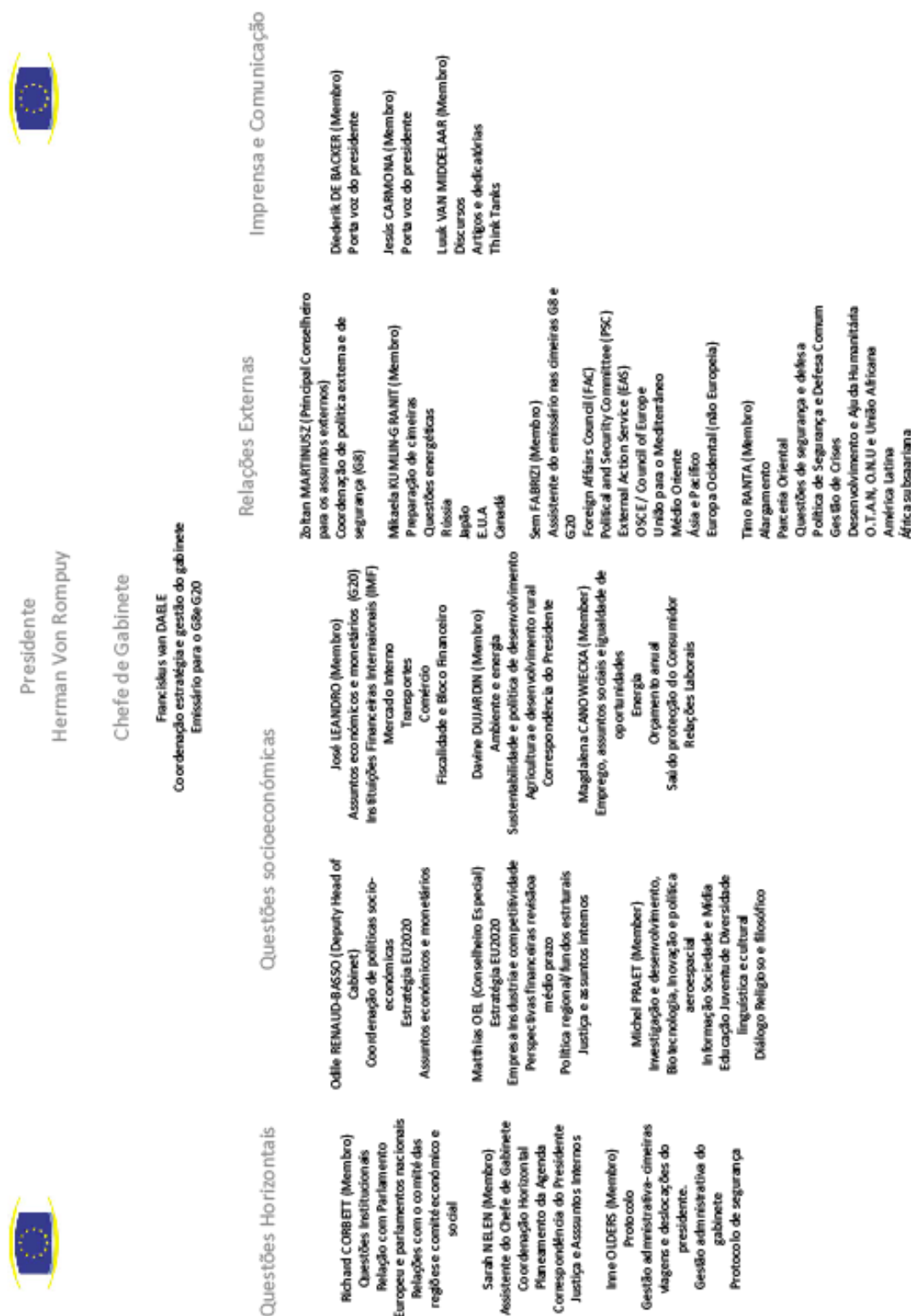
13-Out	Bruxelas Cimeira do Conselho Europeu presidida por Nicholas Sarkozy
22- 23 Outubro	Bruxelas Cimeira do Conselho Europeu presidida por Nicholas Sarkozy
Nov-08	Nuvem de incertezas sobre o futuro do tratado de Lisboa, marcada pelo Eurocepticismo do Presidente Checo Vaclav Klaus que advogara a incompatibilidade da natureza do Tratado com os valores da soberania Checa. Remetido o dilema ao Tribunal Constitucional que decide em prol da causa europeia abrindo portas à ractificação do Tratado.
07-Nov	Bruxelas Cimeira do Conselho Europeu presidida por Nicholas Sarkozy
2009	
01-Mar	Cimeira do Conselho Europeu presidida por Mirek Topolánek
19-20	Março - Cimeira do Conselho Europeu presidida por Mirek Topolánek
05-Abr	Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jan Fischer
Junho	O Tribunal Constitucional Alemão dá luz verde à Ractificação do Tratado de Lisboa
18-19 Junho	Cimeira do Conselho Europeu presidida por Jan Fischer
Setembro	Novo movimento Checo para Bloquear o tratado no qual um grupo de senadores procuram bloquear o Tratado de Lisboa através de uma petição, no entanto Vaclav Klaus opta por esperar pela decisão do Tribunal Constitucional não subescrevendo esta petição.
17-Set	Bruxelas Cimeira do Conselho Europeu presidida por Fredrik Reinfeldt
03-Out	Num segundo referendo o povo Irlandês aprova por 64% o Tratado de Lisboa
29-30 Outubro	Bruxelas Cimeira do Conselho Europeu presidida por Fredrik Reinfeldt
03-Nov	Tribunal Constitucional Checo não coloca entraves ao Tratado de Lisboa
19-Nov	Bruxelas Cimeira do Conselho Europeu presidida por Fredrik Reinfeldt
10-11 Dezembro	Bruxelas Cimeira do Conselho Europeu presidida por Fredrik Reinfeldt

Figura 1 – Mapa – O Crescimento Geopolítico Europeu



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em O Tratado de Lisboa, Centro de Informação Europeia Jacques Delors, 2009, p.5.

Figura 2 – Organograma 2: Estrutura da Presidência Permanente do Conselho Europeu



Fonte: European Council Cabinet - <http://www.european-council.europa.eu/the-president/cabinet.aspx?lang=en> última consulta 03/01/2011.

Figura 3 – Carta: Convite do Presidente Europeu Fredrik Reinfeldt



Stockholm, 27 October 2009

Dear ,

It is my pleasure to invite you to the next meeting of the European Council in Brussels on 29 and 30 October 2009.

The Union is at the forefront of efforts to fight climate change. Just weeks away from the opening of the Copenhagen Conference, it is more than ever necessary to continue playing a leading role and contribute to a global and ambitious agreement. The Union has a strong negotiating position, in particular thanks to the excellent work conducted by our Environment Ministers on issues such as technology transfer, adaptation, mitigation and good governance. However, it is clear that a deal on financing will be central to reaching agreement in Copenhagen. This is why I propose to focus our first working session, Thursday afternoon, on climate financing following the work that has been carried out by our Finance Ministers.

Over dinner, we will take stock of the preparations for the entering into force of the Lisbon Treaty. As you know, so far 26 Member States have finalised their ratification procedures. In the Czech Republic, the Constitutional Court is currently scrutinising the Lisbon Treaty. The Czech President and the Czech Government have put forward certain requests concerning the Charter for Fundamental Rights. At the European Council, we will review the situation and map out the way forward. In addition, I would like to spend some time on the rules of procedures as regards the preparations of European Council meetings under the Lisbon Treaty.

Our Foreign Ministers, for their part, will discuss how the EU can become more capable and coherent as a global actor.

On Friday, the second working session of the European Council will be devoted to finalising the conclusions including as regards the economic, financial and employment situation as well as illegal immigration. I will also then say a few words on the Baltic Sea Region Strategy.

As usual, I am inviting the President of the European Parliament to join us for an exchange of views, on Thursday afternoon, on all the issues which will be on our agenda.

Yours faithfully,



F. REINFELDT
President of the European Council

Fonte: Presidência Sueca da União Europeia 2009 - Disponível em:

http://www.se2009.eu/polopoly_fs/1.14649!menu/standard/file/The%20invitation.pdf Última consulta 02/10/10

Figura 4 – O Palco individual da Presidência Rotativa



Legenda:

Em cima: José Luis Zapatero

Ao centro: Nicolas Sarkozy

Em baixo: Fredrik Reinfeldt

Fonte: Links Acima apresentados referentes às respectivas Presidências Rotativas da U.E (p. 137)

Figura 5 - Quem ‘aperta a mão’ em nome da União Europeia?



Legenda:

Canto Superior Esquerdo – Presidente da Sérvia Boris Tadic e Primeiro-ministro Fredrik Reinfeldt no âmbito da Presidência Sueca da U.E

Canto Superior Direito – Presidente da Comissão Europeia José Durão Barroso e o Primeiro-ministro Chinês Wen Jibao

Canto Inferior Esquerdo – Presidente do Paquistão Asif Ali Zardari e o Presidente do Parlamento Europeu Jerzy Buzek

Canto Inferior Direito – Secretário-geral da N.A.T.O Anders Fogh Rasmussen e o Presidente do Conselho Europeu Herman Von Rompuy

Fonte:

Fonte: Time - disponível em <http://www.time.com/time/politics>

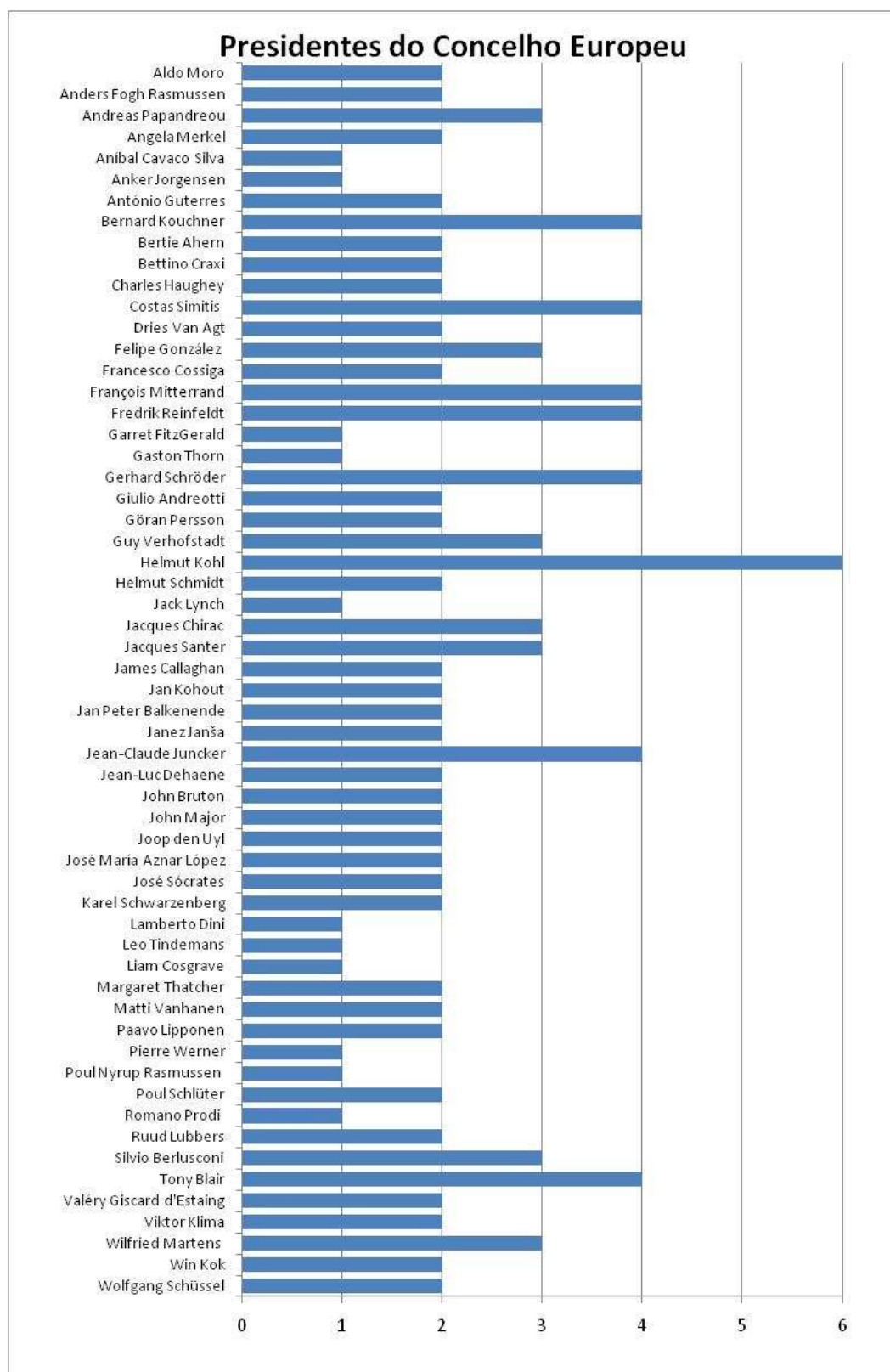
Figura 6 – Quatro ‘presidentes’ quatro ‘primeiros-ministros



Da direita para a esquerda: Jerzy Buzek, Herman Van Rompuy, Jose Manuel Durao Barroso, Jose Luis Rodriguez Zapatero

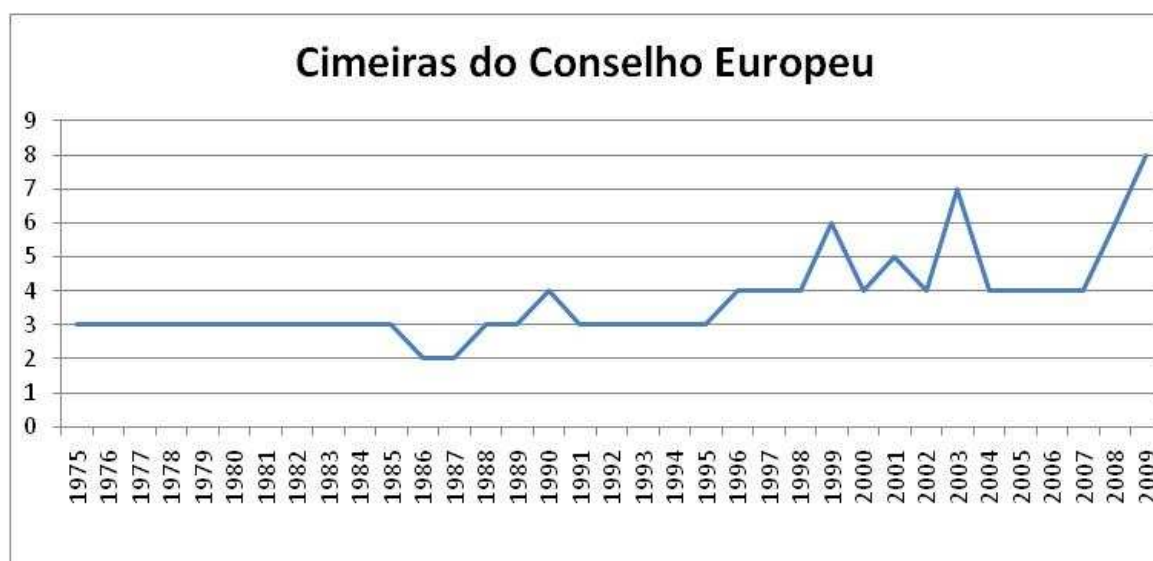
Fonte: Time - <http://www.life.com/image/95665063>

Gráfico -1- Presidentes do Conselho Europeu



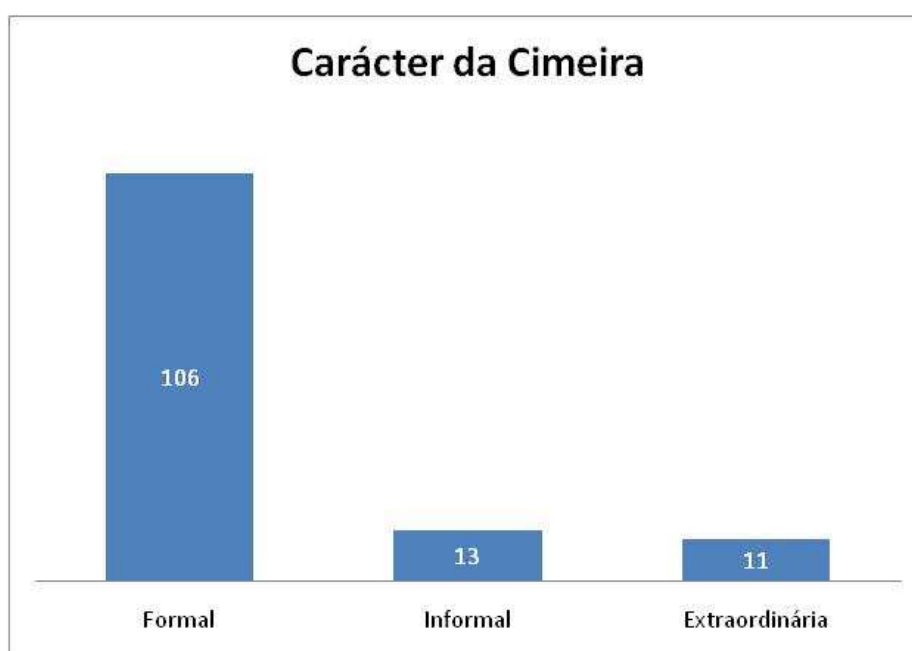
Fonte: WERTS, Jan (2008). The European Council, John Harper Publishing, London.

Gráfico 2 – Evolução das Cimeiras do Conselho Europeu



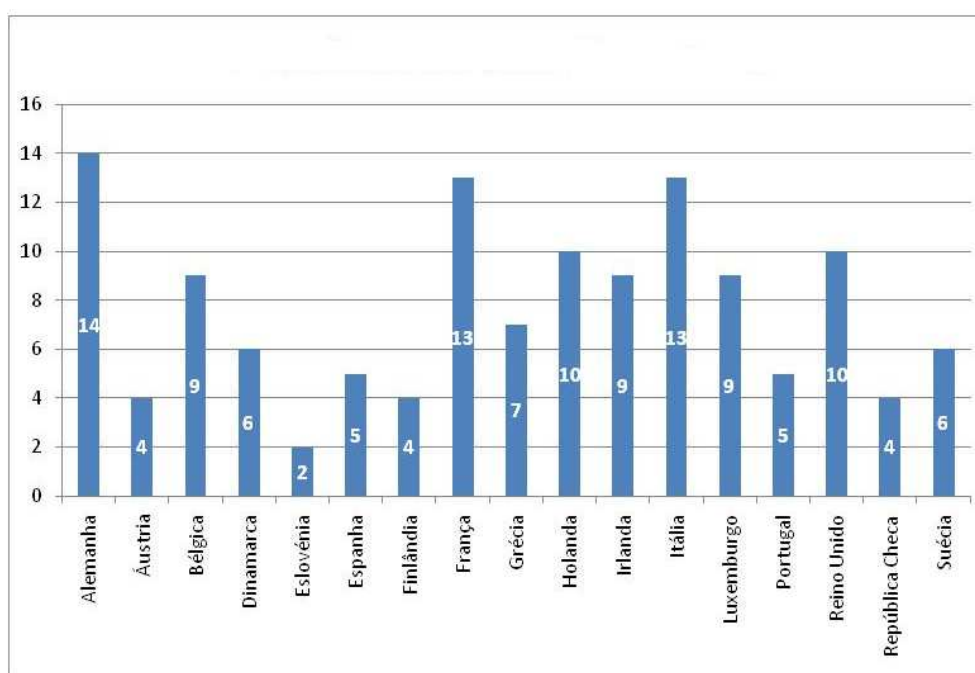
Fonte: WERTS, Jan (2008). The European Council, John Harper Publishing, London.

Gráfico 3 – Carácter das Cimeiras do Conselho Europeu



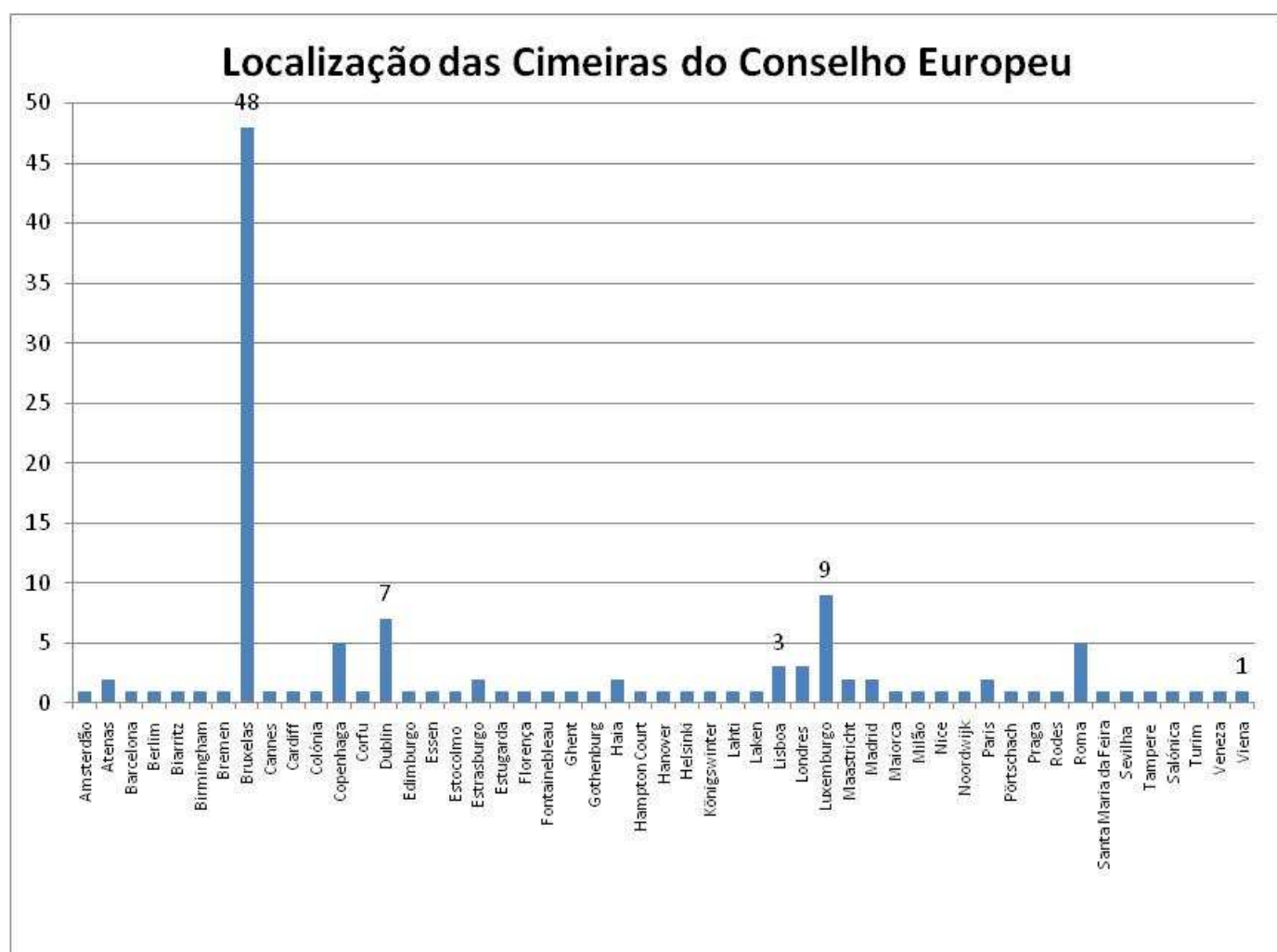
Fonte: WERTS, Jan (2008). The European Council, John Harper Publishing, London.

Gráfico 4 - Presidências do Conselho Europeu



Fonte: WERTS, Jan (2008). The European Council, John Harper Publishing, London.

Gráfico 5 – Localização das Cimeiras do Conselho Europeu



Fonte: WERTS, Jan (2008). The European Council, John Harper Publishing, London.

Tabela 1 – Mosaico de Europeização

Autor / Ano	OLSEN (2002)	BULLER AND GUMBLE (2002)	BACHE AND JORDAN (2004)
Formas de Europeização	Desenvolvimento de instituições de governo a nível Europeu	Desenvolvimento de instituições de governo a nível Europeu	Criação de novos poderes Europeus
	Como forma de penetração nas estruturas nacionais e sub-nacionais	Mudança Doméstica	Processo Top Down de mudança
	Exportação de formas de governação política	Exportação de formas de governação política	Horizontal Transfer ou Crossloading de conceitos e políticas entre os Estados comunitários.
	Enquanto projecto com o intuito de unificar e fortalecer politicamente a Europa	União política Europeia	União Europeia como marco de referência para as políticas nacionais
	Alteração das fronteiras externas	“Smokescreen” para manobras domésticas	Aumento da interação entre os Estados e a U.E e vice-versa
<div><div><div>● Argumentos comuns às três concepções</div><div>● Argumentos comuns a OLSEN e BULLER AND GUMBLE</div><div>● Argumentos originais</div></div><div>Exclusivo ao espaço da U.E</div><div>Não exclusivo ao espaço da U.E</div></div>			

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em; BACHE, Ian, GEORGE (2006). *Politics In The European Union*, Oxford University Press, Oxford.

Tabela 2 – Estados-Membros quanto à forma de Governo

Estado	Governo	Chefe de Estado	Chefe de Governo
Áustria	República parlamentar federal	Presidente da República Federal (Bundespräsident)	Chanceler Federal (Bundeskanzler)
Bélgica	Monarquia Constitucional	Rei	Primeiro-Ministro (Eerste Minister / Premier Ministre / Premierminister)
	Parlamento Popular Federal	(Koning / Roi / König)	
Bulgária	República Unitária Parlamentar	Presidente (Президент)	Primeiro-Ministro (Министър-председател)
Chipre	República Presidencial	Presidente (Πρόεδρος / Cumhurbaşkanı)	
República Checa	República Unitária Parlamentar	Primeiro-Ministro (Předseda vlády)	Rainha (Dronning)
Dinamarca	Federação Parlamentar	Primeiro-Ministro (Statsminister)	Presidente (President)
	República Constitucional		
Estónia	República Unitária Parlamentar	Primeiro-Ministro (Peaminister)	Presidente (Presidenti / President)
Finlândia	República Federalista Semi-Presidencialista	Primeiro-Ministro (Pääministeri / Statsminister)	Presidente (Président)
França	República Federalista Semi-Presidencialista	Primeiro-Ministro (Premier ministre)	Presidente Federal (Bundespräsident)
Alemanha	República Parlamentar Federal	Chanceler Federal (Bundeskanzler)	Presidente (Πρόεδρος)
Grécia	República Unitária Parlamentar	Primeiro-Ministro (Πρωθυπουργός)	President (Köztársasági Elnök)
Hungria	República Unitária	Prime Minister (Miniszterelnök)	Presidente (Uachtarán)
Irlanda	República Unitária	Taoiseach	
Itália	República Parlamentar Descentralizada	Presidente	Primeiro-Ministro (Presidente del Consiglio dei Ministri)
		(Presidente)	
Letónia	República Unitária Parlamentar	Presidente	Primeiro-Ministro (Ministru prezidents)
		(Prezidents)	
Lituania	República Unitária Parlamentar	Presidente	Primeiro-Ministro (Ministras Pirmininkas)
		(Prezidentas)	
Luxemburgo	Parlamentar Unitária	Grão-Duque (Grand-duc / Großherzog / Groussherzog)	Primeiro-Ministro
	Monarquia Constitucional		(Premier ministre /)
Malta	República Unitária Parlamentar	Presidente	Primeiro-Ministro
		(President)	(Prim Ministru)
Holanda	Parlamentar Federal	Rainha	Primeiro-Ministro
	Monarquia Constitucional	(Koningin)	(Minister-president)
Polónia	República Unitária Parlamentar	Presidente	Primeiro-Ministro
		(Prezydent)	(Prezes Rady Ministrów)
Portugal	República Unitária Parlamentar	Presidente	Primeiro-Ministro
		(Presidente)	(Primeiro-Ministro)
Roménia	República Unitária Semi-Presidencialista	Presidente	Primeiro-Ministro
		(Preşedinte)	(Prim-ministru)
Eslováquia	República Unitária Parlamentar	Presidente (Prezident) Primeiro-Ministro (Předseda vlády)	Presidente
			(Predsednik)
Eslovénia	República Unitária Parlamentar	Primeiro Ministro (Predsednik vlade)	Rei
			(Rey)
Espanha	Parlamentar	Presidente do Governo (Presidente del Gobierno)	Rei
	Monarquia Constitucional		(Kung)
Suécia	Parlamentar Unitária	Primeiro-Ministro (Statsminister)	
	Monarquia Constitucional		
Reino Unido	Federação Parlamentar Desconcentrada	Rainha Queen	Primeiro-Ministro Prime Minister
	Monarquia Constitucional		

Tabela 3 – Estados-Membros quanto ao tipo de Parlamento

Estado-Membro	Sistema Parlamentar	Nome da Legislatura	
		Câmara dos Deputados (Membros)	Câmara Superior (Membros)
Áustria	Bicameral	Assembleia Federal (Bundesversammlung)	
		Conselho Nacional (Nationalrat)	Conselho Federal (Bundesrat)
Bélgica	Bicameral	Parlamento Federal (Federaal Parlement / Parlement Fédérale / Föderales Parlament)	
		Câmara dos Deputados (Kamer van Volksvertegenwoordigers /Chambre des Représentants /Abgeordnetenversammlung)	Senado (Senaat / Sénat / Senat)
Bulgária	Unicameral	Assembleia Nacional (Народно събрание)	
Chipre	Unicameral	Câmara dos Deputados (Βουλή των Αντιπροσώπων / Temsilciler Meclisi)	
República Checa	Bicameral	Parlamento (Parlament)	
		Câmara dos Deputados (Poslanecká sněmovna)	Senado (Senát)
Dinamarca	Unicameral	Parlamento (Folketinget)	
Estónia	Unicameral	Assembleia de Estado (Riigikogu)	
Finlândia	Unicameral	Parlamento (Eduskunta / Riksdag)	
França	Bicameral	Parlamento (Parlement) / Congresso (Congrès)	
		Assembleia Nacional (Assemblée nationale)	Senado (Sénat)
Alemanha	Bicameral		
		Assembleia (Bundestag)	Conselho Federal (Bundesrat)
Grécia	Unicameral	Parlamento dos Gregos (Βουλή των Ελλήνων)	
Hungria	Unicameral	Assembleia Nacional (Országgyűlés)	
Irlanda	Bicameral	Oireachtas ("Parlamento Nacional")	
		Dáil Éireann ("Câmara dos Deputados")	Seanad Éireann ("Senado")
Itália	Bicameral	Parliament (Parlamento)	
		Câmara dos Deputados (Camera dei Deputati)	Senado da República (Senato della Repubblica)
Letónia	Unicameral	Assembleia (Saeima)	
Lituania	Unicameral	Assembleia (Seimas)	
Luxemburgo	Unicameral	Câmara de Deputados	
Malta	Unicameral	Câmara dos Deputados (il-Kamra tar-Rappreżentanti)	
Holanda	Bicameral	Estados-Gerais (Staten-Generaal)	
		Segunda Câmara (ou Câmara de Deputados; Tweede Kamer)	Primeira Câmara (ou Senado; Eerste Kamer)
Polónia	Bicameral	Assembleia Nacional (Zgromadzenie Narodowe)	
		Assembleia (Sejm)	Senado (Senat)
Portugal	Unicameral	Assembleia da República (Assembleia da República)	
Roménia	Bicameral	Parlamento (Parlamentul)	
		Câmara de Deputados (Camera Deputaţilor)	Senado (Senat)
Eslováquia	Unicameral	Conselho Nacional (Národná rada)	
Eslovénia	Bicameral	Parlamento (Parlament)	
		Assembleia Nacional (Državni zbor)	Conselho Nacional (Državni svet)
Espanha	Bicameral	General Courts (Cortes Generales)	
		Congresso de Deputados (Congreso de los Diputados)	Senado (Senado)
Suécia	Unicameral	Assembleia (Riksdagen)	
Reino Unido	Bicameral	Parlamento	
		Câmara dos Comuns	Câmara dos Lordes
		(House of Commons)	(House of Lords)

DATAS EM FUNÇÃO	PRESIDENTE	NACIONALIDADE	PM	PARTIDO	GRUPO PARLAMENTAR EUROPEU
1954	Alcide De Gasperi	Itália	☑	DC	EDP
1952-1954	Paul-Henri Spaak	Bélgica	☑	BSP-PSB	SOC
1954-1956	Giuseppe Pella	Itália	☑	DC	EPD
1956-1958	Hans Furler	RFA		CDU	EPD
1958-1960	Robert Schuman	França	☑	MRP	EPD
1960-1962	Hans Furler	RFA		CDU	EPD
1962-1964	Gaetano Martino	Itália		PLI	LIB
1964-1965	Jean Duvieusart	Bélgica	☑	RW	EDP
1965-1966	Victor Leemans	Bélgica		CVP	EDP
1966-1969	Alain Poher	França		MRP	EDP
1969-1971	Mario Scelba	Itália	☑	DC	EDP
1971-1973	Walter Behrendt	RFA		SPD	SOC
1973-1975	Cornelis Berkhouwer	Holanda		VVD	LIB
1975-1977	Georges Spénale	França		SPD	SOC
1977-1979	Emilio Colombo	Itália	☑	DC	EDP
1979-1982	Simone Veil	França		UDF	ELDR
1982-1984	Piet Dankert	Holanda		PvdA	PES
1984-1987	Pierre Pflimlin	França	☑	UDF/RPR	EPP
1987-1989	Charles Henry Plumb	Reino Unido		CP	ED
1989-1992	Enrique Barón Crespo	Espanha		PSOE	PES
1992-1994	Egon Klepsch	Alemanha		CDU	EPP
1994-1997	Klaus Hänsch	Alemanha		SPD	PES
1997-1999	José María Gil-Robles	Espanha		PP	EPP
1999-2002	Nicole Fontaine	França		UMP	EPP-ED
2002-2004	Pat Cox	Irlanda		Ind	ELDR
2004-2007	Josep Borrell	Espanha		PSOE	PES
2007-2009	Hans-Gert Pöttering	Alemanha		CDU	EPP-ED
2009-2012	Jerzy Buzek	Polónia	☑	PO	EPP

Legenda

PM - Primeiro-ministro

BSP-PSB - Partido Socialista Belga

CD - Democratas

Cristãos

CDU - União Democrática Cristã

CP - Partido

Conservador

CVP - Democratas Cristãos Flamengos

DC - Democracia

Cristão

ED - Democratas Europeus

ELDR - Partido Europeu dos Liberais, Democratas e Reformistas

EPP - Partido Popular Europeu

EPP-ED - Partido Popular Europeu

Ind - Independentes

LIB - Liberais

MRP - Movimento Republicano Popular

PES - Partido Socialista Europeu

PLI - Partido Liberal Italiano

PO - Plataforma Cívica

PP - Partido Popular

PSOE - Partido Socialista Operário Espanhol

PvdA - Partido Trabalhista

RW - Rassemblement Wallonie

SOC - Partido Socialista Europeu

SPD - Partido Social Democrata

UDF - União para a Democracia Francesa

UDF/RPR - União para a Democracia Francesa / Rassemblement pour la République

UMP - União por um Movimento Popular

VVD - Partido Popular para a Liberdade e Democracia

Tabela 4 Presidências do Parlamento Europeu Fonte: <http://www.europarl.europa.eu/sides/press+20090629BRI57511+ITEM-001-EN+DOC+XML+V0//EN&language=EN> Ú

Tabela 5 –Presidências da Comissão Europeia

DATAS DA PRESIDÊNCIA	NOME	NACIONALIDADE	FUNÇÃO ANTERIOR	PARTIDO NACIONAL	PARTIDO EUROPEU
1958-1967	Walter Hallstein	RFA	Ministro dos Negócios Estrangeiros	CDU	EDP
1967-1970	Jean Rey	Bélgica	Ministro das Finanças	PRL	ELDR
1970-1972	Franco Maria Malfatti	Itália	Ministro das Obras Públicas	DC	EDP
1972-1973	Sicco Mansholt	Holanda	Ministro da Agricultura	PvdA	PES
1973-1977	François-Xavier Ortoli	França	Ministro das Finanças	RPR	EDP
1977-1981	Roy Jenkins	Reino Unido	Ministro das Finanças	LB	PES
1981-1985	Gaston Thorn	Luxemburgo	Primeiro Ministro	PD	ELDR
1985-1995	Jacques Delors	França	Ministro das Finanças	PS	PES
1995-1999	Jacques Santer	Luxemburgo	Primeiro Ministro	CSV	PPE
1999-1999	Manuel Marín	Espanha	Ministro dos Assuntos Europeus	PSOE	PES
1999-2004	Romano Prodi	Itália	Primeiro Ministro	ID	ELDR
2004-2014	José Manuel Barroso	Portugal	Primeiro Ministro	PSD	PPE

Legenda:

CDU- União Democrática Cristã Alemã
 CSV - Partido Social e Popular Cristão
 DC - Democratas Cristãos
 ID - Democratas
 LB - Partido Trabalhista
 PD - Partido Democrático
 PRL - Partido Liberal Reformista
 PSD - Partido Social Democrata

PSOE - Partido Socialista e Trabalhador Espanhol
 PvdA - Partido Trabalhista
 PES - Partido Socialista Europeu
 ELDR - Partido dos Liberais Democratas Europeu
 PPE - Partido Popular Europeu
 EDP - Partido Democrata Europeu
 PS - Partido Socialista
 RPR -Rassemblement du Peuple Français

Fonte: HIX, Simon (2005). *The Political System Of The European Union*, Palgrave Macmilan, p.45.

Tabela 6 – Apuramentos Base de Dados das Cimeiras do Conselho Europeu : Questões Institucionais

Questões Institucionais	Totais
Alargamento	26
Conferência intergovernamental	6
Subsidiariedade	6
União Europeia	5
Cooperação Política Europeia	4
Tratado sobre a União Europeia (ratificação de)	4
Agenda 2000	3
Three Wise Men's report	3
Conferência intergovernamental para reforma dos tratados (E M U)	3
União Europeia (Relatório Tindemans)	3
Eleição para o Parlamento Europeu	3
Processo de alargamento	2
Sede das Instituições	2
Presidência do Banco Central Europeu	2
Convenção sobre o futuro da União Europeia	2
Organisation of the European Council's work	2
Funcionamento das instituições	2
Acto Único Europeu (implementação)	2
União Política	2
Direitos humanos	2
Parlamento Europeu (Data para Eleição)	2
Carta dos Direitos Fundamentais	2
Conferência intergovernamental para reforma das instituições	2
Transparência	2
E M U	2
Convenção sobre o futuro da União	1
Cooperação interinstitucional (aplicação das decisões do Conselho Europeu)	1
Cooperação Política (declaration)	1
Cooperação Política Europeia (Lord Carrington report)	1
Criação do Ad Hoc Committee on Institutional affairs (Dooge Committee)	1
Datas para chegar a acordo sobre o Tratado Constitucional	1
Decisões de Staff	1
Declaração do Conselho Europeu	1
Declaration on Democracy	1
Convenção sobre o futuro da União Europeia	1
Declaration sobre a nomeação do presidente da Comissão	1
Defesa (declaration)	1
Delegação de poderes da Comissão (Artigo 155 da CEE)	1
Democracia e transparência	1
Dimensão social	1
declaration sobre a entrada em funcionamento do Tratado sobre a União Europeia	1
Chairmanship of the EC	1
Ações conjuntas: promoção de estabilidade e paz na Europa, Médio Oriente, África do Sul, Antiga Iugoslavia, Rússia	1
Acto Único Europeu (acordo interinstitucional)	1
Acto Único Europeu (Contribuição do Parlamento Europeu para a adopção)	1
Acto Único Europeu (êxito de)	1
Acto Único Europeu (ratificação)	1
Acto Único Europeu (revisão dos progressos)	1
Adopção do Dooge Committee report	1
Alargamento - questões institucionais	1
Alargamento Comunitário	1
Aproximar a União das pessoas	1
Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	1
Committee of the wise men (preparação)	1
CFSP	1

Conferências intergovernamentais para reforma dos tratados (E M U e União Política) (data)	1
Cimeira Extraordinária	1
Cimeira Intergovenamental	1
Cimeira Intergovernamental	1
Cláusulas da Dinamarca sobre o Tratado sobre a União Europeia	1
Comissão (renovação do term of office)	1
Exame do Dooge Committee report	1
Comissão do EEC (método de trabalho)	1
Dooge Committee	1
Conferência intergovernamental de questões institucionais	1
Conferência intergovernamental sobre a reforma dos tratados	1
Conferência intergovernamental sobre esboço do Tratado de Nice	1
Centro de Tradução para os organismos da União (declaration)	1
Single European Act	1
Presidência da EEC Commission	1
Promoção de tolerância e entendimento	1
Ractificação do Tratado de Nice	1
Ratificação do Tratado de Amsterdão	1
Reforma da União Europeia (Relatório)	1
Reforma das políticas e instituições da União	1
Relatório do Presidente da Convenção sobre o futuro da União Europeia	1
Sede das Instituições (decisão)	1
Sede do Centro Europeu para o Desenvolvimento e Treino Vocacional (declaration)	1
Sede do Common Appeal Court for Community Patents (declaration)	1
Estatuto dos membros do Parlamento Europeu	1
Simplificação dos procedimentos legislativos e administrativos	1
Preparação da Conferência Intergovernamental	1
Subsidiariedade e melhor legislação	1
Subsidiariedade e proporcionalidade	1
Tamanho do Parlamento Europeu	1
The place of acceding countries in the EU institutions	1
The place of applicant countries in the institutions and bodies	1
Tratado de Nice	1
Tratado sobre a União Europeia	1
Tratado sobre a União Europeia (implementação)	1
Tribunal de Auditores	1
União Europeia (Italo-German initiative)	1
União Europeia (Solemn Declaration)	1
Sede dos serviços e agências	1
Localização da sede das instituições , organismos, departamentos (decisão)	1
EEC Commission (gestão e seguimento/execução dos poderes)	1
Eleição do Parlamento Europeu	1
Eleições para o Parlamento Europeu	1
Abertura e transparência	1
Europa e seus cidadãos:	1
Funcionamento do Conselho	1
Igualdade de direitos e de oportunidades para homens e mulheres	1
Implementação do Tratado sobre a União Europeia	1
Instituições efectivas	1
Jacques Santer é nomeado Presidente da Comissão Europeia (a partir de Janeiro de 1995)	1
Justiça e assuntos internos	1
Preparação para a Conferência Intergovernamental de 1996	1
Liberdade de circulação na Europa	1
Preparação da implementação do Tratado de Amsterdão	1
Lugares disponíveis para cada órgão comunitário	1
Marila Procedure	1
Melhoria do funcionamento das instituições	1
Modernização das instituições comunitárias	1
Parlamento Europeu (procedimento cooperativo)	1

People's Europe (Birmingham Declaration)	1
People's Europe (Comunidade próxima dos cidadãos - Subsidiariedade e abertura)	1
Perda da "Estonia" e desastres naturais	1
Política social, consumidores, meio ambiente, distribuição de lucros (declaration)	1
Políticas próximas dos cidadãos	1
Draft Tratado Constitucional	1
Laeken Declaration - Futuro da União Europeia	1

Tabela 7 — Apuramentos Base de Dados das Cimeiras do Conselho Europeu: Questões Internacionais

Questões Internacionais	Totais
Médio Oriente	16
Japão	14
Diálogo Norte-Sul	10
Oriente-Occidente	7
Afganistão	6
CSCE	6
Líbano	5
EEC - Estados Unidos	5
GATT	4
Polónia	4
América Central	4
Médio Oriente (declaration)	4
EFTA	4
Droga	3
Cyprus	3
Cimeira Económica	3
Fome no mundo (fome em África)	3
Irão	3
América Latina	3
Afganistão (statement)	3
Terrorismo internacional	3
Europa Central e Oriental	2
Conference on Security and Co-operation in Europe (CSCE)	2
USA	2
Iraque	2
África do Sul (declaration)	2
Namibia	2
Cyprus (declaration)	1
Terrorismo Internacional (declaration)	1
UNCTAD VI	1
Declarações (Nações Unidas e CSCE)	1
China	1
declaration sobre o Tratado de Não-Proliferação Nuclear	1
COMECON	1
Cimeira Económica (participação da Comunidade)	1
Uruguai round (GATT)	1
Chipre	1
Desarmamento	1
China (declaration)	1
Conferência Euro-Arab (Paris, Dezembro de 1989) (statement)	1
Ásia	1
Afganistão (declaration)	1
Zaire	1
África do Sul	1
África do Sul	1
África do Sul (statement)	1
USSR	1
Chernobyl	1
Angola	1
Chile (declaration)	1
Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento	1
Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento(criação)	1
Cambodia	1
Camboja (declaration)	1
Canadá	1

Terrorismo Internacional (declaration)	1
América Central (statement)	1
Maghreb	1
Economic Summit	1
Perú	1
Jordânia	1
Latin America	1
Lebano	1
Paquistão	1
Irão (declaration)	1
Líbano (statement)	1
Irão (tremor de terra)	1
Papel internacional da Comunidade	1
Países mediterrânicos	1
Médio Oriente (statement)	1
Namíbia	1
Nova Zelândia	1
OECD (declaration)	1
Líbano (declaration)	1
Relações Ocidente Oriente	1
Síria	1
Ocidente-Ocidente (declaration)	1
Rodésia	1
Espanha	1
Estados Unidos	1
Etiópia (statement)	1
Iraque-Irão	1
Europa Oriental	1
European Guarantee Fund (EGF) (criação do fundo económico)	1
Portugal	1
Zimbabué	1
Hungria	1
Índia (declaration)	1
Indochina	1
Polónia (statement)	1
Europa Central e Oriental (declaration)	1

Tabela 8 – Apuramentos Base de Dados das Cimeiras do Conselho Europeu: PESC

PESC	Totais
Rússia	11
Médio Oriente	8
Ucrânia	8
Balcãs	7
Processo de paz no Médio Oriente	7
Iraque	6
Mediterrâneo	6
África do Sul	6
África	6
América Latina	5
Balcãs Ocidentais	5
WTO	5
Irão	5
GATT	5
Dimensão a Norte	4
Kosovo	4
Perú	4
Europa Central e Oriental	4
Cooperação regional na Europa	3
Irlanda do Norte	3
Ciprus	3
Macau	3
Chipre	3
Médio Oriente (Declaração)	3
Ásia	3
Antiga Iugoslávia (declaration)	3
Antiga Iugoslávia	3
Relações transatlânticas	3
Relações União Europeia-Estados Unidos	3
Coreia do Norte	3
Timor-Leste	3
European Energy Charter	2
Pacto de Estabilidade	2
Green Diplomacy	2
Kalingrado	2
Malta e Ciprus	2
CSCE	2
Relações com o mundo árabe	2
Eslovénia	2
Parceria Euro-mediterrâneo	2
Organização Mundial de Comércio	2
Parceria Euro-mediterrânica	2
Segurança nuclear	2
Política Comum Europeia de Segurança e Defesa	2
Estratégia de segurança Europeia	2
Moldávia	2
Tratado de Não-Proliferação Nuclear	2
Cuba	2
Rússia	2
Segurança	2
Sérvia e Montenegro	2
Transição em Hong Kong e Macau	1
Costa do Marfim	1
Cooperação financeira Euro-mediterrânica	1
Cooperação financeira com os Países da Europa Central e Oriental e Mediterrâneo	1

Cooperação e desenvolvimento	1
Convenção de Lomé	1
Declaration sobre a Rússia	1
Controlo de exportação de armas	1
Contrabando nuclear	1
Conselho da Europa	1
Congo	1
Conclusões alcançadas por ministros estrangeiros	1
Convenção para Proibição de Armas Químicas	1
Direito Internacional - questões humanitárias	1
EU- NATO	1
Estratégias comuns mediterrâneo e Rússia	1
Estratégias comuns (Ucrânia, Rússia, região mediterrânica, Balcãs Ocidentais)	1
Estratégia comum no Mediterrâneo	1
Estratégia comum na Rússia	1
Estados Unidos	1
Estabilidade para a Europa do Sul e Oriental	1
El Salvador	1
EEA (Área económica europeia)	1
Dívida dos países mais pobres	1
Declaration na ocasião no quinquagésimo aniversário das Nações Unidas	1
Direitos humanos	1
Declaração sobre a capacidade operacional da Política de defesa e segurança comum	1
Timor Leste	1
Desenvolvimento dos terceiros países	1
Desarmar militarmente o Iraque	1
Declaration sobre o quinquagésimo aniversário da declaração dos direitos humanos	1
Declaration sobre o processo de paz no Médio Oriente	1
Declaration sobre o Médio Oriente	1
Tratado de Não-Proliferação Nuclear (acção conjunta na preparação da Conferência dos partidos de 1995)	1
Declaration sobre a antiga Iugoslávia	1
Comércio internacional/WTO	1
Declaração sobre a Cimeira do Conselho Europeu de Copenhaga	1
Disputa Etiópia/Eritrea	1
Albânia	1
Cimeira Transcaucasiana	1
Antiga Iugoslávia (declaração)	1
Antiga Iugoslávia (Bosnia-Herzegovina) (declaration)	1
Antiga Iugoslávia (ajuda humanitária na Bosnia-Herzegovina) (declaration)	1
Uma estratégia Europeia para o Perú	1
Angola	1
Andorra	1
América Latina e Caribe	1
América Latina e Caraíbas	1
Antiga República Iugoslava da Macedónia	1
União Europeia - Estados Unidos	1
Antiga União Soviética	1
África do Sul (declaration)	1
Usar a força em ultimo recurso	1
África Central	1
WTO: serviços financeiros	1
Afeganistão	1
Adesão (cooperação com os países associados orientada com objectivo de adesão)	1
ACP States	1
ACP	1
Acção externa reforçada	1

A acção da União Europeia no Afeganistão	1
América Latina e as Caraíbas	1
Burma	1
Combate ao HIV tuberculose e malária	1
CIS (Commonwealth of Independent States)	1
Cimeiras da EU com a América Latina, Caribe e África	1
EUA	1
Cimeira mundial sobre desenvolvimento social em Copenhaga	1
Chechenia (declaration)	1
CFSP (trabalho preparatório na segurança)	1
CFSP (relatório)	1
CFSP	1
Tribunal Penal Internacional	1
Canadá	1
Comércio internacional	1
Bolívia	1
Bielorússia	1
Belarus	1
Tratado que introduz a proibição total de testes nucleares	1
Tratamento de mulheres muçulmanas (declaration)	1
Ataque terrorista na Rússia	1
Assuntos comerciais	1
Tribunal Criminal Internacional	1
Area de liberdade segurança e justiça	1
Apoiar a reosolução das Nações Unidas	1
Capacidades Operacionais da política europeia de segurança e defesa	1
Países candidatos	1
EU-UN	1
Política Comum Europeia em segurança e defesa	1
PHARE programme	1
Perú, Ciprus e Malta (Association Councils)	1
Situação na Antiga Iugoslávia (statement)	1
Península Coreana	1
Parceria EU Mediterrâneo	1
Países mediterrânicos (relações com)	1
Países mediterrânicos	1
Política europeia comum de segurança e defesa	1
Países do Mediterrâneo Sul	1
Política Europeia de Segurança e Defesa (Declaração do Conselho)	1
Pacto de Estabilidade para a Europa do Sul e Oriental	1
Pacto de Estabilidade (relatório síntese)	1
Outras estratégias comuns (Ucrânia, região mediterrânica, Balcãs ocidentais)	1
OSCE	1
Operações militares	1
OAU	1
O papel da União em resolver e estabilizar os conflitos	1
Novos vizinhos	1
Novos Estados Independentes	1
Países em desenvolvimento	1
Região de Great Lakes	1
Ruanda	1
Répubblica Democrática do Congo	1
República Democrática da Coreia	1
Répubblica da Macedónia (declaração)	1
Relatório sobre a Política de Segurança e Defesa Europeia	1
Relações União Europeia-Canadá	1
Relações União Europeia - Japão	1
Relações Transatlânticas	1
Relações com os países de Maghreb (declaration)	1

Política de vizinhança	1
Região do Mar Báltico	1
Northern Dimension	1
Reforço da Política Comum Europeia em segurança e defesa	1
Promoção de estabilidade e prosperidade por toda a Europa e no mundo	1
Processo Euro-Mediterrâneo	1
Processo de paz no Médio Oriente (declaration)	1
Situação na antiga Iugoslávia	1
Processo de paz com o Médio Oriente (declaration)	1
Preparação da Conferência de Berlim com o objectivo de estruturar Convenção sobre mudanças climáticas	1
Prémio Nobel da Paz	1
Política mediterrânica	1
Região dos grandes lagos	1
Terrorismo	1
Zimbabué	1
Suiça	1
8º EDF	1
TACIS	1
Indonésia/ Timor-leste	1
Índia e Paquistão (declaração)	1
Hong Kong e Macau	1
Guatemala	1
Great Lakes	1
Novos Estados Europeus	1
GATT (conclusão)	1
Joanesburgo	1
Furacão Mitch	1
Fornecimento de comida em Moscovo e São Petersburgo	1
Rússia - CIS (declaration)	1
Federação Russa	1
Iraque (declaração)	1
Europa Central e Oriental (países de)	1
Europa Central e Oriental (association)	1
Testes nucleares da Índia/Paquistão	1
Europa	1
Gibraltar	1
Somália (declaration)	1
EU-NATO	1
Nigéria	1
Não-proliferação e exportação de armas	1
Nações Unidas	1
Mundo Árabe	1
Minas antipessoais	1
México	1
Solidariedade e cooperação com os Estados Unidos	1
Médio Oriente (peace process - declaration)	1
Israel	1
Médio Oriente (declaration)	1
Japão	1
Médio Oriente (Declaração de Barcelona)	1
Statement sobre Kosovo	1
Medidas dos Estados Unidos quanto ao Aço - OMC	1
Mar Báltico	1
Maghreb	1
Macedónia	1
Statement sobre o Burundi	1
Sudeste da Europa	1
Iugoslávia	1

Northern Dimension	1
Médio Oriente (framework for joint action)	1

Tabela 9 – Apuramentos Base de Dados das Cimeiras do Conselho Europeu: Política Comunitária

Política Comunitária	Totais
Emprego	28
Mercado Interno	14
Meio ambiente	13
E M U	12
Energia	11
Sistema Monetário europeu	11
Agricultura	9
Transportes	8
Coesão económica e social	5
Livre circulação de pessoas	4
Mercado de capitais	4
Novas Tecnologias	4
Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	3
Regiões dos extremos	3
Economic and Monetary Union	3
ECU	3
Cimeira Tripartida	3
Pesca	3
Pescas	3
Mercado interno (finalização)	3
Nova Convenção ACP-EEC	3
Conferência Tripartida	3
Competitividade	3
IMP	3
Taxação	3
CAP	3
VAT	3
Convergência de políticas económicas	2
Políticas estruturais	2
Convergência de Políticas Económicas	2
Preços Agrícolas	2
Pacote fiscal	2
Poluição Marinha	2
Mandato de 30 de Maio de 1980	2
Crescimento e emprego	2
Indústria do aço	2
Países em vias de desenvolvimento	2
Orientações amplas para políticas económicas	2
Mercado Vinícola	2
Estratégia industrial	2
Meio ambiente (declaration)	2
Transito aéreo	2
Investigação	2
Iniciativa de crescimento	2
Pequenas e Médias Indústrias/Empresas (SMI) *	2
Saúde pública e segurança alimentar	2
*	2
Segurança marítima	2
Sector agrícola	2
Saúde	2
Relações externas	2

Assuntos sociais	2
Assuntos sociais, trabalho, emprego, training	2
Audiovisual	2
ERASMUS	1
BSE	1
Europa como entidade global	1
Estratégias coordenadas para as políticas de emprego nacionais	1
Estratégia para um desenvolvimento sustentável	1
Agenda social europeia	1
White paper	1
Treino Vocacional	1
Estratégia de políticas económicas	1
Entrada da Grécia no euro	1
Agricultura Mediterrânea	1
Transporte	1
Encefalopatia Espongiforme Bovina	1
Emprego, reformas económicas e coesão social - continuação para o Conselho Europeu em Lisboa	1
Estratégia europeia para emprego e contra a exclusão social e todas as formas de discriminação	1
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	1
"Entrada no século XXI" (Plano da Comissão da EU)	1
Indústria do Aço	1
Imposto de CO2/energia	1
Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	1
Abrandamento da economia	1
Acordo sobre a prioridade em cumprir os objectivos da estratégia de Lisboa	1
Fundo Monetário Europeu	1
Europa de cultura	1
Aceleração do estratégia de Lisboa	1
Fortalecimento da coordenação económica interna (emprego sustentável na Europa)	1
European Environment Agency Research (framework programme 1990-1994)	1
European Currency Unity	1
European Currency Unit	1
Emprego, competitividade e crescimento	1
Fundo Social Europeu	1
Ambiente favorável para emprego	1
Convergência das políticas económicas	1
Assuntos Monetários e económicos	1
Área Social	1
Cooperação económica e monetária	1
Cooperação tecnológica	1
Cooperação Tecnológica (EUREKA)	1
Coordenação das políticas económicas	1
Coordenação política para crescimento económico e criação de postos de trabalho	1
Crescimento e competitividade	1
Área Europeia de Investigação e Inovação	1
Área económica comum	1
Área Audiovisual Europeia (EUREKA)	1
Crescimento, competitividade, emprego	1
Emprego, crescimento, competitividade e desenvolvimento sustentável	1
E M U (Comité de especialistas)	1
Convenção de Lomé (declaration)	1
Emprego e crescimento	1
Crescimento, competitividade e desemprego	1
Conectar as economias europeias	1
Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (adopção)	1
Área Audiovisual Europeia	1

Economia competitiva baseada no conhecimento	1
Declaration sobre serviços de interesse geral	1
União Económica e Monetária (directrizes da política económica)	1
Ajustamentos estruturais da agricultura portuguesa	1
Ambiente económico favorável	1
Direito de Residência	1
Dimensão social	1
Emprego, crescimento económico e estabilidade (E M U)	1
Agricultura Mediterrâneo	1
Preparação da transição para uma economia competitiva, dinâmica e baseada no conhecimento	1
Reforma da Política Agrícola Comum	1
Reestruturação da Comunidade	1
Redes Europeias de inovação e desenvolvimento	1
Rede transeuropeia nas esferas dos transportes, energia e meio ambiente	1
Qualidade do Trabalho	1
Promoção da recuperação económica na Europa (declaration)	1
Programas Mediterrâneos Integrados (IMP)	1
Livre circulação de pessoas (relatório do Grupo de Co-Coordenadores)	1
Programa de Acção Social	1
Regiões dos extremos e ilhas	1
Poluição marítima	1
Políticas estruturais	1
Políticas	1
Política social	1
Política Industrial	1
Política Económica	1
Política de impostos	1
Programa de renovação dos MEDIA	1
Saúde e segurança do consumidor: resolução no princípio de precaução	1
SMI	1
SME	1
Segurança rodoviária	1
Segurança Nuclear Melk Agreement	1
Segurança Nuclear	1
Segurança e qualidade de vida	1
Segurança de abastecimento de certos produtos da União	1
Reforma dos Fundos Estruturais	1
Saúde pública (cancro, droga, SIDA)	1
Reforma dos fundos estruturais e de coesão	1
Saúde (programa europeu contra o cancro)	1
Saúde (cancro, plano de acção 1990-1994)	1
Revisão da directiva "televisão sem fronteiras"	1
Resumo da Cimeira anterior	1
Reestruturação das Políticas Comunitárias	1
Resolução quanto a um plano de acção respeitante à mobilidade de estudantes e professores	1
Regiões periféricas da União Europeia	1
Política Agrícola Comum	1
Segurança alimentar	1
Mandato de 30 de Maio (implementação)	1
Política de Emprego	1
Mercado interno e competitividade	1
Mercado Interno (White paper)	1
Mercado interno (relatório da EEC Commission)	1
Mercado Interno (medidas da introdução progressiva)	1
Worker involvement	1
Trabalho, emprego, training	1
Modernização da protecção social	1

Sociedade de informação	1
Modernização do modelo social europeu	1
Melhoria da situação de emprego	1
Livre circulação de pessoas (criação do Grupo de Co-Coordenadores)	1
Irlanda do Norte: programa especial de apoio	1
Investimentos	1
Investigação e tecnologia	1
Investigação e desenvolvimento tecnológico	1
Investigação (programa estrutural 1990-1994)	1
Transição para o Euro perspectivas económicas e sociais	1
Novas Tecnologias (ESPRIT)	1
Instrumentos financeiros	1
Plano Europeu	1
Plano de acção	1
Pesca - integração de Portugal e Espanha na política comum	1
Passos na direcção de um Pacto de Emprego Europeu	1
Países em Desenvolvimento	1
Pacto de Emprego Europeu	1
Orientações amplas para as políticas económicas	1
Mercado interno, competitividade, inovação e a sociedade de informação	1
O mercado único e políticas comuns	1
Política climática, meio ambiente e desenvolvimento sustentável	1
Telemática	1
Novas iniciativas especialmente desenvolvidas para o aumento de emprego	1
New Community Instrument (NCI)	1
NCI	1
Nascimento do Euro	1
Mudança climática	1
Monetary Compensatory Amounts	1
Modernização do modelo social Europeu mediante o investimento nas pessoas e criando um estado de bem-estar activo	1
	0

Tabela 10 – Apuramentos Base de Dados das Cimeiras do Conselho Europeu: Orçamento Comunitário

Orçamento Comunitario	Totais
Recursos próprios	10
Disciplina orçamental e financeira	3
Desequilíbrio orçamental	3
Orçamento Comunitário	2
Compensação para o Reino Unido	2
Disciplina financeira e orçamental	2
Contribuição do Reino Unido para o orçamento	2
Futuro financiamento da Comunidade	2
Disciplina Orçamental	1
Disciplina	1
Delors II package	1
Convenção para protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias	1
Melhoria do funcionamento do sistema financeiro internacional	1
Contribuição Britânica para o Orçamento Europeu	1
Consequências financeiras do alargamento	1
Combate à fraude	1
Assuntos orçamentais e financeiros 2004-2006	1
Convergência	1
Orçamento	1
Serviço europeu anti-fraude	1
SEM 2000 (sound and efficient management)	1
Reequilíbrio do orçamento comunitário	1
Recursos próprios para financiamento do orçamento Comunitário	1
Recursos próprios e desequilíbrios orçamentais	1
Ratificação da nova decisão sobre recursos próprios	1
Mecanismo de correção do orçamento	1
Perspectivas financeiras 2007-2013	1
Agenda 2000:	1
O futuro quadro financeiro	1
Nova perspectiva financeira	1
Modernização do sector orçamental	1
Mercado único para serviços financeiros	1
Serviços financeiros	1
Mecanismo de correcção no sector do orçamento	1
Protecção de interesses financeiros	1

Tabela 11 - Apuramentos Base de Dados das Cimeiras do Conselho Europeu: Justiça e Assuntos Internos

Justiça e Assuntos Internos	Total
Europol	7
Racismo e xenofobia	6
Luta contra a Droga	4
Fronteiras externas	4
Área de liberdade, segurança e justiça	3
Asilo e imigração	3
Crime organizado	3
Cooperação na justiça e em assuntos internos	2
Cooperação judicial e policial	2
Gestão das fronteiras comuns da União Europeia	2
Imigração	2
Luta contra a droga e crime organizado	2
Droga	2
Schengen aquis	2
Luta contra o racismo e xenofobia	2
Controlo de fluxos migratórios	2
Combate à droga	1
Corrupção	1
Acolhimento de refugiados de guerra e guerra civil	1
Cooperação judicial	1
Convenção sobre procedimentos de extradição simplificados	1
Convenção sobre o "Sistema de Informação Europeu"	1
Área Europeia genuína de justiça	1
Convenção sobre jurisdição, reconhecimento e encorajamento de julgamentos em assuntos matrimoniais	1
Área Judicial Europeia	1
Convenção de Fraude	1
Convenção relativa ao uso de tecnologia de informação para fins alfandegários	1
Convenção relativa à extradição entre os Estados Membros da EU	1
Convenção para assistência mútua e cooperação entre administradores alfandegários	1
Convenção on checks on persons crossing the Union's external frontiers	1
Combate à fraude	1
Combate ao terrorismo	1
Convenção de Corrupção	1
Convenção de auxílio legal mútuo em matéria criminal	1
Convenção da Europol	1
Automóvel	1
Livre circulação de pessoas, imigração e asilo	1
Racismo e xenofobia (declaration)	1
Protecção de crianças	1
Projecto de tratado sobre a União Europeia (consequências)	1
Política Europeia de Combate ao terrorismo	1
Política Europeia comum de asilo e migração	1
Política de Migração (princípios dos aspectos externos de governação) (declaration)	1
Plano de actuação para uma área de liberdade, segurança e justiça	1
Luta contra o terrorismo	1
Luta contra o crime por toda a União	1
Luta contra o crime organizado	1
Luta contra crime cross-border	1
Diálogo entre credos religiosos	1
Luta contra a droga e o crime organizado	1
Crime ambiental	1
Justiça e assuntos internos	1
Imobilizadores	1
Imigração e asilo	1

Harmonização de leis que facilitam o mandato europeu de detenção	1
Extradicação	1
Droga e crime organizado	1
Terrorismo	1
Droga e assuntos relacionados	1
Abuso sexual de crianças e tráfico de seres humanos	1
Desenvolvimento de uma política europeia de asilo e imigração	1
Declaração sobre o combate ao Terrorismo	1
Luta contra a fraude	1

Fonte: Base de Dados Consultada em www.ena.lu

Tabela 12- Apuramentos Base de Dados das Cimeiras do Conselho Europeu: Outros Assuntos

Outros Assuntos	Totais
Passaporte Europeu	4
Adonnino Committee	2
Cooperação Judicial	2
Problemas originados pelo problema do computador do ano 2000	2
Proposta Belga para a Sede das futuras Cimeiras do Conselho Europeu	2
Anti-semitismo, racismo e xenofobia (declaration)	1
CFSP	1
Conferência Europeia: questões de matéria geral	1
Imigração ilegal	1
Agenda política europeia	1
Adopção do Adonnino Committee report	1
Declaração dos Direitos Humanos	1
Declaration sobre as características específicas do desporto	1
Desporto	1
Direito a asilo	1
Direitos especiais para cidadãos dos Estados-membros	1
Diversidade linguística	1
European Foudation	1
Criação do Ad Hoc Committee on Institutional affairs "People's Europe" (Adonnino Committee)	1
Horário	1
Unificação Germânica (declaration)	1
Implementação do relatório do Adonnino Committee	1
JHA	1
Matérias económica, cooperação regional	1
Memorando do governo grego	1
Mudança de século/ data (problema do computador)	1
O futuro da Europa	1
Políticas Públicas	1
Preparação para o Concelho Europeu primaveril (Estocolmo, 23 e 24 de Março de 2001)	1
Problema de mudança de século	1
Rio Conference	1
Tributo a Monnet	1
Unificação Germânica	1
European Foundation	1